



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 015 - SÁBADO, 12 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder em exercício do PC DO B - 2 Vanessa Grazziotin (1) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco (PMDB/PP/PSC/PMN) - 26 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão	PSDB - 10 Líder Alvaro Dias - PSDB PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB DEM - 5 Líder José Agripino - DEM (2)
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	PV - 1 Líder Paulo Davim - PV
	Governo Líder Romero Jucá - PMDB	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 67, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 8 a 14 de março próximo.....

02833

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2011, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *insitui o Dia Nacional da Advocacia Pública*.....

02835

1.2.3 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 3, de 2011-CN (nº 9/BCB-Presi, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao 4º trimestre de 2010.

02836

1.2.4 – Comunicação

Recebimento de voto de pesar do Presidente da Assembléia da República de Portugal, pela tragédia ocorrida no Estado do Rio de Janeiro.....

02840

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Apoio ao 3º Pacto Republicano, proposto pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, na abertura do ano judiciário.

02840

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelo transcurso dos 18 anos de criação da Advocacia-Geral da União e registro do importante papel que desempenha na sociedade.....

02841

SENADOR ANÍBAL DINIZ – Registro da participação de S. Ex^a, ontem, no ato em comemoração aos 31 anos do PT, que elegeu o ex-presidente Lula como Presidente de Honra do PT. Relato da trajetória política de S. Ex^a e do contexto histórico que levou o PT do Acre a desenvolver a mais duradoura experiência de Governo em curso hoje no Brasil.

02843

SENADOR VICENTINHO ALVES – Relato da trajetória de vida de S. Ex^a, e registro dos temas que serão prioritários durante o mandato de S. Ex^a....

02848

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, como Líder – Críticas às recentes medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo federal.....

02852

SENADORA ANA AMÉLIA – Agradecimentos ao eleitorado gaúcho pelos votos recebidos e registro dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

02854

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Apelo à Câmara dos Deputados no sentido da apreciação do Projeto de Lei nº 1.610/1996, de autoria de S. Ex^a, que regulamenta a mineração em terra indígena. Defesa da implementação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Apoio às medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo federal.....

02860

1.2.6 – Comunicação

Da Liderança do PTB, no Senado Federal, de cessão provisória de uma vaga de suplente, existente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Partido Progressista – PP (**Ofício nº 31/2011, de 10 do corrente**).....

02877

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR WELLINGTON DIAS – Manifestação em defesa da reforma política.....

02877

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Agradecimentos ao governo federal pela instalação do primeiro Gabinete de Gestão Integrada de Policiamento de Fronteira, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Resposta ao pronunciamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.....

02881

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Elogios ao pronunciamento realizado ontem pela Presidente Dilma Rousseff.

02883

1.2.8 – Comunicação

Da Liderança do PTB, no Senado Federal, de cessão provisória de uma vaga de suplente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Partido dos Trabalhadores – PT (**Ofício nº 34/2011, de 10 do corrente**).....

02888

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LINDBERGH FARIA – Análise dos índices econômicos do Governo Lula. Defesa

das medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo federal e da recomposição do salário mínimo.

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Preocupação com a falta de vigilância nas fronteiras brasileiras.....

SENADOR *PAULO PAIM* – Relato da vinculação da vida de S. Ex^a com os movimentos sociais. Defesa de um acordo entre as centrais sindicais, confederações e o Governo, que inclua uma antecipação do reajuste do próximo ano para o salário mínimo.....

1.2.10 – Comunicação

Designação, para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, das Senadoras e Senadores Lídice da Mata, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Lúcia Vânia e Paulo Davim, nos termos dos ofícios das respectivas lideranças.....

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

02888

02892

02895

02897

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 7ª Sessão, Não Deliberativa em 11 de fevereiro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti.

*(Inicia-se a Sessão às 9 horas e encerra-
se às 13 horas e 30 minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, na feira “ITB BERLIN 2011”, que terá lugar em Berlin, Alemanha. O convite do evento encontra-se anexo.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 8 a 14 de março do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, em

Lidice da Mata e Souza
LIDICE DA MATA
Senadora

EMBRATUR
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
Gabinete da Presidência
SCN Quadra 2 Bloco G – 2º andar – 70712-907 - Brasília/DF
Tel.: (61) 2023-8508 Fax: (61) 2023-8520
E-mail: presidencia@embratur.gov.br

Ofício nº 008/2011/PRESI

Brasília, 04 de fevereiro de 2011.

À Excelentíssima Senhora
LIDICE DA MATA
Senadora
Senado Federal
Brasília-DF

Senhora Senadora,

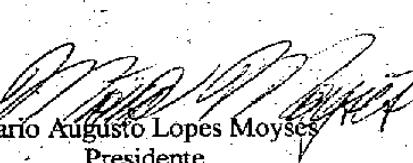
1. A EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, como executora do Programa de Promoção de Feiras, participará da ITB BERLIN 2011, em Berlin/Alemanha, no período de 09 a 13 de março. Trata-se de uma das mais expressivas feiras do setor turístico mundial, proporcionando ambientes que favorecem a apresentação das últimas novidades e informações da indústria turística, com uma programação atualizada e modelos inovadores de negócios relacionados ao turismo global.
2. Em 2010 participaram do evento 11.127 expositores de 187 países e contou com a presença de 68.218 visitantes e 111.133 profissionais do trade, totalizando 179.351 visitantes. Além disso, foi registrada a presença de mais de 7.200 jornalistas de 89 países distintos.
3. A feira ITB, que celebrará sua 32^a edição em 2011, contará nos três primeiros dias com visitantes exclusivamente do “trade”, a saber: expositores, convidados dos expositores, ministros, imprensa e profissionais do turismo, ou seja, potenciais compradores de produtos turísticos de operadoras, grandes empresas, companhias aéreas, entre outros. Os demais dias são de visitação aberta também para o público final.
4. Na edição de 2011, contaremos com um estande de 700m² e a participação de aproximadamente 42 co-expositores, entre agentes institucionais e privados, de 11 estados do país, dentre eles: São Paulo, Amazonas, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
5. Desta forma, gostaríamos de convidar Vossa Excelência a integrar a comitiva de brasileiros que acompanhará esta ação, contribuindo para a promoção do Brasil enquanto destino turístico durante o evento. As despesas relativas à participação não poderão ser arcadas pela EMBRATUR. Posteriormente enviaremos o manual do evento com maiores detalhes de programação e atividades que serão realizados. Solicitamos uma breve confirmação de presença para que possamos adotar providências de credenciamento de Vossa Excelência junto ao organizador do evento.

Local: Berlin Exhibition Grounds e ICC Berlin

Horários: Dias 09 a 13 de março – das 10h às 18h.

Site do evento: <http://www.icc-berlin.de/>

Respeitosamente,


Mario Augusto Lopes Moyses
Presidente

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

– O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2011

Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Advocacia Pública, função essencial à justiça, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de março, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Advocacia Pública no Brasil constitui função essencial à Justiça (Título IV, Capítulo IV, da Constituição Federal) e ao funcionamento do Estado brasileiro, tendo como principais missões institucionais a representação judicial e extrajudicial dos três Poderes da República e a consultoria jurídica aos governos que se sucedem.

Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais.

Atualmente, a Advocacia Pública no Brasil é desempenhada pela Advocacia-Geral da União (no âmbito federal), pelas Procuradorias-Gerais dos Estados (no âmbito estadual) e pelas Procuradorias-Gerais dos Municípios (no âmbito municipal), encontrando-se disciplinada nos artigos 131 e 132 da Constituição Federal e nas respectivas leis orgânicas.

Considerando o marco histórico inicial da Advocacia Pública em nosso país, verificado na criação do extinto cargo de Procurador dos Feitos da Coroa, da Fazenda e do Fisco, ainda na época do Brasil-Colônia, através do Regimento de 7 de março de 1609, tem-se por salutar firmar tal data como permanente momento de reflexão acerca da história e dos desafios futuros da Advocacia de Estado em nosso país.

Sala das Sessões,

Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o **Aviso nº 3, de 2011-CN** (nº 9/BCB-Presi, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao 4º trimestre de 2010.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 12 de fevereiro do corrente.

É o seguinte o aviso:

Diret-2011/071
Proc. 0901453120

Senhor Presidente,

O art. 1º, § 6º, da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008, determina que o Banco Central do Brasil envie ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente a cada trimestre, relatório sobre as operações realizadas com base no inciso I do *caput* do artigo 1º da citada Lei, indicando, entre outras informações, o valor total trimestral e o acumulado no ano das operações de redesconto ou empréstimo por ele realizadas, as condições financeiras médias aplicadas nessas operações, o valor total trimestral e acumulado anual de créditos adimplidos e inadimplidos, além de demonstrativo de impacto das operações nos resultados desta autarquia.

2. Sobre o assunto, esclareço, com base em informações prestadas pela área técnica desta Autarquia, que não foram realizadas operações de redesconto em moeda nacional e de empréstimo em moeda estrangeira no quarto trimestre de 2010, encontrando-se adimplidos todos os créditos referentes a operações realizadas pelo Banco Central do Brasil com fundamento no art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008.

3. Informo, ademais, que a Procuradoria-Geral do Banco Central emitiu a anexa Nota-Jurídica PGBC-527, de 2011, na qual acolheu o entendimento de que, inexistindo, em determinado trimestre, operações contratadas ou saldo de créditos de operações anteriores, não incide o preceito contido no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.887, de 2008, pois não há informações a relatar ao Congresso Nacional. Ainda segundo a Procuradoria-Geral desta Autarquia, o encaminhamento de relatórios ao Congresso Nacional revelar-se-ia, nessa hipótese, atentatório ao princípio constitucional da eficiência, além de desnecessário à luz dos propósitos que conduziram à instituição do dever de comunicação veiculado pelo referido preceito legal.

Diret-2011/071

4. Por tais razões, comunico que o Banco Central do Brasil deixará de dirigir ao Congresso Nacional os relatórios trimestrais em apreço. Naturalmente, ao relatórios voltarão a ser encaminhados ao parlamento na eventualidade de realização de novas operações de redesconto em moeda nacional ou de empréstimo em moeda estrangeira, em estrito cumprimento ao disposto na Lei nº 11.882, de 2008.

Atenciosamente.


Luiz A. Pereira da Silva
Diretor

Aviso nº 9/BCB-Presi
Proc. 0901453120

Brasília, 8 de fevereiro de 2011

Assunto: Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que determina que o Banco Central encaminhe ao Congresso Nacional relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo por ele realizadas nos termos do art. 1º, I, da mencionada Lei.

2. A propósito do assunto, encaminho a Vossa Excelência o anexo Ofício Diret-2011/71, de 8 de fevereiro de 2011, cujo teor reflete entendimento jurídico acolhido pela Procuradoria-Geral do Banco Central. – **Alexandre Antonio Tombini**, Presidente.

Anexos: Ofício Diret-2011/71, e Nota-Jurídica PGBC-527, de 2011.

Brasília, 08 de fevereiro de 2011.

Nota-Jurídica PGBC-527/2011
Proc. 0901453120

Brasília, 28 de janeiro de 2011.

Ementa: Relatório sobre operações de redesconto e de empréstimo em moeda estrangeira realizadas nos termos da Lei nº 11.882, de 2008, apresentado trimestralmente ao Congresso Nacional. Quarto trimestre de 2010. Minutas de Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil e de Ofício do Diretor de Política Monetária.

Senhor Procurador-Geral,

Recebi, por *e-mail* oriundo do Gabinete do Diretor de Política Monetária, no dia de hoje, cópia do Ofício Diret-2011/052, de 28 de janeiro de 2011, subscrito pelo Diretor de Política Monetária. A correspondência destina-se atender ao disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, segundo o qual deve o Banco Central do Brasil (BCB) apresentar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente a cada trimestre civil, relatório sobre as operações realizadas com fundamento na referida lei.

2. O Ofício em apreço baseia-se em informações prestadas pelo Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), pelo Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin) e pelo Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi), limitando-se a trazer a informação de que o BCB não realizou operações de redesconto ou de empréstimo em moeda estrangeira no quarto trimestre de 2010, esclarecendo, além disso, que já não havia, no início do período, saldo de operações realizadas anteriormente.

3. Já o Aviso nº 93/BCB-Presi e o Ofício Diret-2010/799, ambos de 28 de outubro de 2010 (fl. 30 a 32), haviam informado ao Congresso Nacional a inexistência de saldo de operações de redesconto ou de empréstimo em moeda estrangeira, na data-base de 31 de setembro de 2010. De fato, passada a crise financeira e quitadas as operações então realizadas, o BCB não mais empregou as referidas modalidades de financiamento a instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

4. Permito-me recordar, neste ponto, a redação do inciso I e do § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008:

“Art. 1º O Conselho Monetário Nacional, com o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, poderá:

I - estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira; e



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Procuradoria-Geral

Nota-Jurídica PGBC-527/2011

§ 6º O Banco Central do Brasil deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório sobre as operações realizadas com base no disposto no inciso I do caput deste artigo, indicando, entre outras informações, o valor total trimestral e o acumulado no ano das operações de redesconto ou empréstimo realizadas, as condições financeiras médias aplicadas nessas operações, o valor total trimestral e acumulado anual de créditos adimplidos e inadimplidos, além de um demonstrativo do impacto dessas operações nos resultados daquele órgão.”

5. Verifica-se, com facilidade, que o propósito do § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, é permitir que o parlamento acompanhe o emprego de recursos públicos direcionados a operações de redesconto em moeda nacional e de empréstimo em moeda estrangeira. O texto legal menciona que o BCB deve dirigir ao Congresso Nacional relatório sobre operações *realizadas*, vale dizer, sobre o *efetivo dispêndio de recursos* da autoridade monetária com tais operações. Se nenhuma operação da espécie foi realizada em determinado trimestre e se, adicionalmente, encontram-se integralmente quitados os correspondentes créditos desta autarquia, a norma veiculada pelo § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, simplesmente *não incide*. Em outras palavras: nessa hipótese, não existe, para o BCB, dever legal de encaminhamento de relatório ao Congresso Nacional.

6. Cumpre salientar, em reforço da tese, que a remessa de relatórios trimestrais sem qualquer informação relevante implicaria desrespeito ao princípio constitucional da eficiência, pois acarretaria infrutífero dispêndio de recursos públicos na realização de atividade sem propósito algum. Nesse sentido, favorecendo interpretação do preceito legal em conformidade com a Constituição, proponho que, alternativamente às correspondências sugeridas pela área de política monetária, dirijam-se ao Presidente do Senado Federal as anexas minutas de Aviso e de Ofício, que, a par de noticiarem a inexistência de saldo de operações de redesconto e de empréstimo em moeda estrangeira, informam que esta autarquia descontinuará a remessa de relatórios trimestrais, até que novas operações da espécie venham a ser realizadas por esta Autarquia.

Nesses termos, senhor Procurador-Geral, alço o assunto a sua consideração.

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Chefe do Gabinete do Procurador-Geral

2.191.156-8 Cristiano de Oliveira Lopes Cesar
Subprocurador-Geral OAB/DF 16.400
Chefe de Gabinete

(segue despacho)

Nota-Jurídica PGBC-527/2011

Endosso o pronunciamento da lavra do Chefe de Gabinete do Procurador-Geral, cujas conclusões robustecem o interesse na economicidade e eficiência da atuação do Banco Central do Brasil, em estrita consonância com interpretação legal conforme à Constituição.

Dirijam-se esta nota jurídica e as anexas minutas, pela ordem, aos Gabinetes do Diretor de Política Monetária e do Presidente, para o efeito de encaminhamento de correspondência ao Congresso Nacional.

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
Gabinete do Procurador-Geral

4.432.013-2 Isaac Sidney Menezes Ferreira
OAB/DF 14.533
Procurador-Geral

Aviso 09/2011/BCB-Presi

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.882, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.

Art. 1º O Conselho Monetário Nacional, com o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, poderá:

I - estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira; e

II - afastar, em situações especiais e por prazo determinado, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nas operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, as exigências de regularidade fiscal previstas no art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, na alínea c do caput do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 6º O Banco Central do Brasil deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório sobre as operações realizadas com base no disposto no inciso I do caput deste artigo, indicando, entre outras informações, o valor total trimestral e o acumulado no ano das operações de redesconto ou empréstimo realizadas, as condições financeiras médias aplicadas nessas operações, o valor total trimestral e acumulado anual de créditos adimplidos e inadimplidos, além de um demonstrativo do impacto dessas operações nos resultados daquele órgão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Presidente da Assembleia da República de Portugal, expediente enviando Voto de Pesar, aprovado naquele Parlamento, bem como votos de profundas condolências pela tragédia ocorrida no Estado do Rio de Janeiro.

O expediente vai à publicação.

É o seguinte o expediente:

Excelentíssimo Senhor,

Com a expressão das minhas profundas condolências sobre o ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, junto envio a Vossa Excelência o Voto de Pesar aprovado por unanimidade na Assembleia da República, na sua Reunião Plenária de 14 de janeiro de 2011.

Apresento a V^a Ex^a os meus sentidos pêsames. E as minhas mais profundas condolências.

O Presidente da Assembleia da República, – Jaime Gama.

“VOTO DE PESAR Nº 93/XI

Para com o Povo Brasileiro

Uma tragédia de enorme gravidade abateu-se a zona serrana do Estado brasileiro do Rio de Janeiro, particularmente sobre as cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Em consequência de chuvas autenticamente diluvianas, as mais fortes dos últimos cinquenta anos na região, ocorreram cheias e desabamentos de terras que provocaram a perda de vidas humanas e danos materiais incalculáveis.

Segundo os dados conhecidos, há já a lamentar mais de quatro centenas de mortes e um número indeterminado de pessoas soterradas e feridas, além da destruição massiva das infraestruturas, dos sistemas de comunicação e das principais vias rodoviárias que deixaram populações isoladas e incomunicáveis.

A Assembleia da República manifesta o seu pesar pelas vítimas da intempérie e a sua solidariedade face ao sofrimento que se abateu sobre Brasil, nação a quem nos unem indeléveis e particulares laços históricos.

A Assembleia da República manifesta a sua solidariedade com o povo brasileiro, nestes momentos de angústia e sofrimento, bem como, perante todos os esforços que as autoridades estão a desenvolver para ultrapassar as dificuldades.”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita comunicação ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e encaminhada cópia aos Senadores dessa Unidade da federação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a terá direito para uma comunicação inadiável, conforme manda o Regimento: um orador inscrito – e V. Ex^a está inscrito – e, em seguida, uma comunicação inadiável. Então, como foi aqui acertado, pelo que entendi, V. Ex^a poderá usar a palavra neste momento, se assim entender, como orador inscrito, inclusive. É o seu direito agora.

O Senador Mozarildo pede a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Vicentinho Alves, pelo que entendi, aceitaria ser o terceiro nessa sequência aqui que a Presidência fez, buscando esse entendimento rápido.

Está com a palavra, então, o Senador Ricardo Ferraço, pelo tempo que entender necessário, para o seu pronunciamento como orador inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no lançamento do Ano Judiciário, S. Ex^a o Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, fez o lançamento daquilo que está sendo classificado como o 3º Pacto Republicano. Julgo que o sentido e o objetivo da convocação feita aos Poderes constituídos é uma proposta que merece todo o acolhimento desta Casa, assim como o acolhimento da Câmara e, de forma global, do Congresso Nacional, para que não apenas os Poderes constituídos, mas as entidades que representam e que têm um relacionamento direto e intensivo com essa questão possamos estar unidos nessa convocação, por assim dizer, do Ministro Cezar Peluso.

O sentido é encontrarmos um formato para darmos agilidade aos projetos de lei e às emendas constitucionais que tramitam nesta Casa, que tramitam na Câmara, que tramitam no Congresso Nacional na direção de nós avaliarmos, em regime de urgência,

todas essas iniciativas que trarão ao Poder Judiciário um aumento da produtividade não apenas aos tribunais, mas também aos nossos Tribunais de Justiça, aos nossos Tribunais Superiores, mediante a simplificação dos procedimentos processuais e a ampliação das competências dos Tribunais de segunda instância, o que seguramente estará proporcionando à Justiça brasileira maior celeridade, uma aproximação ainda maior à sociedade, para que possamos acabar com a impunidade dos réus em ações criminais e com estratégias protelatórias de advogados.

Defende o Ministro Cezar Peluso a aprovação de uma proposta de emenda constitucional permitindo que as sentenças dadas pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais de Justiça vigorem imediatamente, independentemente do julgamento dos recursos especiais e extraordinários impetrados no Superior Tribunal Justiça.

O nosso Presidente, Senador José Sarney, já fez o acolhimento, assim como o Presidente da Câmara, o Deputado Marcos Maia.

É necessário agora darmos um segundo passo. O segundo passo é na direção de adotarmos medidas concretas e efetivas para que, de fato, o Senado da República possa mais uma vez, assim como fez no 1º Pacto Republicano, assim como fez no 2º Pacto Republicano, dar um passo na direção de ampliarmos essas reformas, revendo o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil, a Lei de Execução Penal, a fim de contribuir e atender ao clamor da sociedade brasileira em torno de um Judiciário mais célere, mais democrático, que possa oferecer melhores indicadores de produtividade à Nação brasileira e a tantos cidadãos e cidadãs que por este País afora necessitam de uma Justiça próxima e que atenda ao interesse do conjunto da sociedade.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço coro aqui à manifestação do Ministro Cezar Peluso sobre a importância desse ato e ressalto aqui o acolhimento já feito pelo Presidente José Sarney na direção de agora evoluirmos e tornarmos concreto esta que, seguramente, é uma iniciativa que trará um debate caloroso e dinâmico ao Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Senador Ricardo Ferraço pelo seu pronunciamento.

Seguindo a ordem de inscritos e comunicações parlamentares, passamos a palavra, para uma comunicação parlamentar, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Informamos ao nobre Senador Aníbal Diniz que S. Exª falará em seguida, porque era, de fato, o primeiro inscrito. Só abrimos uma exceção para o Senador que precisava viajar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Constituinte de 1988 – tive a honra de ser um deles –, num dos seus mais salutares esforços no sentido de promover a redemocratização do País e a organização nacional da estrutura jurídica, criou a Advocacia-Geral da União, a quem incumbiu, privativamente, a representação judicial dos Três Poderes da União e o assessoramento jurídico do Poder Executivo Federal.

Instalada em 10 de fevereiro de 1993, pela Lei Complementar nº 73, a Advocacia-Geral da União passa a comemorar, a partir desta sexta-feira, dia 11 de fevereiro, seus 18 anos, orgulhando-se por desempenhar atividade essencial à Justiça bem como por cumprir papel imprescindível para o funcionamento e o desenvolvimento do Estado em harmonia com os direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro.

Com o desenvolvimento do ambiente democrático propiciado pela promulgação da Constituição de 88, a escolha e a execução das políticas públicas pelo Estado brasileiro tornaram-se alvo de questionamentos por parte de diversos agentes públicos ou privados, notadamente pela pluralidade de interesses da sociedade brasileira e pela necessidade de respeito aos direitos e garantias fundamentais.

O Judiciário é, assim – até seguindo na linha da preocupação de V. Exª com o Judiciário –, frequentemente acionado para decidir litígios envolvendo a alegação de omissão estatal em garantia da dignidade da pessoa humana por meio de serviços públicos essenciais bem como a legalidade de programas e ações governamentais direcionados ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Nesse cenário, a Advocacia-Geral da União, a AGU, emerge como principal instituição capaz de promover a estabilidade jurídica necessária ao desenvolvimento da Nação, seja porque atua previamente à execução de políticas públicas pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos órgãos estatais, o que garante solidez aos investimentos da iniciativa privada, seja porque também defende e promove a validade das decisões político-governamentais no âmbito judicial e até extrajudicial.

Efetivamente, por consistir a Advocacia-Geral da União na instituição responsável pelo assessoramento jurídico superior à Presidência da República e a todos os Ministérios de Estado, autarquias e agências reguladoras federais, está sob sua responsabilidade

contribuir decisivamente para a pacificação social e a segurança jurídica das relações.

Sob outro ângulo, o tratamento da advocacia pública como função essencial à Justiça, e não mero órgão subordinado ao governante – isto é bom que se frise: a AGU não pode ser uma instituição subordinada ao governante eventual, mas, sim, ao Estado, quer dizer, ao interesse maior da Nação –, impõe que sua atuação seja sempre direcionada à promoção do interesse público, buscando viabilizar as políticas públicas estabelecidas pelo Estado, sem perder de mira o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, que, aliás, devem-se igualar ou sobrepor até aos interesses do Estado para serem realmente democráticos.

E a Advocacia-Geral da União, embora uma instituição jovem, tem demonstrado todo o potencial para viabilizar, juridicamente, as políticas públicas do Estado brasileiro e, concomitantemente, respeitando e assegurando aos cidadãos os seus direitos.

Verdadeiramente, nos últimos anos, a instituição destacou-se pela sua atuação judicial na garantia da execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, permitindo a continuidade de empreendimentos como a transposição do Rio São Francisco, o Aeroporto Internacional de Viracopos, a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014, entre outros.

Já no exercício da sua função consultiva, a Advocacia-Geral da União notabilizou-se pela definição da clareza das regras do jogo e pelo respeito integral a elas, inclusive pelos órgãos de Estado, o que constitui condição fundamental ao ambiente de estabilidade jurídica necessária ao desenvolvimento socioeconômico do País e ao respeito dos direitos dos cidadãos em um Estado democrático de direito como o nosso.

Apenas como exemplo recente, merece citação a participação dos membros da AGU na fixação do novo marco regulatório da exploração do petróleo do pré-sal, que resultou na edição da denominada “Lei do Pré-Sal”. Por meio de tal lei, são fixados os novos modelos contratuais e formas de exploração do pré-sal, a nova empresa pública gestora de contratos de partilha e o papel das empresas estatais e privadas já atuantes no mercado, a formulação de políticas públicas relacionadas ao setor e sua consequente fiscalização.

Durante o 1º Seminário Brasileiro do Pré-Sal, realizado em 2010, foi noticiado no site da AGU na Internet:

[...] o Ministro de Estado do Meio Ambiente, Márcio Zimmermann, ressaltou que o “trabalho feito sob a coordenação da AGU, com participação das áreas jurídicas da Casa Civil da Presidência da República e do MME

[Ministério do Meio Ambiente], teve papel importante de um marco regulatório que caracteriza bem o papel dos diferentes atores envolvidos na exploração do petróleo”. Zimmermann aproveitou para lembrar pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta perspectiva de produção de mais de cinco milhões de barris de petróleo já em 2019, fazendo do Brasil um consolidado exportador líquido do produto e aumentando também a capacidade interna de refino.

Por fim, mas não menos importante, a Advocacia-Geral da União também apresentou inegáveis avanços na defesa dos membros do Poder Legislativo e do Judiciário quando no exercício de suas atribuições.

É papel do Advogado Público Federal a defesa do Poder Legislativo em juízo, bem como dos Deputados Federais e Senadores e de suas prerrogativas, trabalho esse que vem sendo desenvolvido em cooperação com a Procuradoria Parlamentar. E tal trabalho deverá aprimorar-se ainda mais com a inauguração recente de um escritório na Câmara dos Deputados e com a inauguração futura de outro escritório da AGU no Senado Federal.

Desse modo, a Advocacia-Geral da União contribui também para a democracia, protegendo a nobre atividade parlamentar, indispensável em nosso Estado democrático de direito.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, no IV Seminário da Advocacia Pública Federal, realizado ano passado, teceu os seguintes comentários sobre a AGU:

O papel da AGU é marcante na defesa do patrimônio público e também na fixação de diretrizes que vão evitar danos futuros ao patrimônio público. Certamente, a partir de uma lei ou um projeto de lei mal elaborado, nós vamos ter consequências danosas ao patrimônio da União, para execução das políticas públicas e para o poder público.

Assim explicou o Ministro. E, segundo ele:

O modelo adotado pela AGU certamente contribui para que outras instituições nele se mirem, se inspirem para que haja um adequado desenvolvimento do sistema de defesa do poder público. Daí a necessidade de um pensamento integrado no sentido de uma defesa adequada dos interesses públicos.

Gosto sempre de frisar, quando falamos em interesse público, de ressaltar que é o interesse não apenas do Poder Executivo. Quando se fala em União, não

estamos falando também só no Poder Executivo. União compreende justamente os três Poderes, e a defesa desses três Poderes tem que estar diretamente subordinada ao interesse do cidadão e da cidadã.

Deveras, tem-se testemunhado, no dia a dia, a consolidação de uma AGU cada vez mais voltada para o bem-estar das pessoas e preocupada com a realização e a efetivação da justiça, ou seja, uma Advocacia-Geral da União que concilia, que reconhece direitos, enfim, uma AGU cada vez mais cidadã.

Nesse sentido, há, contudo, necessidade de evoluir, Senador Paim, de aprimorar sua estrutura e resguardar sua atuação com a instituição de prerrogativas que possibilitem aos seus membros dar cumprimento ao seu relevante papel constitucional sem temores.

Para tanto, impõe-se o apoio desta Casa às proposições que visem a essa evolução, aprimoramento e até mesmo maior conhecimento, pela sociedade, do importante mister dos advogados públicos federais, como, por exemplo, a criação do dia nacional da advocacia pública, cujo projeto de lei vou apresentar neste momento à Mesa e, portanto, à Casa, para que possamos prestar essa homenagem e instituir até mesmo como um dia de debate nesse aprimoramento que queremos.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de deixar registradas as minhas felicitações a essa jovem instituição e congratular-me com todos os membros da aniversariante pela história construída ao longo desses 18 anos, bem como com aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consolidação da Advocacia-Geral da União e contribuem para a sua evolução, dentre eles a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil, Unafe, associação que surgiu com o ideal de promover a atuação uníssona entre as carreiras da Advocacia Pública Federal, a fim de que cada uma, dentro de sua esfera de atuação, preste um serviço cada dia mais eficiente e útil ao povo brasileiro.

Portanto, finalizando, Sr. Presidente, estou de posse do projeto, que diz o seguinte:

Institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.

[...]

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Advocacia Pública, função essencial à Justiça, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de março, em todo o território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a será atendido na forma regimental. Meus cumprimentos pelo projeto.

De imediato, passamos a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Aníbal Diniz, que gentilmente cedeu espaço para que o Senador que tinha um compromisso fora pudesse falar antes.

V.Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, eu começo esta minha fala fazendo menção ao ato de ontem, do qual participamos, em comemoração aos 31 anos de existência do Partido dos Trabalhadores e também ao ato em que foi eleito o nosso ex-Presidente Lula como Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores. Ele retomou o seu assento como Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores numa justa homenagem por todo o legado que ele nos proporcionou ao longo dos anos todos de militância e também dos oito anos de administração como Presidente da República.

E vale ressaltar que o Presidente Lula disse em sua fala, que foi reproduzida de maneira muito coerente em *O Estado de S. Paulo* de hoje, a seguinte frase: “O sucesso da Presidente Dilma é o meu sucesso”. O Presidente Lula fez essa afirmação para não deixar dúvidas de que as intrigas que tentam plantar em torno da relação dele com a Presidente Dilma e em torno do Governo da atual Presidente Dilma com o Governo do Presidente Lula são intrigas inviáveis.

Ele disse também: “Quanto mais aplaudirem a Presidente Dilma, mais eu ficarei feliz, porque este é o nosso objetivo”. O Presidente Lula disse que fica feliz, porque o seu grande sonho era poder contribuir para que houvesse um Governo ainda melhor que o dele, porque, se fosse para fazer um Governo igual ao dele, ele próprio teria disputado o terceiro mandato e não teria feito tanto esforço para eleger a Presidente Dilma.

Dito isso, Sr. Presidente, fazemos também uma reflexão do quanto é irônico: os mesmos formadores de opinião que antes tentavam desacreditar a candidatura da Presidente Dilma agora tentam, a todo custo, passar um esforço no sentido de que o Presidente Lula tem menos mérito do que a Presidente Dilma, quando, na realidade, é um projeto só, os dois são indissociáveis e estão plenamente a serviço de um Brasil cada vez melhor para todos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, ocupo a tribuna na sessão de hoje para falar de algo que considero da máxima importância nesse processo de construção de um mandato de qualidade, propositivo, afinado com a realidade do Estado do Acre e antenado com os temas de interesse nacional, como a reforma política, a reforma tributária e as ações de combate à

miséria e à fome que estarão no centro das atenções da Presidente Dilma nos próximos quatro anos.

O assunto ao qual me refiro é o contexto histórico no qual estou inserido e as origens do projeto político que levou o Partido dos Trabalhadores do Acre a desenvolver a mais duradoura experiência de Governo em curso hoje no Brasil.

É certo que represento nesta Casa o Estado do Acre, mas nunca é demais lembrar que estamos todos a serviço do Brasil, com a incumbência de cumprir a Constituição Federal e as leis do País, conforme o compromisso que assumimos perante a Nação.

Antes de entrar na lista de temas que pretendo abordar ao longo dos próximos 4 anos, nos assuntos que trago ancorados no projeto de desenvolvimento sustentável que começou com Chico Mendes, na década de 1980, e que continua em plena execução depois de 12 anos de Governo da Frente Popular do Acre, Srs. Senadores e Sr^a Senadora, preciso apresentar minhas origens, de onde venho. Então, apresentarei, nesta Casa, um pouco da minha biografia, antes de entrar nesses temas que fatalmente teremos que discutir.

Nasci na pequena cidade de Luziânia, que, à época, não passava de uma comarca do Município de Campo Mourão, no interior do Paraná. Sou filho de um agricultor rústico e de uma mulher simples do povo e, se não fosse pela inclusão proporcionada pelo acesso à educação e pela participação nos movimentos sociais, incentivada pelas comunidades de base da Igreja Católica, dificilmente ter-me-ia aproximado da política e alimentado tantos sonhos, sendo que alguns deles já vi realizados e outros tantos permanecem vivos e cheios de esperança de que ainda se tornarão realidade; esse é o objetivo da nossa luta.

Cheguei ao Acre em dezembro de 1977, antes de completar 15 anos, como tantos paranaenses que se transferiram para os Estados do Mato Grosso, de Rondônia e do Acre, em busca do sonho de um pedaço de terra para trabalhar e progredir.

Passei algum tempo ajudando meu pai no trabalho braçal da colônia e, depois, fui convencido a me transferir para o seminário, em Sena Madureira, onde vivi até 1981. Foi nessa vivência de seminário, fazendo a leitura religiosa do breviário e cumprindo o rito diário das refeições comuns, do trabalho na horta comunitária e da meditação, porque o princípio que nos norteava era o princípio do trabalho e da oração, que conheci alguns dos personagens centrais na minha vida.

Tanto na minha conversão à política, ao desenvolvimento de uma consciência crítica e ao sentido da luta pelo bem comum quanto no processo de fundação e legalização do Partido dos Trabalhadores, o PT que surgiu com toda força entre os sindicalistas do ABC

paulista já se espalhava a partir de lideranças locais e regionais para todos os Estados do Brasil.

Gosto sempre de lembrar a influência franciscana do padre italiano Paolino Baldassari, que, graças a Deus, mantém-se saudável e revolucionário defensor da floresta do alto de seus 84 anos de idade. Do padre Paolino eu herdei a disciplina. Foi ele quem me ensinou, nas subidas e descidas de barrancos dos rios Yaco, Caeté e Purus, onde estavam as famílias de ribeirinhos e comunidades que visitávamos, que para ser um bom seminarista era preciso ter três qualidades reunidas: costas de burro, estômago de porco e espírito de anjo. Costas de burro para não rejeitarmos trabalho, não fugirmos às tarefas para as quais fôssemos convocados; estômago de porco para nunca rejeitarmos a comida posta à mesa e agradecermos sempre o pão diário que nos alimenta e nos dá a energia necessária para continuarmos vivos e lutando; e espírito de anjo para sabermos perdoar sempre, para sabermos ponderar sempre, mediar sempre e buscar sempre soluções pacificadoras em todos os conflitos.

Hoje, tantos anos depois, desperta em mim a consciência de que os ensinamentos do padre Paolino Baldassari não serviram apenas para ser um bom seminarista. Na realidade, foram ensinamentos de vida que continuam essenciais para alguém que atua vocacionadamente na política.

Lembro-me também de companheiros importantes que tiveram grande influência na minha vida, como o bispo Dom Moacyr Grechi, como os irmãos Leonardo e Clodovis Boff, que foram, e continuam sendo, baluartes importantes da teologia da libertação e que contribuíram fortemente para o surgimento e massificação das comunidades de base que deram origem ao Partido dos Trabalhadores.

Lembro-me também de companheiros como Nilson Mourão, que, antes de ser duas vezes Deputado Estadual e três vezes Deputado Federal, aceitou ir para o sacrifício de disputar eleições majoritárias sem a mínima viabilidade, sem recurso algum, só para dizer à sociedade que o PT tinha candidato para garantir a qualidade do debate conscientizador sobre a importância da política para a mudança da vida na comunidade, para a melhoria do bairro, para a melhoria da cidade, para a melhoria do Estado e para a melhoria do País.

Lembro-me do saudoso companheiro Chico Mendes e da luta incansável que ele empreendeu em defesa dos trabalhadores da floresta e das reflexões que resultaram, em 1985, na primeira aliança dos povos da floresta. Foi Chico Mendes, com sua luta, que fez surgir a consciência de que os projetos de assentamento, o modelo de reforma agrária que se praticava

em outras regiões do País não podiam ser aplicados na Amazônia, porque o modo de vida dos povos da Amazônia eram e continuam sendo incompatíveis com os limites de um projeto de assentamento.

Se hoje o Acre dispõe de mais de 87% de suas florestas conservados, se hoje o Acre dispõe de mais de 30% do seu território destinados às áreas indígenas, reservas extrativistas, áreas de conservação e áreas de preservação, isso tudo devemos às conquistas e ao sacrifício de vida do internacionalmente conhecido ambientalista Chico Mendes.

Lembro aqui o companheiro Lula, que ontem foi simbolicamente empossado como Presidente de honra do PT, no ato em comemoração aos 31 anos de história do Partido dos Trabalhadores. Lembro aqui não o Lula festejado pelo sucesso absoluto e inquestionável dos seus oito anos de administração, mas o Lula sindicalista, o Lula dirigente partidário, o Lula amigo solidário, o Lula sonhador, o Lula motivador que sempre esteve conosco, no Acre, tanto nos momentos de celebração quanto nos momentos mais difíceis das derrotas eleitorais, ou quando choramos nossos mortos, como ocorreu em 1979 com Wilson Pinheiro, em Brasiléia, ou com Chico Mendes, em Xapuri, em dezembro de 1988.

Faço menção a esses personagens, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srª Senadora, porque tenho a obrigação de reconhecer e lembrar sempre, todos os dias, que este mandato não é e nem pode ser transformado em propriedade minha, particular.

O mandato de Senador que hoje ocupo é fruto de toda essa trajetória, e tem que ser considerado sempre como fruto do sacrifício de tantas pessoas, algumas delas conhecidas, mas a grande maioria de pessoas anônimas que contribuíram com seus esforços para que o PT e a Frente Popular encontrassem o caminho da vitória a partir das décadas de 1990 e 2000, uma vez que, na década de 80, a nossa trajetória foi marcada pelo trabalho de afirmação, de organização, de consolidação, de muitas brigas de tendências, mas, fundamentalmente, por muitas derrotas, como prova de que a sociedade não nos via com a maturidade e a confiabilidade necessárias para a experiência de governo e o exercício de poder. Tão logo a sociedade viu no Partido dos Trabalhadores a segurança necessária para a condução dos destinos do País, soube reconhecer e nos proporcionou essa experiência com o Presidente Lula.

Pessoalmente, eu me sinto como sendo fruto da soma de muitas experiências.

A experiência de viver no Acre foi o maior presente que meu pai me proporcionou, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srª Senadora, porque o Acre é uma

terra especialmente abençoada, vocacionada a protagonizar quando o momento histórico exige. O Acre foi e continua sendo uma grande escola. Aliás, o Acre ensina com a sua própria história.

O Acre se tornou Brasil por opção, fazendo uma guerra com o exército formal, regular da Bolívia, para transformar aquele território em solo brasileiro. O Acre fez a opção por ser brasileiro e foi à luta armada, entre 1889 e 1903, para conquistar essa condição de território brasileiro.

Quando afirmamos que o povo acreano até tem o direito de se sentir um pouco mais brasileiro que o povo dos demais Estados é exatamente por isto: porque pouco mais de um século atrás teve um exército de seringueiros, de pobres e maltrapilhos seringueiros, liderados pelo gaúcho José Plácido de Castro, hoje no Panteão dos Heróis Nacionais por indicação do Senador Tião Viana, o qual lutou e conquistou as terras do Acre, uma extensão de mais 15 milhões de hectares da mais rica floresta para o Brasil.

Como disse há pouco, Sr. Presidente, sou signatário do pensamento de que o Acre é uma terra vocacionada a protagonizar. Foi assim na década de 1940, em pleno risco para as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, quando os seringais de cultivo da Malásia foram ocupados pelos japoneses e as forças aliadas se viram, da noite para o dia, sem acesso a uma das matérias primas essenciais à indústria de guerra que era a borracha natural. Eis que surgem os seringais do Acre como a salvação para aquele momento, levando o Governo brasileiro a empreender um esforço jamais visto para transferir milhares de famílias nordestinas para os seringais do Acre, com o objetivo de assegurar a produção de borracha necessária ao abastecimento das forças aliadas.

O saudoso historiador Pedro Martinello conta, com precisão, essa história em seu livro *A Batalha da Borracha* e afirma que os chamados “soldados da borracha” tiveram participação importante na vitória das forças aliadas antes da descoberta da borracha sintética no mundo europeu.

E o outro momento histórico com a participação importante do Acre foi a própria década de 1980, quando Chico Mendes conseguiu mediar as diferenças entre índios, seringueiros e agricultores ribeirinhos para formar a Aliança dos Povos da Floresta e lançar um grito de alerta, em plano mundial, em defesa da floresta e do meio ambiente.

Ouço com atenção o Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Aníbal, quero cumprimentar V. Exª pela chegada à Casa e pelo pronunciamento que faz. Eu quero dizer que o Acre tem muita sorte. Tem agora, como

Governador, o Senador Tião Viana, homem com quem convivemos aqui. Já o conhecia antes. Ele tem uma experiência de vida muito boa. Conheci o seu pai, que foi meu colega Deputado, constituinte inclusive. E eu quero dizer que é um grande desafio para V. Ex^a estar aqui, representando o Acre, juntamente com as ideias do Governador Tião Viana. E quero dizer que nós, amazônidas – eu sou de Roraima –, temos uma preocupação muito grande com a nossa região e juntos, tenho certeza, faremos um trabalho em defesa da região, mas prioritariamente olhando as condições humanas das pessoas que lá vivem. Eu sempre digo que, quando se fala em Amazônia, preocupa-se com muita coisa, sendo que a última coisa que realmente é levada em conta são os 25 milhões de brasileiros que lá vivem. Portanto, eu quero dizer a V. Ex^a que estou a sua disposição nessa caminhada. Parabéns pelo pronunciamento que faz.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador Aníbal?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Por favor, Senador Wellington.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Aníbal, primeiro quero congratular-me com V. Ex^a, com a vossa presença aqui neste plenário – tenho convivido nestes dias mais intensamente com V. Ex^a na nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores – e registrar dois pontos importantes do vosso pronunciamento. Primeiro, desse ato que ocorreu ontem. E permita-me dizer que, de todas as coisas que ressaltamos de positivo, de que temos orgulho da história Partido dos Trabalhadores, eu não posso deixar de me somar também à história do povo do Acre, o povo das florestas, como sempre lembra o nosso querido Jorge Viana. Primeiro, pela experiência. É a mais longa experiência do Partido dos Trabalhadores em governo estadual. Eu fui Governador; fui reeleito, mas lá, no Acre, nós já estamos na quarta experiência – agora, com o nosso ex-Senador Tião Viana –, e toda essa história também resgata um conjunto de experiências: como conviver com a Floresta, como dar atenção especial às populações indígenas, às populações mais pobres, num Estado que faz fronteira com outros Países, de grande responsabilidade. Enfim, eu que acompanhei, durante o período do meu governo, esse relacionamento com os vários Governadores, e com o carinho especial do Acre, devo dizer a V. Ex^a do meu orgulho como brasileiro, como membro do Partido dos Trabalhadores, por essa bela experiência, resgatando a cidadania daquele povo. Conheci o Acre, ainda como sindicalista da Caixa Econômica Federal, há aproximadamente 20 anos, voltei anos depois e vejo a diferença, cada obra feita com todo carinho, com planejamento, a forma como trabalham a educa-

ção, enfim. Então, quero lembrar o trabalho realizado por Jorge Viana, Tião Viana, Binho Marques. Lembrar também a importância da nossa querida Marina Silva, que, mesmo tendo saído do nosso partido, é uma história e uma lembrança sempre muito carinhosa. E é lá, inclusive, que se dão essas raízes. Ontem, o Presidente Lula, por ocasião do aniversário do partido, lembrava exatamente o Chico Mendes. Acho que era uma história que pouca gente conhecia, a história de como ele conheceu o Chico Mendes. Chegando ao sindicato – segundo ele, um índio e um seringueiro –, ele marcou ali para, em um boteco em São Paulo, conversarem depois do expediente, e a partir daí nasceram ideias que germinaram, com outros líderes brasileiros, o Partido dos Trabalhadores. Então, quero aqui parabenizar V. Ex^a e também me colocar à disposição do povo do Acre, porque tenho certeza que tanto V. Ex^a como o Senador Jorge Viana vão fazer um belo trabalho nesta Casa, olhando para o Acre, olhando para a Amazônia, olhando para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Faço questão de fazer este resgate histórico neste momento, para que, ao refletirmos sobre os avanços todos que foram possíveis ao longo desses 12 anos de experiência de Governo no Acre, as pessoas não entendam como se isso tivesse sido uma inspiração momentânea. Na realidade, houve todo um processo histórico que nos permitiu chegar a essa realidade. A experiência de governo que acontece no Acre hoje é apenas a institucionalização de algo que foi construído ao longo das últimas 3 décadas, com a participação de Chico Mendes, com a participação de muitas outras lideranças que contribuíram enormemente para isso.

Um aspecto que também faço questão de ressaltar é que o bravo povo acreano nos permitiu viver essa experiência com seu espírito revolucionário. Cada aspecto aqui ressaltado é no sentido de mostrar que há algo de especial que nos guia. É como se houvesse um destino promissor desenhado desde o início. Um Estado tão jovem, com pouco mais de 110 anos de existência, com uma experiência tão interessante do ponto de vista da revelação de elementos, de dados históricos e de pessoas, de personagens que tiveram uma participação tão significativa.

Então, reafirmo aqui, Sr, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o grande legado de Chico Mendes foi ter alertado para algo que se tornou preocupação mundial em menos de duas décadas depois, que é a questão da importância da conservação da floresta para o equilíbrio ambiental do Planeta. A explicação mais plausível que encontro para essas situações especiais em que o Acre se tornou o centro das atenções é o

fato de me deparar com a sensação de o meu Estado, verdadeiramente, ter uma vocação especial para protagonizar.

Como se vê, Sr. Presidente, eu não tenho o direito de exercer este mandato pautado por minhas vaidades, que, confesso, preciso de um esforço permanente para contê-las a todo o momento. Mas eu não tenho o direito de me guiar pelas minhas vaidades, porque há uma história toda que me exige um comprometimento total com o legado todo que recebi até aqui.

Ter tido o privilégio de viver no Acre, onde adquiri minha formação média e universitária na Faculdade de História; ter convivido com pessoas tão elevadas do ponto de vista filosófico, ideológico e existencial; ter estado no lugar certo e na hora certa no momento em que surgiram os primeiros movimentos rumo à construção do Partido dos Trabalhadores; ter atuado como jornalista e como assessor e Secretário de Comunicação nos Governos do PT e da Frente Popular, primeiro, com Jorge Viana, que, hoje, divide conosco uma cadeira aqui no Senado e, depois, com o Governador Binho Marques, são coisas que exigem de mim uma postura de gratidão permanente.

Posso dizer com orgulho que hoje posso duas famílias em dois Estados diferentes de um Brasil que amo imensamente.

Tenho minha ancestralidade no Estado do Paraná, na cidade de Luiziânia, onde tive a honra de participar da comemoração dos cem anos de vida da minha tia Inhana, que está completando 101 anos no próximo mês de abril. Foi uma experiência fantástica ter me deparado com meus familiares, com a irmã mais velha de meu pai completando 100 anos, e saber que lá tenho parentes e alguns amigos de família que torcem pelo bom andamento deste mandato, que não deixa de ser uma forma de eles também se sentirem representados nesta Casa.

Mas tenho minha família da atualidade no Estado do Acre, com minha esposa, Elisângela, e minhas filhas, Janaína e Ana Beatriz, meus irmãos e sobrinhos, meus companheiros de causa e de sonhos, que me transformaram também em acreano de direito, com a significativa concessão do título de cidadão acreano...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço, Sr. Presidente, tempo para concluir.

Foi-me concedido o título de cidadão acreano, aprovado por unanimidade pelos 24 Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de tal forma que, hoje, tenho o orgulho de ser um cidadão de dupla naturalidade: sou paranaense de nascimento, mas sou acre-

ano não só de coração, mas de documento também, porque hoje sou documentadamente acreano.

Peço a Deus a sabedoria necessária para bem me conduzir nestes quatro anos de mandato e que eu possa representar com dignidade, seguindo a trilha construída com muita competência e sensibilidade pelos excepcionais Senadores Marina Silva e Tião Viana.

As causas do Acre e do Brasil serão defendidas no Senado por mim, pelo meu companheiro de Partido, Senador Jorge Viana, e vamos buscar sempre o entendimento com nosso colega de Estado, Senador Sérgio Petecão.

O Governador Tião Viana terá nesse mandato o suporte necessário para todos os seus pleitos no plano federal.

Quero ser um porta-voz, um defensor assíduo dos projetos de desenvolvimento em curso em curso no Acre, que podem contribuir de alguma forma para o avanço do arcabouço legal do País. Quero defender a remuneração por serviços ambientais, a exemplo do que estabelece a Lei de Incentivo aos Serviços Ambientais, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador Binho Marques, em 2010.

Quero defender a ampliação do acesso livre à Internet, a exemplo do programa Floresta Digital, que garante Internet gratuita em pontos de livre acesso na capital e na maioria dos Municípios do Acre. Vale ressaltar que este programa foi ampliado, no ano passado, com a distribuição de sete mil computadores *netbooks* para os alunos do segundo grau, para que possam se preparar melhor, nesse processo de aproximação, para a vida universitária.

Quero me somar ao esforço do Ministro Paulo Bernardo no sentido de levar Internet de banda larga e de baixo custo para os mais diferentes pontos do nosso Brasil.

Quero me somar à Presidente Dilma em seu esforço pela erradicação da miséria e da fome, buscando a inclusão social, cultural e digital, que são os caminhos sustentáveis para colocar o Brasil entre as grandes nações do Planeta nos próximos anos.

Faço minhas as palavras do agora nosso Presidente de Honra do PT, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Onde tiver uma causa justa e que valha a pena, pode contar comigo que estarei a postos com meu espírito militante”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao nobre Senador Aníbal Diniz, do PT do Acre, que, no seu pronunciamento, destaca os 31 anos do nosso Partido e faz aqui um relato brilhante de lutas históricas, de grandes momentos e de momentos difíceis. Ao mesmo tempo, fala da força do

Acre e também fala um pouco do povo gaúcho, como sempre fez aqui o Senador Tião Viana. Ele dizia que as histórias meio que se confundem.

Parabéns a V. Ex^a! Seja bem-vindo à Casa.

Informamos também à Casa que às sextas e às segundas-feiras sempre há uma tolerância regimental em relação ao pronunciamento dos Senadores.

Passamos a palavra ao nobre Senador Vicentinho Alves, do PR de Tocantins, para que faça o seu pronunciamento.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Paulo Paim, de início, eu quero registrar neste meu primeiro pronunciamento a admiração e o respeito que tenho por V. Ex^a, pelas causas que V. Ex^a defende neste Congresso Nacional.

Como aviador que sou de profissão, piloto comercial, voei por este Brasil imenso, aliás, me parece que sou o primeiro aviador a se tornar Senador da República. Filho de aviador, eu admiro muito V. Ex^a quando defende, aqui no Congresso Nacional, os direitos e os interesses dos aviadores, aeroviários do Brasil. Serei um aliado de V. Ex^a neste Senado Federal.

Também o admiro, como neto que sou de uma avó negra, pobre, mãe solteira e doméstica, e chego aqui à tribuna do Senado Federal, e ela, se com vida estivesse, com certeza estaria aqui feliz com seu neto.

V. Ex^a defende causas que estão intrinsecamente ligadas às minhas, por isso tenho essa admiração por V. Ex^a.

Saúdo as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que também tenho muito apreço pela sua história, pela sua luta, quando, na Constituinte – V. Ex^a foi constituinte ao lado de Siqueira Campos e de tantos outros Parlamentares –, ajudou a nos presentear com o Tocantins, luta centenária que veio desaguar na Assembleia Nacional Constituinte. V. Ex^a, juntamente com o Presidente Lula e tantos outros constituintes, contribuíram para nos dar essa alegria de dizermos hoje, como nativo do Estado, que sou o primeiro Senador da República filho do Tocantins, da centenária Porto Nacional. Eu me sinto muito feliz por ser colega de V. Ex^a, que foi colega de Siqueira Campos.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Mozarildo e a todos que nos assistem, que a felicidade é o maior bem que o ser humano pode adquirir, o bem mais precioso e também o único que pode ser dividido sem fazer falta. Quero dividir a minha felicidade por estar nesta Casa hoje com todos aqueles que, ao longo da minha vida, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Essa divisão eu faço com o mais nobre sentimento de gratidão por todos aqueles que vieram caminhando comigo, *pari passu*, desde as minhas professoras, professores, os meus mestres, os meus pais e, católico praticante que sou, devo muito também aos nossos padres franceses como seminarista que fui na cidade de Porto Nacional. Portanto, a todos que contribuíram eu divido este momento feliz da minha vida, do meu primeiro pronunciamento como Senador da República.

Quero também dizer que, dentre todas as artes, a arte de transformar sonhos em realidade para mim é a maior arte; e eu me considero um grande artista, por transformar sonhos em realidade. Sonhei um dia seguir os passos da profissão do meu pai e ser um piloto aviador, como era o meu saudoso pai. Saí da minha cidade com 17 anos, fui ao Rio de Janeiro e lá me tornei piloto privado, comercial, multimotores, instrumentos, enfim, cursei todos os cursos da aviação. E fui voar nas asas dos meus sonhos, como profissional, na Amazônia, em companhias aéreas.

Enfim, carreguei riquezas, transportei pessoas, sonhos e ideal. E aqui chego como Senador da República com muita honra para dizer que, como aviador, estarei aqui em defesa dos colegas aviadores e aeroviários do Brasil.

Eu quero dizer também que transformei sonhos em realidade. Sonhei ser prefeito da minha cidade, a bela centenária, culta, hospitaleira, Presidente Paim, a Porto Nacional, querida minha. Aliás, há um ditado que diz que se você quiser ser feliz em outras aldeias, cante a sua. E aqui eu quero cantar a minha, Porto Nacional, terra de cancioneiros, de poetas, enfim, de homens e mulheres trabalhadoras e trabalhadores, cidade palco do cenário da luta libertária pela criação do Estado. De modo que eu venho dizer que transformei esse sonho em realidade.

Transformei também, Presidente Paim, o sonho de ser Deputado Estadual por dois mandatos, Presidente da Assembleia, Presidente da Associação dos Municípios do meu Estado, Deputado Federal. Agora, o maior sonho de todos é ser Senador da República do meu País. Esse, Senador Aloysio, tem sido, de todos os sonhos transformados em realidade, o mais elevado para este filho tocantinense.

Portanto, eu venho, não só da minha Porto Nacional, venho da região sul do meu Estado, da nossa Gurupi; venho das cidades históricas também de Paraná, Dianópolis, Arraias, Taguatinga; venho das cidades progressistas de Paraíso do Tocantins, Guarai, Colinas; venho da maior metrópole que é a nossa Araguaína, à qual eu devo muito a expressiva votação.

Quando digo isso, em cito as cidades vizinhas: venho do Bico do Papagaio, dos encontros das águas

do Tocantins com o Araguaia. Olha, Sr^{as}s e Srs. Senadores e brasileiros que nos assistem, vocês têm que conhecer o encontro das águas do Tocantins com o Araguaia. Eu venho do Jalapão; venho da Ilha do Bananal; venho das aldeias e dos nossos índios do nosso Estado; venho trazendo a mensagem também dos quilombolas e dos assentados.

Eu venho, Presidente Paim, de uma origem modesta, mas trazendo sempre comigo a honra de poder vir a esta tribuna, depois de mais de 20 anos de mandato, e dizer com alegria que venho como um político ficha limpa, sem nenhum processo em minha vida pública, nem na minha cidade, nem na capital, nem no Supremo Tribunal Federal. Nenhum mérito, é dever do homem público, mas, com prazer, faço questão de registrar.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nesta Casa, no Senado Federal, onde a igualdade entre os Estados, naturalmente para o equilíbrio do pacto federativo, é construída, apresento-me para cumprir mais uma etapa de minha carreira política.

O Brasil atravessa um momento único em sua história, acompanhando o mundo moderno e crescendo em representatividade no cenário político e econômico.

Eu quero aqui reafirmar o compromisso que fiz como candidato a Senador da República; reafirmar o compromisso de ser um Senador comprometido com a Presidenta Dilma e a sua equipe de Governo. Estarei aqui dando a minha modesta contribuição como parlamentar da Base para o sucesso não apenas do Governo da Presidenta Dilma, mas para o sucesso de todos os brasileiros.

Nesta Casa, que foi a Casa de Rui Barbosa e de grandes políticos pensadores e intelectuais, quero, com muita determinação, trabalhar pelos tocantinenses e pelos brasileiros, pois um país se constrói com o suor dos homens, a inteligência das mulheres e a esperança das crianças.

Quero aqui defender o pacto federativo, que ajudará na melhor relação entre os três níveis de Governo, o que garantirá um atendimento mais eficiente à sociedade.

Pretendo ainda ajudar na construção da reforma política brasileira, missão para a qual tive a honra de ser convidado pelo Exmº Sr. Presidente desta Casa, Senador José Sarney, a quem agradeço com muito sentimento de gratidão, a convocação para fazer parte do grupo de pensadores políticos dessa comissão. Eu, com certeza, o menor de todos, mas dentre esses grandes pensadores do Brasil, o que me honra muito.

Defenderei o projeto do financiamento público de campanha que pretende levar à sociedade, naturalmen-

te, informações claras sobre todos os gastos em época de eleições, além de limitar despesas exorbitantes.

Esse financiamento público de campanha, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ainda garantirá que novos nomes, como jovens, líderes populares de baixa renda surjam no cenário político nacional. Entendo que a melhor forma de democratizar um pleito eleitoral está exatamente no financiamento público de campanha. Não dá mais para aceitar que venham para o Congresso Nacional, para as prefeituras, para as Câmaras, na sua grande maioria, candidatos endinheirados. Portanto, eu defendo a democratização nos gastos de campanha.

Também defenderei o projeto de ampliação de bolsas universitárias para que alunos de baixa renda deste País possam, eles também, ser artistas, transformando seus sonhos em realidades nas suas profissões.

Estarei também junto aos movimentos culturais do meu Estado e do meu País. Procurarei viabilizar recursos para as escolas de tempo integral, porque compreendo que uma das melhores formas para se combater o crack, a droga, é colocar as nossas crianças e os nossos jovens nas escolas. Quanto mais se absorver a energia, o entusiasmo, a esperança das crianças e dos jovens na escola de tempo integral, naturalmente, mais as estaremos tirando das mãos dos traficantes.

Procurarei também ser um aliado permanente, como disse, dos nossos índios tocantinenses e brasileiros. Aqui, abro um parêntesis para homenagear o grande cacique Ribamar, um velho amigo, que inclusive veio para a nossa posse, alegre, feliz. Olha, Ribamar, em seu nome, eu homenageio todas as etnias do Brasil, particularmente do Tocantins: os Krahôs, os Carajás, os Apinajés, os Xerentes, os Xavantes, enfim, todos, todas as etnias. Vou estar aqui trabalhando, sim, para que as crianças das aldeias, as mulheres das aldeias, os idosos das aldeias também, Presidente Paim, tenham o mesmo direito das pessoas da cidade. A saúde da mulher indígena, dos idosos, das crianças, olha, vão ter em mim aqui um Senador defendendo de forma intransigente os nossos índios. Já fiz isso na Câmara Federal, Senador Aloysio, quando fui relator na CPI de morte de crianças indígenas por subnutrição. Depois de várias audiências públicas no Brasil, contribuí muito, juntamente com o meu colega Vanderlei Macris e tantos outros do PSDB de São Paulo, para elaborar bom relatório, a ponto de o Presidente Lula acatar a sugestão de criar a Secretaria de Saúde dos Povos Indígenas.

Portanto, vou continuar lutando por eles. Como já disse, vou cuidar também dos nossos quilombolas,

dos nossos assentados, dos nossos garis. E aqui eu quero homenagear o Orlando, o gari mais intelectual da minha cidade de Porto Nacional. Por que os garis? São as pessoas que embelezam as nossas cidades, e às vezes não são observados pela classe política do País. Vamos dar dignidade a eles, melhorar a condição de trabalho, vamos trabalhar juntos nesse sentido.

Vou continuar trabalhando muito, Presidente Paim, Sras e Srs. Senadores, pelas nossas crianças das Apaes. Eu já fazia um trabalho nesse sentido no meu Estado como Deputado Federal e agora, mais do que nunca, como Senador da República, eu vou cuidar das crianças das Apaes do Estado e, naturalmente, vou trabalhar com as Apaes do Brasil inteiro. Quero muito contribuir nesse aspecto como Senador da República.

No plano nacional de infraestrutura, trabalharei pela conclusão da ferrovia norte-sul, que eu comprehendo de suma importância para o desenvolvimento nacional.

Também serei um defensor intransigente para a implantação da Fiol, que é ferrovia oeste-leste, que sai de Ilhéus e vem até o Tocantins, se encontrar com a ferrovia Norte-Sul na cidade de Figueirópolis. Trabalharei também pela navegabilidade dos rios, com as nossas eclusas. Cito, por exemplo, a eclusa de Lajeado, no meu Estado, a eclusa de Estreito. Trabalharei para melhorar os portos fluviais.

O Tocantis, Presidente, Sras e Srs. Senadores, é o Estado das águas. Olha que Estado abençoado, por ser banhado pelo Araguaia e pelo Tocantins e tantos outros rios, como a Amazônia.

Portanto, vamos trabalhar para melhorar os nossos portos fluviais. Vamos trabalhar para que ocorra a recuperação desses rios, o derrocamento, como chamam os técnicos. Vamos trabalhar nesse sentido. Sempre, naturalmente, com a responsabilidade socioambiental, porque é importante preservarmos a questão social dos nossos beiradeiros, como eu, que nasci nas margens, na barranca do Tocantins, como também a questão ambiental.

Aliás, já disse anteriormente, como aviador comercial que sou, coloco-me à disposição dos interesses de todos os aviadores do Brasil, assim também como de todos os aeroviários.

Fica aqui, em aberto, aos colegas aviadores, aos colegas aeroviários: vocês, nós, que transportamos vidas, que transportamos desenvolvimento, precisamos ter mais atenção por parte do governo. Digo isto referindo-me ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Que os seus direitos sejam preservados, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Vou concluir, Sr. Presidente.

E será aqui no Senado Federal que trabalharei sem descanso pela preservação da democracia e pelo progresso do Brasil, porque, como já dizia o poeta, o homem que tem amor à pátria é feliz, pois tem um lugar para chamar de sua casa e de seu lar.

Eu quero também, ao finalizar, render, naturalmente, os meus agradecimentos. Agradeço a Deus. Católico que sou, tenho um intercessor junto a Ele, que é o Padre Luso. A ele eu agradeço por sempre interceder por mim junto ao Pai.

Agradeço também a todos os líderes, à militância, ao povo do meu Estado, que me conduziram até aqui. Agradeço aos que conheço e àqueles anônimos, cujos rostos eu sequer conheço. Mas trago comigo o mais nobre sentimento de gratidão ao fazer o meu primeiro pronunciamento. Sintam-se todos agradecidos, cada um que, no decorrer da minha vida, colocou um tijolo na construção para que eu chegassem até aqui como Senador da República. Fica aqui registrado.

Agradeço à Senadora Kátia Abreu, minha companheira de campanha. Agradeço ao Senador João Ribeiro, que comigo também ombrou na luta para chegar até aqui. E agradeço em especial ao Governador Siqueira Campos. Esse, campeão, tem lugar cativo no meu coração. Siqueira Campos, Vereador, Deputado Federal, que nos presenteou com Tocantins, fez greve de fome, determinado, chega, aos 83 anos, ao quarto mandato como Governador do Tocantins. Eu tenho o prazer de dizer que sou o seu companheiro sempre, no passado e no que virá pela frente. Penso que a gratidão e a lealdade devem nortear a vida de um homem público, e eu carrego pelo Governador Siqueira Campos sempre a minha gratidão e a minha lealdade de amigo e de companheiro.

Agradeço ao Ministro Alfredo Nascimento, Presidente do nosso Partido; agradeço ao Secretário Waldemar; agradeço ao colegas Senadores; ao meu Líder Magno Malta; Senador Clésio, de Minas Gerais; ao Senador Blairo Maggi, que me receberam tão bem na Bancada, de forma muito amiga. Ficam aqui todos os meus agradecimentos.

Agradeço ao Presidente Lula e ao seu Governo. Se hoje chego a esta condição de Senador, é porque, como Deputado Federal, eu tive a acolhida e a atenção do Presidente Lula e de toda a sua equipe e pude levar muitas coisas boas para o povo do meu Estado.

Portanto, ficam aqui registrados os meus agradecimentos.

Agradeço também ao Ministro Padilha, que, mesmo enfrentando a resistência do PT do meu Estado, gravou um programa eleitoral e confiou em mim. Agra-

deço a Arlindo Chinaglia, meu amigo pessoal, de viagens pelo Jalapão afora, comigo e sua esposa, D. Teresa, confiou também em mim. Agradeço ao Senador Demóstenes, que gravou um programa eleitoral para a gente lá, somando muito. Todos somaram, pela credibilidade que têm. Agradeço ao Marconi Perillo, meu amigo Governador de Goiás, que também gravou um programa para a nossa campanha.

Quero fazer um agradecimento também a todos os profissionais da imprensa do meu Estado, pois tenho um ótimo relacionamento com todos. Aliás, se brincar, tive o voto de todos os jornalistas do meu Estado – acho que de quase todos –, através de você, Fred, que aqui está, um grande apresentador de televisão, jornalista, publicitário, de quem tenho muita honra de ser companheiro. Aos publicitários eu vou agradecer através do Marcelinho, meu anjo da guarda na campanha, simples, mas com a inteligência chegando quase à genialidade.

Fizemos uma campanha modesta, Presidente, só de filmagens externas, no meio do povo, da forma simples como sou, porque simples é o nosso povo tocantinense, mas muito determinado, muito corajoso.

Agradeço em especial à minha família. À minha esposa, Adailde, minha companheira, que se casou comigo aos 16 anos de idade. Graças a Deus, temos 27 anos de casados, sempre ali, um solidário ao outro. Agradeço aos meus filhos, o Neto, o Júnior, o Tiago e a Mariana, que me motivam muito na minha caminhada, porque a maior alegria de um pai é ver os filhos bem encaminhados. Aliás, é a maior riqueza. E, graças a Deus, os nossos filhos estão bem encaminhados: engenheiro, médica, médico, vereador. Tenho essa felicidade de dizer isso. Agradeço às minhas netas Amanda e Júlia. Agradeço ao meu neto Gustavo. Agradeço, *in memoriam*, à minha irmã Nôra, saudosa, ao meu irmão comandante Jeré, que faleceu num acidente de avião, pois também era aviador. Registro esta homenagem a eles. Agradeço às minhas irmãs em vida, Ceicinha e Cristina, e, em especial, ao meu irmão caçula, que ainda me resta em vida, que é o meu irmão Pedro Henrique, meu braço direito na política no Estado. Muito obrigado, Pedro.

E, finalmente, Sr. Presidente, para concluir, agradecendo a generosidade de V. Ex^a, registro, mais uma vez, a minha avó Alice, que já se foi, que é a referência de toda nossa família. Negra, mãe solteira, pobre e doméstica, mas soube criar uma prole com muita dignidade. Então, ela foi um norte.

Agradeço aos meus pais, D. Naná, maranheses, que se casou com meu pai, o comandante Vicente, um alagoano, e foram morar em Porto Nacional,

de onde saiu, daquela terra abençoada, este filho do Tocantins.

O meu pai era assim como meu ídolo, Senador Pedro Simon. Por isso, eu escolhi a profissão dele, de aviador. Depois, escolhi a missão dele, de político, como Vereador que foi da cidade de Cristalândia. Depois que entrei na aviação, que a aviação avançou, ele se sentia representado por mim na aviação, entusiasmado. Como político, Prefeito da nossa cidade e Deputado, ele também se sentia representado, entusiasmado. De modo que, se vida tivesse, ele estaria se sentindo representado em ver o seu filho como Senador da República.

Agradeço, por fim, a generosidade de V. Ex^a, Sr. Presidente, e quero dizer que, como Senador da República, venho à tribuna do Senado Federal procurando fazer, como sempre fiz, ao longo da minha vida pública, trazendo para cá o sentimento mais nobre de responsabilidade com os tocantinenses, como sempre fiz nos mandatos, como também os sentimentos mais nobres de responsabilidade, de muito trabalho e de muito zelo pelo meu mandato, que é um mandato não apenas meu, pois, como sempre digo, os mandatos que exercei sempre foram e sempre serão coletivos.

Venho aqui representar a boa gente do meu Estado, e também a minha alegria sempre foi coletiva. Só posso ficar alegre quando a boa gente do meu Estado e do Brasil estiverem muito alegres com este Senador.

Muito obrigado pela generosidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Wilson Santiago.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wilson Santiago, a minha vontade seria fazer comentários sobre seu pronunciamento, mas aprendi, desde que cheguei à Casa, que o bom Presidente é aquele que não faz comentários sobre o que os Senadores falam. Senão, está-se dando a impressão de que a gente usa toda hora o momento inadequado.

Mas só quero dizer que V. Ex^a fez um discurso para as pessoas, falando das pessoas. Só isso, para mim, mostra um viés voltado para o social. Meus cumprimentos, Senador.

Senador Aloysio Nunes, como Líder V. Ex^a está inscrito, e, como o próprio Regimento diz, intercalamos um orador inscrito e um Líder ou para uma comunicação inadiável. Então, V. Ex^a está com a palavra neste momento.

Permita-me: a Secretaria lembra que a homenagem que eu fiz aqui foi ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP)

Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que compartilho do sentimento de V. Exª em relação ao discurso que acabamos de ouvir do nobre Senador Vicentinho Alves. E apenas um comentário que não quis fazer no momento para não interromper-lo, mas que faço questão de registrar agora: tivemos um Senador por São Paulo que se dedicou intensamente à defesa dos indígenas brasileiros, que foi o Senador Severo Gomes, de saudosa memória, e que deixou em todos nós uma lembrança imorredoura, incluindo na pauta dos grandes temas da política brasileira a defesa dos povos indígenas, à qual adiro para lutar ao seu lado para defendê-la.

Sr. Presidente, infelizmente, o tema que venho tratar hoje é um pouco mais momentoso, delicado. Trata-se de um comentário a respeito das recentes medidas do Governo Federal de ajuste fiscal, representando um corte anunciado no Orçamento de R\$ 50 bilhões.

Eu começaria, Sr. Presidente, rememorando tempos muito recentes. É curioso que, no Brasil, tempo curto se transforma em tempo longo, a memória das pessoas é curta, de tal modo que o nosso próprio Hino à República diz: "Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre País". Outrora era um ano antes, o Hino à República é de 1889, e a abolição foi em 1888.

Pois bem, muito recentemente, a candidata Dilma Rousseff fez uma declaração enfática, às vésperas do segundo turno, a respeito da situação fiscal do Brasil.

Quando questionada, aqui em Brasília, na Legião da Boa Vontade, sobre algo que já pairava no ar, a ideia de que a situação fiscal brasileira vinha se deteriorando a passos largos e rápidos, a Presidente afastou, de maneira absolutamente enfática e até com certo desdém, essa hipótese. Ela disse: "Com o País crescendo, inflação sob controle, eu vou fazer ajuste fiscal para quê?". E prosseguiu: "Eu não concordo que o Brasil tenha que se submeter sistematicamente, a cada fim de governo, a um ajuste fiscal". E com isso tranquilizou a sua plateia.

Ela já havia feito, um mês antes desse pronunciamento, numa visita ao SENAI, no bairro paulistano do Brás, uma afirmação semelhante. Disse a então candidata:

Eu não autorizo nenhuma avaliação a esse respeito [corte de gastos públicos]. [...] o Brasil de hoje não é igual ao Brasil de 2002. O Brasil de hoje tem uma dívida líquida que está caindo, taxa de juros com todas as condições e inflação sob controle e convergindo [essa

inflação] para níveis internacionais. Por isso, não vejo nenhum sentido nessa discussão [a discussão de um eventual ajuste fiscal] [...].

Muito bem. Durante o período eleitoral, essas afirmações foram enfaticamente repetidas. Eu entendo, todos nós entendemos que a eleição é um momento de um contrato do governante com o povo, um contrato chancelado pelo sufrágio universal. E, como todo contrato, ele deve se reger pelo princípio da boa-fé.

Ninguém pode ser levado a firmar um contrato sem pleno conhecimento das condições do seu cumprimento. Há mesmo um crime previsto no Código Penal, o estelionato, que consiste numa conduta que leva a vítima ao engano com o objetivo de obter um efeito jurídico relevante para si. Ora, esconder do País algo que estava na iminência de acontecer, e que aconteceu efetivamente, tudo para manter a fábula do momento mágico, "estamos num mundo maravilhoso, o País está às mil maravilhas", mentir para a população!? Realmente, não é o caso de 2002.

Em 2002, Sr. Presidente, o Brasil viveu a sua última crise internacional do período Fernando Henrique Cardoso, uma crise provocada pelo terror, pânico nos mercados financeiros de que o Presidente Lula, uma vez instalado no poder, fosse cumprir efetivamente todo o receituário que o PT havia apregoado durante a sua existência até então. Aí nós tínhamos, evidentemente, o voto contra a responsabilidade fiscal, a renúncia a assinar a Constituição, o plebiscito sobre a dívida externa, a auditoria da dívida pública, uma série de temas que foram alardeados, mas rapidamente escamoteados numa tal "Carta aos Brasileiros" pouco antes da eleição. O fato é que os mercados financeiros tinham receio. Não imaginavam eles que o PT, uma vez no Governo, iria se transformar no xodó dos mercados financeiros.

Este movimento provocou um pânico, e o Presidente Fernando Henrique, às vésperas da eleição do segundo turno, não hesitou em recorrer ao Fundo Monetário Internacional para garantir as condições de governabilidade ao seu sucessor. E teve o cuidado e o zelo de, antes de recorrer ao Fundo, ter uma entrevista com os dois candidatos, José Serra e com o candidato, à época, Lula. Eu acompanhei de perto esse episódio, uma entrevista que foi, inclusive, organizada, eu participei da organização dessa entrevista junto com o então Presidente do Partido dos Trabalhadores, o então Deputado José Dirceu.

Ora, nada disso ocorreu nessa transição de Governo. Em 2002, era uma transição bem-sucedida de um Governo que prometia e que pregava uma ruptura com o passado; desta vez, o grande cacife eleitoral da candidata era a continuidade. Ela era a alma do Go-

verno passado, e isso dava garantia aos eleitores da continuidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não foi isso que aconteceu neste primeiro momento. O anúncio do corte de 50 bilhões é uma ruptura, a menos que se imagine que aqueles que elaboraram o Orçamento – e me refiro ao Ministro Mantega em particular – fossem tão incompetentes que não tivessem previsto o rumo que as contas estavam tomando e que imporiam um corte fiscal logo no início, um ajuste fiscal logo no início do Governo, do exercício, melhor dizendo.

Bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as medidas anunciadas estão ainda envoltas num certo mistério. É evidente que, a esta altura, todos estão esquadrianhando o que contém esse pacote de R\$50 bilhões. Mas, aparentemente, aquilo que se sabe está muito longe de atingir esse montante.

Auditória externa da folha de pagamento para detectarem incorreções. Ora, o Brasil dispõe do Siafi. O Siafi, segundo o relatório do Ministério da Fazenda de 13 de outubro de 2008, é apontado como “um importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal, se configurando, atualmente, no maior e mais abrangente instrumento de administração das finanças públicas, dentre os seus congêneres conhecidos no mundo.”

Ora, será que o Siafi, que é conhecido e respeitado no mundo inteiro, não merece a confiança da Presidente Dilma? Vai ser preciso contratar uma auditoria externa? Ou então será que, na herança do governo passado, estão incorporados funcionários fantasmas, incapazes de serem detectados pelo Siafi?

Outra medida: novas contratações serão olhadas com lupa. Qualquer medida de elevação dos valores pagos aos funcionários em cargos de comissão estão suspensas.

Bem, a suspensão dos concursos públicos pode ser boa e pode ser ruim. Depende.

O Governo anunciou a criação e instalou efetivamente várias universidades federais. Isso foi uma bandeira de campanha eleitoral e gerou uma expectativa altamente positiva, inclusive no meu Estado, no Estado de São Paulo. Temos as universidades e não temos concursos públicos para prover os cargos de professor. O Governo será que não fez, antes de lançar os editais de concurso, um levantamento preciso da necessidade de funcionários em determinados setores ou da sua abundância em outros, antes de fazer concurso, antes de engajar milhares de pessoas na preparação de

concursos, na inscrição em cursos preparatórios para concursos públicos? Esses editais foram elaborados com base em quê? Os editais de concursos que foram agora suspensos ou concursos realizados e que não darão ensejo à contratações.

Redução de 50% de despesas com viagens e diárias. Ora, é uma piada de mau gosto. Quanto representaram viagens e diárias no Orçamento de 2010? Cerca de R\$2 bilhões, Srs. Senadores: R\$980 milhões com passagens e despesas de locomoção, e diárias, R\$1,2 bilhão; no total, R\$2 bilhões. Reduzindo pela metade, sobra R\$1 bilhão. Isso é ajuste fiscal?

As obras do PAC e as ações sociais não sofrerão corte. Bom, quanto às obras do PAC, é bom que se diga que o ritmo de execução dessas obras está sempre, sempre atrasado. Foi prática corrente do Governo Lula, por dificuldade de planejamento ou por qualquer razão que seja, a inscrição de dotações orçamentárias de um Orçamento no Orçamento seguinte como restos a pagar.

Isso é corrente. Isso é rotina. Os restos a pagar inscritos do exercício de 2011 alcançaram o montante de R\$128 bilhões, sendo que R\$ 90 bilhões, 70% são referentes ao exercício de 2010 e R\$ 38 bilhões a reinscrição relativa aos exercícios de 2007 a 2009. Então, cortar ou não cortar o PAC é mera teoria, é fantasmagoria, é má literatura, porque as obras do PAC não estão sendo executadas no ritmo que deveriam.

As emendas parlamentares são, evidentemente, algo demonizado perante a opinião pública, embora eu, raramente, tenha visto uma emenda parlamentar inútil. Evidentemente, existem emendas parlamentares como essas que ocorreram no orçamento do Ministério de Turismo, que eram, pura e simplesmente, fraudulentas, mas, em geral, as emendas são úteis para o eleitorado. E essas emendas também costumam entrar no pacotão de restos a pagar.

Agora, área social, cortar custeio em área social... Onde se vai cortar custeio significativo em área social que tenha realmente um impacto sobre o Orçamento a não ser em saúde e educação? Saúde é custeio. Educação é custeio. Segurança pública é custeio. Defesa nacional, em grande parte, é custeio. E o Governo garante que não haverá cortes em área social. Não sei que mágica vai fazer para continuarmos sob a égide deste momento mágico que é tão alardeado pelos partidários do Governo.

Na verdade, Sr. Presidente, se o Governo não enfrentar seriamente os desafios de tapar os ralos por onde escorre o dinheiro público; se o Governo não se propuser, com o auxílio desta Casa, a uma revisão rigorosa dos incentivos fiscais que somente favorecem grupos econômicos e que não têm nenhum benefício

social; se o Governo não puser fim ao cassino financeiro, ao custo elevadíssimo que paga para manter divisas vultosas, enquanto as contas comerciais se deterioram... Enquanto não se enfrentar seriamente esses problemas, o resto é perfumaria.

Eu espero que a Presidente Dilma, ainda com o carisma, com o apoio, com a simpatia que merece dos brasileiros no início do seu mandato, tenha efetivamente a coragem, a visão de estadista, para romper com práticas do passado e iniciar efetivamente uma nova era, em busca de novas conquistas econômicas e sociais para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Senador Aloysio Nunes, cumprimento V. Ex^a, na tribuna, e só esclareço à Casa que, como Líder ou para uma comunicação parlamentar, são cinco minutos. Mas, na sexta-feira, para que ninguém me critique, sempre há uma tolerância. Por isso eu dei, de forma muito justa, cerca de vinte minutos para V. Ex^a, como dei àqueles que têm o direito a falar vinte minutos, trinta, quarenta, num segundo momento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. *Fora do microfone*) – Agradeço a benevolência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Senadora Gleisi, com a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Eu gostaria de me inscrever para falar para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – V. Ex^a terá direito a cinco minutos, com a devida tolerância que temos tido com os Srs. Parlamentares.

Chamarei os oradores pela ordem de inscrição. Aquele que for chamado, se não estiver presente, vai para o final da fila:

Wilson Santiago. (*Pausa*.)

Marta Suplicy. (*Pausa*.)

Senador Wellington Dias, que estava aqui há minutos. (*Pausa*.)

Senador Cristovam Buarque. (*Pausa*.)

Senadora Ana Amélia, que está presente.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Meu caro amigo, Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ontem, pela gentileza do 4º Secretário da Mesa, meu correligionário Ciro Nogueira, eu presidi, com alguma imprudência regimental, a sessão vespertina do Senado e, hoje, nesta manhã de sexta-feira, ocupo esta tribuna para fazer a minha estreia como Senadora de primeiro mandato, na minha primeira experiência parlamentar – primeira experiência política também.

A minha primeira palavra é um agradecimento muito especial e comovido aos meus 3 milhões, 401 mil e 241 eleitores gaúchas e gaúchos do meu Estado, especialmente aos eleitores da minha terra natal, Lagoa Vermelha, localizada nos férteis e bonitos campos da região nordeste do Rio Grande do Sul, onde eu obtive, Senador Pedro Simon, 80% dos votos válidos.

Agradecer é pouco, e a resposta que eu devo dar a esta confiança é fazer um mandato com muita responsabilidade, com muita ética e com muito compromisso com as causas públicas, para a recuperação da credibilidade do Poder Legislativo e desta Casa em especial, onde, ontem, por iniciativa oportuna do Senador Presidente José Sarney, medidas restritivas de gastos foram adotadas. A sociedade espera cada vez mais esforço nessa direção.

Chego a esta Casa para cumprir compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, na qual eu estive na sua companhia, Senador Pedro Simon, que apoiava a candidatura Germano Rigotto, e na companhia do meu caro colega Paulo Paim. Disputamos um pleito de maneira muito correta, muito respeitosa, e os gaúchos, certamente, admiraram a conduta tomada por todos os postulantes, inclusive pelo ex-Governador Germano Rigotto.

Esses compromissos são, como disse, de produtividade responsável, ética, não só com a causa pública, mas sobretudo com os demandantes que estiveram pedindo apoio e socorro no meu gabinete.

Entre esses compromissos, Senador Paulo Paim, na campanha eleitoral, assumi, como o senhor assumiu durante todo o seu mandato como Deputado e agora como Senador, em relação às questões referentes à previdência social. Durante a campanha, fiquei muito apreensiva com a situação em que vivem os nossos aposentados e pensionistas do INSS.

Por conta disso, o empobrecimento é visível pela aplicação de índices diferenciados para o salário mínimo e para quem ganha mais que um salário mínimo como aposentadoria do INSS. E, por conta disso, para recuperar o poder aquisitivo das famílias, muitos aposentados estão voltando ao mercado de trabalho com essa finalidade.

É preciso, urgentemente, discutir essas questões todas em que o senhor se envolveu muito, mas esta causa, Senador Paim, esta causa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é tão grande para a sociedade brasileira que é preciso que o Congresso todo esteja debruçado sobre ela. Nós gostaríamos, eu em particular, de saber se no caso do dinheiro desviado pela advogada Jorgina de Freitas, se no caso das irregularidades praticadas no desvio de pagamentos em agências do INSS no Rio de Janeiro, denunciadas pelo Ministério Público,

haverá penalização para os responsáveis por esses desvios. Uma auditoria séria e profunda nas contas da Previdência poderá revelar e desvendar esse déficit de duvidosa origem tão propalado pelos especialistas. Acho que o caminho maior e melhor agora é exatamente uma auditoria, para evitar que os aposentados continuem pagando uma conta que não devem e tenham melhor condição de receber.

Vou me associar aos projetos que já tramitam nesta Casa, grande parte deles de sua autoria, Senador Paulo Paim, e pretendo tomar aqui a iniciativa de outros projetos, no sentido de melhorar a condição dos nossos aposentados.

Há pouco o Senador Vicentinho Alves, do PR do Tocantins, falou muito da questão do municipalismo, e durante esses dez dias de mandato, tenho acompanhado atentamente as manifestações de Senadores que foram prefeitos, que foram governadores, no sentido de um novo pacto federativo.

É necessário e urgente, Senador Paulo Paim, que nós tenhamos uma atenção especial a isso. Não é possível mais aceitar que a União, a prima rica da Federação, continue absorvendo 70% de tudo o que é arrecadado via impostos ou contribuições da população. Esses 70% ficam na mão da União e apenas 30% vão para os Estados e Municípios.

Sabemos que só no caso da saúde, por exemplo, os Municípios, pela lei, deveriam aplicar 15% da receita bruta em saúde pública. Mas, segundo a Confederação Nacional dos Municípios, hoje a média é de 22%. E no Município de Panambi, administrado por um Prefeito do meu Partido, o Partido Progressista, a aplicação ou o investimento em saúde é de mais de 30% da receita bruta.

É preciso inverter essa ordem, considerando até o fato de que os Municípios, a cada ano, estão perdendo receita do Fundo de Participação, inclusive, e aumentando as competências e responsabilidades com transporte escolar, com todas as demandas a que são obrigados, além da questão da saúde.

Tenho o compromisso firme também com essas questões relacionadas à defesa dos produtores rurais, pequenos e médios, que não têm sido devidamente valorizados, seja por governos, seja pela própria sociedade urbana.

Senador Paim, Senador Pedro Simon, Senadora Gleisi, que é de um Estado produtor, o Paraná, bem como o nosso Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, todo o Brasil agrícola, o agricultor é o responsável por colocar o café da manhã, o almoço e a janta na mesa dos brasileiros, mas é tratado muitas vezes com grande preconceito, sem o reconhecimento

de que são eles os responsáveis pelo nosso superávit da balança comercial.

Quando se olha a pauta da exportação, lá estão os principais produtos agrícolas: a soja, toda a cadeia produtiva da carne, o etanol, o açúcar, o café, o suco de laranja, o tabaco. Todos saem da terra.

Mas, em compensação, os nossos produtores, hoje, não contam com uma política agrícola segura que lhes dê tranquilidade para produzir. Temos Plano Safra a cada ano, mas não a garantia de uma logística eficiente que aumente aquilo que ele tem de melhor, que é a produtividade. Estamos aumentado a produção em menor área, porque o talento e a capacidade dos nossos produtores é muito grande e, em contrapartida, não recebe aquele apoio logístico da desoneração da produção, da melhoria das condições para ter competitividade. Somos mais produtivos, mas não temos produtividade, por exemplo, dos concorrentes argentinos, no plano do Mercosul, ou norte-americanos, por conta da falha do Poder Público nesse setor.

E é por isso que, neste momento em que a Câmara dos Deputados está avaliando o Código Florestal, comandado com maestria pelo Deputado Aldo Rebelo, precisa vir a esta Casa para evitar a penalização injusta de milhares e milhares de agricultores brasileiros. É necessária uma discussão madura, como foi feita já na Câmara dos Deputados e que aguarda uma definição por parte dos colegas Parlamentares.

Da mesma forma, caro Presidente Paulo Paim, Senadoras e Senadores, tenho um compromisso com a micro e a pequena empresa, são elas que fazem do Brasil um País cada vez maior. E nós da Região Sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – sabemos muito bem o impacto e a importância que as micro e as pequenas empresas apresentam para a nossa economia.

Estou inscrita e participando já da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, comandada pelo nosso companheiro Pepe Vargas, do seu partido, Senador Paulo Paim, e que acaba de desarquivar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas na Câmara Federal, e, quando vier ao Senado, nós daremos a colaboração necessária para que esse assunto urgente e relevante seja, enfim, decidido pelos Parlamentares.

Outro compromisso que assumi na campanha foi com as consequências extremamente negativas e predatórias até com as assimetrias no Mercosul.

Elas representam um perigo e um risco cada vez mais ao setor produtivo de nosso País, especialmente para o Rio Grande do Sul. Vejam só, Senadores e Senadoras: arame, máquinas e implementos agrícolas e vários outros produtos fabricados no Rio Grande

do Sul, em Santa Catarina e no Paraná são vendidos no Uruguai, na Argentina e no Paraguai – os nossos produtos –, às vezes até pela metade do preço que o agricultor brasileiro paga no território nacional. E, aí, na hora da colheita da safra, o Governo autoriza importação de arroz, de carne, de trigo – trigo necessário à importação porque não temos produção suficiente para abastecer o mercado interno. Mas fazemos uma situação predatória.

E, agora, no plano da indústria, temos um grave acordo firmado entre o Mercosul e o Egito – que está vivendo em crise –, que, se aplicado e implementado vai provocar uma destruição de um setor que lhe é muito caro, Senador Paulo Paim: a indústria automobilística da sua cidade natal, Caxias do Sul. Esse acordo prevê a importação, quase a tarifa zero, do Egito de autopeças, de peças de ônibus, até um ônibus inteiro, sabendo que as nossas condições competitivas são muito inferiores às condições do Egito, que tentará trazer, por esse acordo, se for viabilizado, exatamente esses produtos, provocando aí uma concorrência desleal e predatória.

Por indicação do meu competente e atento Líder Francisco Dornelles, pedi e estou participando da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, exatamente com esse objetivo. E informei à Assessoria Parlamentar do Itamaraty, do nosso Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política externa brasileira, que esse acordo que ainda não chegou ao Congresso Nacional, se vier, não será aprovado, porque vamos nos encarregar – nós Senadores do Sul do País – de inviabilizá-lo pelas consequências negativas relatadas num documento que recebi – e certamente o senhor deve ter recebido – da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus, da Fabus. Precisamos preservar o emprego, mais do que a vida das empresas, o emprego de milhares e milhares de metalúrgicos do setor metal-mecânico e automobilístico de nosso Estado.

É por isso que eu tenho a responsabilidade com esses temas, Senador Paim.

Mais do que isso também, a região da fronteira, onde percorri durante a campanha eleitoral, sofre hoje, no caso da fronteira com o Uruguai, uma concorrência predatória também no comércio. As lojas e os estabelecimentos no território brasileiro, ou seja, em todo o Rio Grande do Sul, situados em Livramento, em Quaraí, no Chuí, também em Aceguá, Jaguarão, muitos já fecharam as portas, porque não conseguem competir com os *free shoppings* – que são bons para o consumidor, que vão lá comprar mais barato. Mas o Governo até agora não adotou nenhuma medida compensatória para resguardar essas empresas, que geram empre-

go e que pagam impostos, dessa concorrência que é lesiva ao interesse nacional. É preciso, portanto, uma atenção maior do Governo em relação a isso, ou então que autorize também, do lado de cá da fronteira, a abertura dos tais *free shoppings*, ou das lojas de comércio livre, comércio franco.

Por fim, Senador Paulo Paim, e não menos importante, tenho uma preocupação muito grande com as questões de inclusão digital. Felizmente, o Ministro Paulo Bernardo tem falado muito sobre esse tema, e durante a campanha ouvi que, em cidades muito importantes, como Santa Cruz do Sul, por exemplo, ou como nas cercanias de Porto Alegre, Butiá, não existe acesso à Internet.

É inviável, no mundo moderno, hoje, que nós estejamos nessa situação de apagão logístico virtual. É preciso ter uma atenção especial para isso, que também impacta, certamente, nos níveis educacionais e da preparação e da qualificação da mão de obra dos nossos jovens.

Há pouco falaram o Senador Vicentinho Alves e também o Senador Aníbal, do Acre, a respeito da questão da educação. E ouvi, ontem, com muita atenção, o pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, no seu primeiro pronunciamento à Nação, dizendo que vai trabalhar intensamente para uma educação de qualidade.

Quanto maior qualidade tiver a educação, Senador Paim – e eu sou filha de uma família pobre que só chegou à universidade com bolsa de estudos e estudando em escolas públicas... Porque a educação vai abrir as portas, e essa educação de qualidade abre as portas ao jovem, à criança, tema que é tão recorrentemente suscitado aqui no Senado. Abre as portas para as crianças, para a juventude, e pode fechar o caminho sem volta das drogas e da criminalidade. É essa a escola de qualidade de que nós precisamos para atrair o interesse e a atenção dos jovens, a fim de que os pais realmente tenham a segurança de que têm os filhos muito bem cuidados e preparados para a vida.

A educação é fundamental. Todos nós sabemos, eu em particular.

Nos últimos 32 anos, Senador Paim, percorri os corredores deste Congresso Nacional na condição de crítica, comunicadora e jornalista. Três ex-Presidentes da República que estão nesta Casa eu acompanhei em coberturas internacionais como jornalista. Agora, estamos aqui sentados lado a lado, de igual para igual. É uma emoção muito grande essa virada de página, que se traduz na minha responsabilidade de fazer um mandato que orgulhe meus eleitores, os gaúchos. Agora, sou também a Senadora dos gaúchos. Quero

fazer este mandato com esta firmeza, Senador Paim e Senador Simon.

Chego aqui e percebo, nesta semana, uma realidade que, como jornalista, percebia: quando há vontade política, as coisas acontecem. No mesmo dia, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado sabatinou o indicado para o Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux. Na tarde do mesmo dia, o Plenário aprovou essa indicação como aprovou a indicação de vários embaixadores que estava pendente de deliberação do Plenário do Senado. Ontem, a Mesa decidiu por algumas medidas de corte nos gastos do Senado.

É isso que a sociedade brasileira está esperando desta Casa, e meu compromisso é esse. Não vim fiscalizar nenhum Senador como jornalista, porque agora sou apenas uma Senadora, uma servidora que fui do ofício, uma operária da comunicação. Agora, sou uma servidora pública. Mais do que ter um mandato parlamentar e soberano, sou uma servidora dos gaúchos e quero aqui honrar a confiança que recebi da minha Lagoa Vermelha, dos gaúchos e das gaúchas que acreditaram que a jornalista, que na política colheu o que plantou na comunicação, vai honrar esta confiança.

Espero que Deus me ilumine para isso, porque é desta forma que quero cumprir um mandato muito austero, com muita produtividade. Estão me faltando horas do dia, Senador Romero Jucá, e sobra trabalho ao fim do dia. Isso acontece com todos os senhores. Talvez fosse o caso de os jornalistas passarem pelo menos uma semana aqui dentro, sabendo das dores que nós sofremos, porque a Casa que deveria aqui discutir temas nacionais tem, como agora me informou o meu assessor político, vários, pelo menos cinco pedidos de bolsa de estudos de jovens que precisam estudar. E eu não posso fazer nada, nem dar uma atenção especial, porque não há bolsas de estudo. Há o ProUni, o Fies; há outros mecanismos. Mas, quando esse jovem não é assistido por esses programas, ele fica sem poder estudar. E é uma injustiça isso, Senador. Nós temos que lutar por isso.

Então, nós estamos aqui não apenas com a necessidade, a urgência, a responsabilidade de discutir a reforma política. Ontem, foi criada a comissão especial com essa finalidade, uma reforma política reclamada, urgente, inadiável. E tive a honra de ser indicada pelo Presidente do Senado, José Sarney, a integrar essa comissão, claro, na condição de suplente; mas isso para mim é uma honra muito grande, porque estou fazendo a estreia na vida parlamentar.

Eu nunca antes – nunca antes, uma expressão muito conhecida, aliás – tinha sido Vereadora, nunca tinha sido Deputada Estadual, nunca fui Deputada

Federal e, claro, muito menos chegar a esta Casa, a Casa que representa o interesse dos Estados, a Casa da República. E nessa reforma política, como disse há pouco o nosso colega Vicentinho Alves, eu sou contra, Senador Jucá, Senador Pedro Simon, Senadora Gleisi, Senador Paim, a lista fechada. Sou a favor do financiamento público de campanha, e temos que discutir muito a questão das coligações.

Temos que fazer uma reforma que seja para valer, não uma reforma, como agora, que o Supremo tome uma decisão e o Legislativo outra, em relação, por exemplo, à posse dos partidos e das coligações. Que o Estado de direito prevaleça também nas relações políticas.

A emoção que sinto nesta manhã, talvez muito maior do que a que senti ontem quando estava na sua cadeira, Senador Paulo Paim, é muito grande. É até difícil concluir, mas devo dizer que cheguei aqui também beneficiada por bolsas de estudo, e uma delas, a mais importante, pelo ex-Governador Leonel Brizola, que me concedeu uma bolsa de estudo, depois de ter estudado em escola primária, para ficar oito anos interna na Escola Normal Rainha da Paz, em Lagoa Vermelha. E Senador Pedro Simon, a quem concedo, com alegria, um aparte, só pude fazer a faculdade também com uma bolsa de estudo concedida pela Assembleia Estadual do meu Estado.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É com muita emoção que eu assisto ao pronunciamento de V. Ex^a. Senador Paim, para mim não há surpresa alguma. V. Ex^a será a grande Senadora, pois tem uma capacidade extraordinária. Tínhamos certeza, desde o início, de que isso aconteceria. Não é à toa que entrou na política e é uma jornalista brilhante, sim, ao contrário de muitos outros jornalistas –, alguns entraram na política, foram candidatos, e continuaram. E outros ficaram na indecisão permanente, mas sempre se falou no nome deles e não entraram. Mas acerca de V. Ex^a nunca se cogitou. É importante salientar que V. Ex^a, jornalista do Rio Grande do Sul, se consagrou como uma das grandes jornalistas nacionais nos momentos mais difíceis. Houve uma época em que a situação era difícil, inclusive para o exercício jornalístico e a política, mas V. Ex^a foi uma grande jornalista, a maior vedete do jornalismo brasileiro. Naquela época, o Ministro Delfim Netto, na época do milagre brasileiro, era considerado a pessoa mais extraordinária da nossa política. Eu me lembro, e V. Ex^a deve se lembrar, quando se fez um debate lá no Rio Grande do Sul com o Sr. Delfim, em que o Líder da Arena dizia: “O Ministro Delfim está sendo convidado para orientar a economia americana, e eles, inclusive, acham que está faltando um Delfim lá”.

E realmente o Delfim foi um homem extraordinário, com uma capacidade fora de série. V. Ex^a era a jornalista que ele escolhia. E, quando ele dava, e eram raras, as entrevistas ao Brasil, era por intermédio de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – O Brasil inteiro ficava assistindo, e os outros jornalistas ficavam à sua cola, buscando saber o que tinha acontecido. Por isso que o Rio Grande do Sul deu essa votação consagradora a V. Ex^a. E foi uma votação sem nenhuma dúvida... Eu não conheço ninguém... V. Ex^a não é uma Senadora que foi eleita, no sentido de que havia uma expectativa, *"tomara que dê certo"*. Não. Havia uma convicção absoluta de que V. Ex^a seria uma grande Senadora. O fato de V. Ex^a estar aqui, o fato de V. Ex^a ser a 1^a Vice-Líder, na verdade, Líder, porque o querido amigo Dornelles, um brilhante Senador, e já é Presidente do Partido e, como Presidente do Partido, vai ter um imenso trabalho pela frente, V. Ex^a, como 1^a Vice-Líder, a verdadeira Líder do PP, o fato de o Presidente Sarney já colocar V. Ex^a, uma estreante, em termos de política, oficialmente, na comissão importantíssima que vai cuidar da reforma política, já é uma demonstração do seu significado. O pronunciamento que V. Ex^a fez – eu fiquei impressionado – sem nenhuma anotação. V. Ex^a parecia até o Brossard falando, sem nenhuma preocupação. Os assuntos vinham vindo ao natural, natural, e V. Ex^a não deixou nada fora, nada fora!

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Aprendi com o senhor!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – E é uma demonstração da capacidade realmente que tem V. Ex^a. O Paim e eu, junto com o Senador Zambiasi, não com o brilho de V. Ex^a, mas conseguimos fazer, nesses últimos 8 anos, um trabalho realmente muito positivo em termos do nosso Rio Grande. Isso não era bom. Geralmente os Senadores, cada um ficava no seu caminho, no seu trabalho. Havia respeito recíproco, sim, mas uma independência. E a nossa intimidade chegou a tal ponto, que, quando o Paim assinava, ele já dizia: “Eu estou assinando em nome do Simon e do Zambiasi”. E a recíproca era com relação a gente. Acho isso importante e tenho certeza de que vai ser assim com V. Ex^a. Claro que, com V. Ex^a, ocupando a liderança maior, dando orientação, mas V. Ex^a poderá contar com o Paim e comigo em toda essa atividade espetacular que está desenvolvendo. Eu vejo como é interessante o Rio Grande do Sul, aquele célebre aparte em que estava o...

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Brito Velho!

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – O Deputado Brito Velho, mostrando sobre o machismo do Rio Grande. Que o gaúcho é uma terra de macho e não sei mais o quê, e não sei mais o quê. E aí não me lembro quem foi o mineiro que disse: “Olha, tudo bem, mas nós, em Minas Gerais, somos metade macho, metade fêmea e estamos nos dando muito bem lá em Minas Gerais”. Pois considerando esse pretexto de machismo no Rio Grande do Sul, na verdade, nós tivemos já uma Senadora, a primeira, a Emilia, que de Senadora foi à Ministra; nós tivemos agora uma Governadora, e o Rio Grande do Sul não só elegeu a primeira Governadora, mas elegeu uma primeira Governadora que nem gaúcha é, ela é de São Paulo, quer dizer, uma coisa meio interessante. Agora, V. Ex^a vem com muito brilho a esta Casa. Eu vejo em V. Ex^a e no Paim duas pessoas, uma mulher e o outro negro, e não tenho dúvida de que os dois passarão pelo Governo do Rio Grande do Sul; não sei qual vai ser o primeiro, não sei qual vai ser o segundo, mas tenho convicção de que o seu futuro é brilhante. V. Ex^a vai marcar presença nesta Casa, e nós, o Paim e eu, nos sentimos muito felizes com isso porque V. Ex^a vai aumentar o brilho e a questão do Rio Grande. O Rio Grande – nós vamos conversar depois – tem sofrido algumas injustiças. Aliás, isso, a gente vem discutindo, começou com o Dr. Getúlio Vargas. Nós fizemos a Revolução de 1930 para terminar com a política do café com leite, e não foi ninguém que ajudou mais São Paulo que o Dr. Getúlio, um grande brasileiro, um extraordinário brasileiro, mas, como gaúcho, não ajudou em quase nada. Quer dizer, então nós, do Rio Grande do Sul, temos que debater, temos que discutir, temos que mostrar para o Brasil que se o Rio Grande do Sul é um grande Estado a metade sul que exige uma atenção especial. A metade sul, a fronteira que desempenhou um papel importante na história deste País, vive hoje uma situação, realmente – e não é uma situação de miséria, de pedir esmola –, de ter chance de continuar, porque a história que este País fez de uma pretensa guerra com a Argentina esmagou a fronteira. A proibição de ter fábrica a 100 quilômetros praticamente impediu que aquela zona, que era grande líder, pudesse progredir. Então, nós temos muitas coisas que, agora, tenho certeza, o Paim e eu, sob a liderança de V. Ex^a, com sua capacidade e a competência... O Paim é um homem muito competente, mas ele não goza de muito prestígio na hora da escolha dos cargos do PT. Eu, no MDB, nem se discute. Eu sou uma pessoa malvista que, se dependesse do Líder e do Presidente do Senado, já estaria fora do MDB. Não saio por várias razões – uma até para não dar esse gostinho para eles, porque quem fez o MDB fui eu e a minha geração. Eles vieram

depois. Agora, V. Ex^a não. V. Ex^a, dentro do PP, com o Dornelles, que é uma pessoa extraordinária, parente de gaúchos – nosso Tancredo, nosso Getúlio –, tem uma posição importante que poderá abrir caminhos. E conte com o Paim e comigo ao seu lado. Eu felicito o Rio Grande do Sul. Acho que o Rio Grande do Sul, que está assistido a V. Ex^a agora... E tenho certeza e vou pedir para a minha assessoria que avise à imprensa que quem não está assistindo agora que assista hoje à noite. Nós estamos muito felizes com V. Ex^a, muito felizes com o trabalho, com o desempenho, com esse desembaraço. V. Ex^a – é impressionante – parece que está há trinta anos. V. Ex^a não foi 30 anos de política e agora começa o primeiro ano de Senado. Não, V. Ex^a está “no 31 anos” de política, mais um de Senado, na mesma continuidade. É com muita alegria que eu a felicito. Quero lhe dizer, com toda a sinceridade, não vou avançar o sinal, até porque o Otávio, o seu marido, é meu irmão, colega desde o colégio, desde a época de estudante, nós convivemos juntos, tenho o maior respeito por ele, que foi Senador, foi um grande Parlamentar, um grande líder, seu marido. Mas ele que me perdoe porque tenho de dizer que V. Ex^a está muito bonita! Está, realmente. Na Presidência, estava desempenhando uma posição que, realmente, eu digo, não sei, não quero fazer nada, mas o Otávio deve ficar com um pouco de ciúmes. Obrigado a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Simon. Dizem até que o poder faz isso, não é? Mas não é o meu caso. Eu chego aqui, Senador Pedro Simon, e agradeço sinceramente as referências. Tenho a convicção pessoal, sim, de que, se pudesse o eleitor, na última eleição, votar em três candidatos, eu teria merecido o seu voto. Mas, como eram só dois votos, eu fico feliz com o seu pronunciamento e o seu gesto.

Vamos, na bancada gaúcha, continuar fazendo o mesmo trabalho...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Se tivesse três votos, o meu terceiro era da Senhora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois é! É isso que acabei de dizer.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu não tinha como deixar de votar no Rigotto, que merece voto, é um grande companheiro, muito competente. Eu tinha certeza de que V. Ex^a estava eleita; então, eu tinha de votar no Paim, pois eu não sabia o que ia acontecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deu uma força para mim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está certo.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – O Paim, tinha gente que dizia que até o PT não fazia muita

questão da vinda do Paim. Então, eu tive de votar no Paim. Mas, se tivesse dúvida da sua vitória...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas eu sei que o senhor torceu.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ...eu teria votado também na senhora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu lhe agradeço muito, Senador. Estarei junto, fazendo a mesma união em favor do nosso Rio Grande. E quero também o seu apoio, porque o senhor é de Caxias do Sul, para a nossa BR-470, que é fundamental para aquela região e que é uma obra inadiável também.

Então tenho certeza, vamos convir, que vamos juntos continuar esse trabalho. Nós todos podemos ter as nossas diferenças partidárias, mas não temos diferenças quando se trata de vender o interesse do nosso Estado em todos os setores.

Queria dizer também a V. Ex^a, que falou a palavra vedete do jornalismo. Eu sempre trabalhei com muita simplicidade e com muito respeito às fontes. E talvez isso tenha me ajudado nessa relação e pela acolhida que tive aqui no Senado Federal.

Muitas vezes entrevistei o Senador Romero Jucá pela Rádio Gaúcha, entrevistei o Senador Cristovam Buarque, o senhor mesmo, como Presidente do partido e tantos outros líderes que estão aqui, os ex-Presidentes da República, o que me dá então uma tranquilidade dessa acolhida amistosa, também respeitosa e colaboradora.

Eu estou aqui aprendendo muito, e esses dez dias já foram uma escola muito importante, Senador. Evidentemente tenho que ter certa facilidade, um domínio da comunicação, porque durante quarenta anos fui comunicadora; então é natural que eu tenha essa facilidade de usar o microfone, que era um pouco diferente deste aqui, mas igualmente eficiente e potente.

Eu queria agradecer também às empresas onde eu trabalhei no Rio Grande do Sul, na área da comunicação: o Jornal do Comércio, a Rádio Guaíba, a TV Difusora, e durante 33 anos na mesma empresa, o grupo RBS, um dos maiores e mais importantes grupos de comunicação no País. Quero agradecer também aos meus colegas jornalistas que tanto me ensinaram ao longo da profissão.

E o senhor citou duas pessoas que são a mim muito caras. A primeira, claro, o meu marido, Otávio Cardoso, que até me orientou, que me fala, me aconselha, não deixa eu ser mais imprudente do que eu já sou. E o Delfim Netto.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – (Fora do microfone)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu não o estou ouvindo. O seu microfone está desligado.

Mas, como eu estava dizendo, o senhor citou um grande amigo, também um conselheiro nas questões econômicas, o ex-Ministro e ex-Deputado Delfim Netto, uma inteligência rara em nosso País que grande serviço prestou ao nosso Brasil pela sua competência e hoje ainda um homem de inteligência ativa que continua trabalhando em favor dos interesses maiores desta Nação, que ele conhece tão bem, comandou a economia brasileira e começou como Ministro da Agricultura.

Todas essas referências, Senador Pedro Simon, me deixam extremamente feliz e também agora mais tranqüila diante da manifestação e da minha segurança de que terei em Paulo Paim e Pedro Simon, na minha bancada do Rio Grande do Sul, a certeza de bons mestres no trato desta convivência fraterna, solidária e responsável.

As nossas responsabilidades aqui são muito grandes, e eu tenho certeza de todos os Senadores de todos os partidos, homens e mulheres, vamos juntos fazer da legislatura que começou agora uma legislatura diferente, muito comprometida com o que espera de nós a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela generosa oferta do tempo. Agradeço mais uma vez e digo que estaremos juntos nas demandas de interesse social, de todo o nosso Estado e de todo o nosso País. As demandas gaúchas são também as demandas brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento.

Como não pude fazer um aparte, só quero dizer, como forma de cumprimentar V. Ex^a, que no debate que fazímos no Rio Grande – eu, a Senadora Ana Amélia e o ex-Governador Rigotto – eu sempre me dirigia a ambos como meus amigos: minha amiga Ana Amélia, meu amigo Germano Rigotto e foi no mais alto nível, e, da mesma forma, ambos. Por isso que eu termino dizendo que em 31 anos que V. Ex^a está como jornalista e eu aqui no Parlamento...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu no Parlamento já há 25, sempre tive espaço tanto na sua coluna, na rádio, como na tevê, eu diria, privilegiado. Não que V. Ex^a discrimine alguém, mas sempre deu o espaço que entendeu justo para o trabalho deste Parlamentar.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é a maior homenagem que recebo, Senador Paulo

Paim. Fico muito feliz com isso e lhe agradeço muito o gesto generoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora.

Senador Romero Jucá, pela ordem de inscrição, no momento é V. Ex^a porque é um orador inscrito e um líder ou uma comunicação parlamentar.

É V. Ex^a, depois é a nobre Senadora Gleisi.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Serei breve, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Ocupo a tribuna nesta sexta-feira – já há algum tempo não fazia – primeiro para fazer um apelo à Câmara Federal.

Estamos retomando os trabalhos legislativos agora em fevereiro, e existe na Câmara Federal, tramitando numa comissão especial, o Projeto de Lei nº 1.610, de minha autoria, de 1996, projeto a que dei entrada assim que assumi o meu primeiro mandato e que trata da regulamentação dos artigos 176 e 231 da Constituição Federal, que regulamenta a mineração em terra indígena. Esse projeto, de minha autoria, para o qual trabalhei e construí alternativas, foi aprovado por unanimidade aqui no Senado, já tramitou em diversas comissões na Câmara dos Deputados e agora está na comissão especial presidida pelo Deputado Federal Edio Lopes, de Roraima. Um Deputado experiente, batalhador, compromissado com o resultado dessa comissão. Portanto, espero que esse projeto possa ser pautado e aprovado.

Peço a transcrição do trabalho feito pela comissão, Sr. Presidente, dizendo que foram feitas algumas modificações, e nós aprovamos várias dessas modificações. Portanto, o projeto, quando votado e aprovado na Câmara, deverá retornar ao Senado, quando então trabalharemos para que seja votado rapidamente. Esse projeto é fundamental para o Brasil e para a Amazônia.

É sobre a Amazônia que quero fazer uma observação. Durante o Governo do Presidente Lula, conversei muito com S. Ex^a e defendi que o Governo Federal sistematizasse as suas ações, todas as ações: PAC, programas de investimento, ações da Funasa de desenvolvimento, questões da Suframa, tudo isso precisa ser sistematizado, para se formar um grande plano de desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos que construir a unidade da Amazônia no sentido da sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável. Essas ações que são feitas muitas vezes isoladamente terão, com certeza, o condão de, sendo sistematizadas e complementares, obterem um resultado ainda mais forte para o desenvolvimento da Amazônia.

Então, com o Presidente Lula defendi o Plano de Desenvolvimento da Amazônia e à Presidenta Dilma vou levar novamente essa proposta, para termos condição de implantar esse Plano de Desenvolvimento da Amazônia em 60% do território nacional, que é o que a Amazônia representa, com 25 milhões de habitantes. E o projeto de mineração em terra indígena é uma vertente importante desse Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

Então, fica aqui o meu registro da importância desse Plano. Nós estamos preparando um documento para levar à Presidenta Dilma e tenho certeza de que Sua Excelência, assim como o Presidente Lula fez, vai priorizar as ações da nossa região.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar, rapidamente, a responsabilidade, a coragem e a determinação da Presidenta Dilma quando, esta semana, fez o ajuste fiscal, fez o contingenciamento orçamentário que precisava ser feito. Governo que tem responsabilidade.

E aqui vimos que alguma definições se misturaram. Não é porque o Governo fez um contingenciamento, não é por que o Governo fez um ato de responsabilidade fiscal que o País está mal. Não! O País está indo bem e vai melhor ainda com a responsabilidade fiscal, porque nós, no orçamento deste ano, ampliamos a receita tributária prevista para o Orçamento de 2011. E o que fez a Presidenta Dilma, aliás, como fez também o Presidente Lula em outras ocasiões? Contingenciou o orçamento, cortou no orçamento onde tinha que cortar, porque governo que tem responsabilidade só gasta aquilo que arrecada, e o Governo vai gastar aquilo que arrecadar. Enquanto não se configurar uma receita, o Governo tem que contingenciar mesmo, para que, efetivamente, não se gaste aquilo que não se pode pagar no futuro.

Então, a Presidenta Dilma teve coragem e contingenciou. Tenho certeza de que o Bloco do Governo entendeu a ação, pois é importante responder, é importante conter a ação, é importante ter os números macroeconômicos sob controle e o Governo vai fazer todas as ações corajosas e necessárias para que o Brasil continue no trilho do desenvolvimento e da responsabilidade social.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon e, logo após, ao Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só esclareço ao Plenário que outro dia não dei aparte nas comunicações parlamentares ou para quem era Líder, mas que segunda e sexta é mais livre.

Então, está concedido o aparte.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Quero concordar inteiramente com V. Ex^a e dizer que estou assistindo com muita emoção ao início do Governo da Presidente Dilma. Votei na Ministra Marina no primeiro turno. Eu sabia que não tinha nenhuma chance. Eu tinha certeza de que ia para o segundo turno e votei com muita tranquilidade na Ministra Dilma. Como o MDB do Rio Grande do Sul optou pela outra candidatura, renunciei à Presidência no Rio Grande do Sul, que eu tinha há um longo período, para votar sem criar problema interno e abrir meu voto, como abri, para a Ministra Dilma. Tenho assistido com muita emoção ao trabalho de Sua Excelência. Falo com profunda sinceridade. Acho que ela está agindo com uma responsabilidade, com uma seriedade que a mim me emociona. São pequenas coisas, como fazer a primeira reunião do Ministério numa sexta-feira, às 5 horas da tarde, a gente sabendo que, às sextas-feiras, os Ministros geralmente iam para casa, cada um para o seu Estado. E ela já dizia: “olha, quero dizer que sexta-feira é dia de trabalho normal”. Ela dá uma determinação de que Ministro viajar de avião oficial é só a trabalho e que ela não considera trabalho ir para seu Estado na sexta-feira. A advertência que ela fez àquele Ministro da antiga Agência de Informações, que foi infeliz, a firmeza dela em dizer “é a última vez”... Com relação à questão da energia elétrica – sou muito sincero –, eu rezo para que a Ministra Dilma leve isso para valer. Quando ela diz que, ao lhe trazerem os nomes para ela indicar, ela quer saber a biografia, quer saber a história, quer saber quem é, pelo amor de Deus, ela está certíssima. Ela tem que saber quem é. E quando ela rejeitou – não vamos citar nomes – o Deputado do Rio envolvido naquele caso, nota mil para ela. Mostrou categoria, mostrou um estado de firmeza que realmente é importante. E quando ela demitiu dois funcionários porque fizeram o que não deveriam fazer, acho que aí, minha irmã Dilma, é o grande norte do seu governo. É o grande norte do governo dela. É claro que ninguém pode considerar réu um Ministro, alguém que comete um erro, que comete um equívoco. Ele pode ser até vítima. Agora, para ficar no Governo, tem que ser transparente. Na dúvida, sai, e pode até voltar depois. Se a Dilma fizer isso, se a Dilma entrar nessa linha de que o padrão é o da correção, nota dez para ela. O perigo da Dilma – vamos falar com toda a sinceridade – é, praticamente em todos os Partidos, o Partido não ter a preocupação que deveria ter. Eu tenho um projeto de lei, Senador – V. Ex^a sabe –, que diz que o partido, na hora da convenção, tem que ver a biografia do candidato. Não tem que esperar impugnar na Justiça Eleitoral. Não! Na hora da convenção, o candidato tem que apresentar a biografia dele, e eu posso impugnar

a candidatura dele na convenção. Acho que a mesma coisa deveria ser feita – e o Partido deveria fazer – ao se indicar alguém para Presidente da República. Infelizmente, não é assim. Ela tem que agir. Na verdade, há coisas... Cá entre nós, vamos falar de coração. Um partido político brigar para ter o fundo de pensão da Petrobras ou do Banco do Brasil ou não sei do quê... Qual é o aspecto ideológico, político, do fundo de pensão? O fundo de pensão é muito importante porque é uma montanha de dinheiro, e eu, chefe do fundo de pensão, posso estar em condições até honestas, decentes, dignas... São quatro pessoas que se apresentam para eu aplicar o fundo, e eu, então, nas mesmas condições, escolho essa ou escolho aquela ou escolho aquela outra. Mas atrás disso pode haver atos diferentes. Então, acho que ela está indo, com toda sinceridade, muito bem. Noto já a malícia da imprensa querendo indispô-la com Lula e aí me lembro do que aconteceu com Sarney e Dr. Ulysses. No início, davam-se bem demais: Sarney grato ao Dr. Ulysses, que aceitou que o Sarney é que deveria assumir; Sarney fazendo mil e uma gentilezas para Ulysses. Davam-se como irmãos. Eu era Ministro e estava lá. Mas a imprensa foi gozando. Começou com as charges. Então, aparecia, numa charge, o Presidente Sarney falando, mas antes perguntando: "E aí, Dr. Ulysses, é isso? Está bom?" Isso deteriorou a relação. Agora, já estão querendo dizer. Não entendo em que o Governo da Dilma está sendo diferente do Governo Lula. Não entendo em que a Dilma não está sendo fiel ao carinho, à amizade e ao respeito de Lula. Mas estão querendo indispô-la. Quero dizer a V. Ex^a que, aqui, como Senador, pretendo dar força total. Em primeiro lugar, rezo pela saúde. Deus me perdoe, mas Dilma tem de ter muita saúde para governar até o fim de seu mandato. E, segundo, para que leve adiante o que está fazendo até agora. Sou totalmente favorável e muito simpático ao que ela faz. V. Ex^a, que é Líder de vários Governos, deve estar feliz, porque esse é um Governo de que – sinceramente, tenho até certa inveja de V. Ex^a – vale a pena ser Líder. Meus cumprimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Simon. Comungo com a opinião de V. Ex^a também sobre o início do Governo da Presidenta Dilma e sobre o encaminhamento que este Governo dará ao País. Não tenho dúvida de que será um grande Governo, que honrará todos os brasileiros.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Nosso Líder, Senador Romero Jucá, é um prazer muito grande ouvi-lo, e saiba que contará aqui com o nosso modesto apoio, sempre presente na defesa desse projeto.

Eu quero aqui dar um testemunho a V. Ex^a. Temos um Governo que é de continuidade, mas é um novo Governo. Creio que as medidas que estão sendo tomadas, as precauções que estão sendo tomadas levam em conta a realidade do Brasil no ambiente mundial em que vivemos hoje e, ao mesmo tempo, de um novo projeto. Tive o privilégio de conviver com o Governo do Presidente Lula com a então Ministra Dilma Rousseff e tenho a convicção de que, além de toda essa forma que nos encanta de aprender rápido também na área da política, temos hoje a possibilidade de conviver com a melhor gerente do Brasil, alguém com uma capacidade gerencial fantástica. Esse depoimento do nosso querido e respeitado Senador Pedro Simon, com toda a sua experiência, diz-nos isso. Então, vejam: creio que, quando fui Governador, tomei medidas duras no meu Estado, medidas duras. Ali, naquele primeiro momento, inclusive, não fui compreendido por uma parte da sociedade. E é esse ponto que quero dizer ao Governo da Presidente Dilma: aproveite esse primeiro momento do seu mandato para adequar a estrutura do País às necessidades do projeto, que é o principal. E vamos estar aqui defendendo esse projeto, eu acho que não só em relação a essa reorganização do Orçamento – a gente sabe que esta Casa também o levou acima das possibilidades do País – e também em relação ao salário mínimo, em relação a outras medidas corajosas. É a coragem dessa mulher que ressalto, que tenho muito orgulho de ver dirigindo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu agradeço ao Senador Wellington. Quem conhece a Presidenta Dilma sabe do seu caráter, da sua força e da sua firmeza em tomar as decisões que será preciso tomar.

Tenho certeza de que o Governo vai honrar aquilo que todo brasileiro espera: firmeza, coerência e responsabilidade, principalmente para aqueles que precisam mais e que precisam de que o Governo funcione bem. E nós temos que ter equilíbrio, nós temos que ter responsabilidade fiscal, para que o Governo possa funcionar bem e atender a todos os brasileiros, mas, com prioridade, àqueles que precisam mais.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam, que já tinha pedido, Senador Lindbergh. Logo após, ao Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, no final, eu falo um pouco do corte de verbas. Mas antes quero dizer é que até aqui não falaram do ponto mais alto, para mim, do Governo Dilma Rousseff, que foi o pronunciamento dela, ontem à noite, em cadeia nacional. Esse é um pronunciamento revolu-

cionário. Primeiro, porque é a primeira vez na história deste País que um Presidente fala em cadeia nacional não por causa de um fato econômico, não por causa de um fato político, mas em comemoração à volta às aulas para falar de educação. Isso nunca houve. Isso mostra uma inflexão na história deste País.

Eu considero o discurso de ontem, o pronunciamento da Presidenta ontem algo histórico. A gente tem que olhar para a frente, imaginando que ela vai continuar nessa linha. Também acho que é histórico e revolucionário o *slogan* que vi atrás, no final do discurso dela. No lugar daquela frase, "O Brasil é um país de todos", aparece "País rico é um país sem pobreza". Essa frase repetida vai fazer uma revolução mental no Brasil, porque nós acostumamos a ouvir que o Brasil fica rico quando aumenta a produção de automóveis e não quando diminui o número de pobres nas ruas; quando aumenta o PIB, e não quando melhora a qualidade de vida. Até mesmo nesse debate do salário mínimo, que eu chamo de guerra dos quatro pães, entre o salário mínimo que o Governo propõe e um que as centrais sindicais propõem, aumentando quatro pães por dia para os trabalhadores, em vez de analisar que o fundamental é diminuir o tempo que se perde no ônibus para ir de casa para o trabalho, o tempo que se fica numa fila para ser atendido no hospital, a qualidade da educação. Considero que, pelo discurso de ontem da Presidenta Dilma, se for dada uma continuidade nos anos que ela tiver pela frente, ela poderá de fato fazer a transformação que o Brasil não fez ainda, porque o País tem avançado, mas não tem se transformado socialmente. Quanto aos cortes, eu não tenho dúvida de que é preciso fazê-los sim, porque, se venho, há algum tempo, aliás, criticando o aumento de gastos, não posso agora ficar contra os cortes. Seria uma incoerência. Duas coisas, entretanto, eu vejo. Uma é: onde cortar, o que merece um debate nesta Casa. Onde cortar? E aí eu me pergunto se nós não devemos dar o exemplo, cortando também nas verbas gastas pelo Congresso Nacional. Aí é que vai estar o problema. Eu não sou contra corte de verbas depois de um excesso de gastos. Mas, como fazer um corte de verbas, como votarmos isso em setores essenciais, aumentando o nosso salário? Aí, vai ter um constrangimento de ordem moral. O problema não é só aritmético. Pelo aritmético eu não tenho dúvida: tem que cortar. Aritmético; aritmético e financeiro. O problema começa na política: de onde tirar, e depois vai para o moral, como é que os que votam o corte de verbas aumentam os seus salários de Parlamentares, de Ministros, porque o Ministro que propõe o corte também teve o seu salário aumentado bastante, e no sistema judiciário, está-se dizendo que vai haver. Eu creio que não

podemos chegar aqui e debater "corta ou não corta", temos que debater onde cortar e darmos o exemplo, nós do Congresso também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Cristovam, V. Ex^a tem razão, quando fala do pronunciamento da Presidenta Dilma, ontem, falando sobre a questão da educação. É a base da transformação deste País, tem que ser priorizada. E, portanto, todos nós concordamos com a análise de V. Ex^a. Ontem tive também a oportunidade de conversar com o Ministro Luiz Sérgio sobre o conceito ampliado de V. Ex^a sobre a questão do salário mínimo. O Governo está aberto e entende que as colocações feitas por V. Ex^a são importantes e precisam ser apropriadas e sistematizadas pelo Governo.

É aquilo que eu falei da questão da Amazônia. O Governo tem muitas ações, hoje, na Amazônia. A Amazônia é 60% do território brasileiro, mas o Governo tem que sistematizar essas ações num plano de desenvolvimento da Amazônia, para que nós tenhamos efetivamente a complementaridade das ações. Quer dizer, as ações não podem ser estanques; elas têm que ser entrelaçadas, porque elas serão multiplicadoras de resultados se elas forem entrelaçadas.

No mesmo ponto, V. Ex^a levanta isso para a questão social e a questão da contabilização da qualidade de vida relacionada ao salário mínimo, que é um fator importante. E eu quero dizer que concordei com as colocações de V. Ex^a, apesar de terem sido feitas rapidamente, no cafezinho, e falei com o Ministro Luiz Sérgio, que disse que estava entrando em contato com V. Ex^a para conversar sobre essa questão.

Também registro que, na questão do corte, ontem mesmo o Senado, a Mesa do Senado se reuniu, Senador Paim, para definir cortes aqui no Senado. Então, na verdade, todos nós temos que dar o exemplo, mas esse exemplo foi feito de forma muito firme, comandado pela Presidenta Dilma.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – É um prazer, Líder Romero Jucá, fazer um aparte a V. Ex^a, que lidera o Governo nesta Casa. Hoje, houve vários pronunciamentos aqui, falando de incoerência por parte do Governo sobre o que chamam de ajuste fiscal, porque eu não usaria este termo, ajuste fiscal, e alguns falando que o Presidente Lula tinha deixado as finanças públicas do nosso País em dificuldade. Eu quero, primeiro, aqui, Líder, defender o legado do Presidente Lula, o acerto da condição do Presidente Lula. Eu fiz uma comparação aqui, não para comparar entre o Governo Fernando Henrique e o Governo Lula, para mostrar uma situação completamente diferente da que nós temos no ano de 2011 com o que existia

no ano de 2003. A economia cresceu este ano mais de 7%; foram quinze milhões de empregos com carteira assinada no País; quase trinta milhões de pessoas deixaram a miséria; a dívida líquida do setor público, que, em 2003, era 56,4%, hoje está 41,5%; o déficit nominal que era 5,24%, hoje está menos de 3. Agora, é preciso olhar o cenário internacional. Nós estamos enfrentando problema de câmbio; existe uma valorização excessiva do real, uma desvalorização do dólar e da moeda chinesa, e isso afeta alguns setores da nossa indústria. Nós temos um outro problema, que não é problema só nosso, é problema do mundo: uma inflação crescente no mundo inteiro, principalmente pela elevação dos preços das *commodities*, em especial dos alimentos. A Presidenta Dilma está entrando agora, é natural que existam certos ajustes, mas essa não é uma política típica de ajuste fiscal, não. Eu falo: se alguém tem alguma dúvida de que a Presidenta Dilma vai continuar a estratégia do Presidente Lula, estão enganados, estão enganados. É claro que tem que haver apertos, é um começo de Governo, tem que haver contingenciamentos; agora estou convencido – e vou fazer um pronunciamento mais tarde, Sr. Presidente – de que a estratégia é a mesma, é uma estratégia vitoriosa, que criou um grande mercado de massa neste País, como crédito para o povo, recuperação do salário mínimo, políticas de transferência de renda, investimentos públicos. Sobre investimentos públicos, nós aumentamos de 1,5, em 2003, gastos do Governo Federal e das estatais, para 3,4. Nós estamos com 19% do PIB de investimento. Eu estou falando tudo isso, Senador Romero Jucá, porque nós temos muita confiança no rumo estratégico da nossa Presidenta Dilma Rousseff. A Presidenta Dilma teve um papel central no Governo do nosso Presidente Lula, e nós sabemos que todos esses apertos que acontecem agora são necessários. É um começo de Governo, mas a estratégia vai ser a mesma traçada pelo nosso Presidente Lula. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Lindbergh, eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo pelos projetos em que deu entrada ontem, que dizem respeito à questão da defesa civil, e dizer, para encerrar, que responsabilidade fiscal foi um eixo do Governo do Presidente Lula e é um eixo do Governo da Presidenta Dilma. Responsabilidade fiscal é algo que deve ser buscado permanentemente. Ajuste, contingenciamento é algo passageiro, mas este Governo vai ter responsabilidade fiscal como um norte, gastando sempre menos do que arrecada, fazendo superávit primário e fazendo com que as condições macroeconômicas permitam a continuidade da geração de empregos da forma como foi feita, do crescimento

e, principalmente, da distribuição de renda neste País, que é uma marca fundamental.

Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância. Peço a transcrição do texto que falei sobre o projeto de mineração em terra indígena. E agradeço a V. Ex^a, mais uma vez, a condição.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N° 1.610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PARECER DAS EMENDAS OFERECIDAS AO SUBSTITUTIVO.

Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, § 1º e 231, § 3º, da Constituição Federal.

Ao Substitutivo do PL n.º 1610, de 1996, foram apresentadas 136 emendas. Por ordem dos artigos as emendas são as seguintes:

A emenda n.38 ao propõe texto integral alternativo.

As emendas 4, 30, 83, 132, propõem a aplicação da legislação mineral e ambiental aos regimes propostos pela lei, o que se coaduna com outras disposições do texto, por exemplo, as que determinam a realização de EIA/RIMA, necessidade de expedição de licenças ambientais para as fases de pesquisa e lavra. O mesmo deve ser dito sobre a legislação mineral.

As emendas 5, 24, 71, 134, propõem a supressão pura e simples dos parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 1º, que declaram nulas as autorizações, concessões e direitos minerários expedidos ante da promulgação da lei ou requerimentos incidentes em terras indígenas. Merece destaque o argumento de que não se deve incluir na parte permanente da lei, norma de caráter intertemporal.

A emenda 39 que propõe a supressão do parágrafo 4º do art. 1º, pelo seu fundamento de que os requerimentos de pesquisa e lavra incidentes em terras indígenas não homologadas caem na regra do parágrafo 3º, que determina o indeferimento de piano dos requerimentos incidentes em terras homologadas.

As emendas 16, 29, 84 e 126 que sugerem a substituição das expressões “órgão federal competente ou órgão mineral” para “órgão federal gestor dos recursos minerais”, nos diversos dispositivos nominados.

As emendas 2, 31, 79, 123, que propõem a extensão ao extrativismo indígena a cláusula condicionante da efetivação atividade mineral o atendimento do interesse nacional. As emendas ao tempo que fazem essa extensão, estabelecem prazo determinado só para o extrativismo indígena, para o regime especial proposto pela lei, o lapso temporal seria a exaustão da mina. Não é demais lembrar no direito brasileiro a concessão pública sempre o é par prazo determinado.

As emendas 37 e 40, essencialmente condicionam a início do procedimento pelo Executivo, a uma declaração formal da presença do interesse nacional na iniciativa, a ser produzida pelo Congresso Nacional.

As emendas 64 e 111 propõe regra proposta no parágrafo primeiro do art. 2º pelas emendas 64 e 111, condicionando a pesquisa e lavra de substância mineral em terra indígena a verificação da essencialidade do mineral para as necessidades do país.

As emendas 16, 29, 84 e 126, propõem nova redação para o art. 3º do Substitutivo. De igual forma, em relação ao artigo 4º, merecem destaque as emendas 16 e 17 e as emendas 65 e 106, na redação sugerida para o parágrafo primeiro do citado artigo.

Registre-se as redações propostas pebas emendas 3, 35, 82 e 121 para as artigos, 5º, 6º e 7º do Substitutivo. No artigo 6º o Relator faz acréscimo incluindo parágrafo no art. 6º, que será a segundo, com a seguinte redação: O órgão federal gestor dos recursos minerais, em seu parecer técnico, manifestar-se-á sobre a essencialidade do mineral para as necessidades do país.

Quanto ao art. 8º a emenda 68 propõe nova redação.

Não merece acolhimento as emendas 3, 35, 82 e 121, em relação ao art.8º, quando propõe recurso ao Presidente da República. Configurar-se-ia situação constrangedora a autoridade máxima do Executivo Federal, recusar razão ao órgão federal gestor dos recursos minerais e ao Ministro de Minas e Energia, considerando que na hipótese a manifestação técnica é pela inexistência de potencialidade mineral que justifique a pesquisa e lavra em terra indígena.

São meritórias as emendas 69 e 96, na redação que propõe para o artigo 8º do Substitutivo.

Meritórias, igualmente, a redações propostas pelas emendas 3, 35, 70, 82, 95 e 121, para os artigos 9 e 10.

Merce atenção as emendas 3, 35, 82 e 121 pela redação proposta ao art. 11, salvo quanta á parte que

estabelece recurso ao Presidente da República, pelas mesmas razões expendidas atrás relativo ao recurso ao Ministro de Justiça. Deixa de se apoiar as emendas 41 e 94.

De igual moda, são dignas de notas as redações propostas pelas citadas emendas 3, 35, 82 e 121 em relação aos artigos 12, 13 e 14. Não se recomendando apoio as emendas 63 e 108, 45, 92 e 93

Merce destaque as emendas 3, 35, 82 e 121 no que concerne o **caput** do art. 15, e as emendas 46 e 91, na parte da redação dada aos parágrafos do citado artigo.

Não se recomenda acolhimento as emendas 3, 35, 82, 121, 43 e 119, em relação ao art.16.

Recomenda-se, igualmente, o acolhimento das emendas 3, 35, 82 e 121 em relação ao art. 17, na medida que apenas incluem no caput do artigo o termo lavra; deixando de acolher as emendas 47 e 118.

Na que concerne ao art. 18 do Substitutivo, deixase de acolher as emendas 48 e 99, na medida que retiram do **caput** do artigo a termo lavra. O mesmo seja dito em relação as emenda 7, 8, 27, 33, 74, 78, 131 e 136, quanta as alterações propostas ao art. 19 do Substitutivo. Esclareça-se que cabe as comunidades potencialmente afetadas pela atividade mineral, a direito de receber pagamento pela ocupação e retenção da área, em razão de usufruto exclusivo sobre as terras que lhes é assegurado par disposição constitucional. Deixando-se de acolher, igualmente, a supressão do termo “classe” de substância mineral, uma vez que peba sistemática do texto, a termo guarda coerência.

Não se recomenda aprovação das emendas 9, 26, 80, 135, em relação ao art. 21 do Substitutivo, na medida que suprimem direito assegurado aos índios par disposição constitucional, ou seja, a posse permanente e o usufruto exclusivo das terras que ocupam e das riquezas naturais do solo, rios e lagos nelas existentes, nos termos do parágrafo 2º do art. 231, da CF. Sendo decorrente deste a direito de recebimento pela ocupação e retenção da área. A segunda modificação proposta ao art. 40 resulta inadequada face á opção do Relator de trata conjuntamente pesquisa e lavra quando da celebração do contrato de concessão.

Já se recomenda aprovação das emendas 10, 21, 73, 124, que suprimem a inciso IV do art. 21, par se entender haver razoabilidade no argumento de ofensa a livre concorrência entre os participantes, substrato da licitação, se utilizado o critério de julgamento proposto no citado dispositivo. Do mesmo modo, devem ser parcialmente acolhidas as emendas 44 e 116, quanto ao inciso IV.

Entretanto, em substituição ao proposto no inciso IV do citado artigo 21, este Relator sugere incluir

a oferta de projetos sociais as comunidades afetadas como critério para julgamento das propostas. Isto porque com o desenvolvimento da atividade mineral as comunidades indígenas deixaram de usufruir parte de suas terras nas atividades de caça, coleta, produção agrícola, extrativa vegetal, bem como em atividades culturais. Daí se estabelecer a possibilidade de compensação dessas perdas mediante a oferta pelas empresas de projetos sociais as comunidades indígenas nas diversas áreas, educação, saúde, meio ambiente, qualificação profissional, etc.

De igual modo, as emendas 49 e 115 pretendem novas participações governamentais no artigo 22.

A emenda 120 pretende assegurar recursos ao Fundo do Exército introduzindo novo artigo no Substitutivo, que seria a 22 renumerando o atual.

As emendas 11, 22, 23, 24 e 124 propõem a supressão dos artigos 23, 24, 25, 27, 28 e 29. As emendas 50 e 114 propõem outra redação ao artigo 23, sugerindo alocação de receitas decorrentes da participação governamental em projetos de desenvolvimento sustentável em favor das comunidades indígenas.

A emenda 75 propõe outras redações aos artigos 23, 24, 25, e 26 do Substitutivo. Já as emendas 11 e 124, propõe a supressão dos artigos 23, 24, 25, 27, 28, 29.

As emendas 6, 28, 77, 133 propõem outra redação inciso V do art. 25, reduzindo a R\$ 2,00 (dois reais) a valor máxima a ser pago a União, como taxa anual por hectare ocupado.

A emenda 72, como as emendas 11 e 124, propõe a supressão dos artigos 27, 28 e 29. Já as emendas 51 e 113, propõem outra redação ao artigo 30, estabelecendo exigência de cumprimento das condições estabelecidas nas licenças ambientais.

As emendas 52 e 112 propõem redação substitutiva ao artigo 34 incluindo a fiscalização por auditoria externa independente contratada pela comunidade e paga pelo empreendedor, bem amplia os aspectos que devam ser acompanhados pelos órgãos federais na execução do contrato de concessão.

As emendas 53 e 107 modificam o parágrafo 1º do artigo 36, para trocar a termo concessionário para interessado. Na que são inadequadas.

As emendas 54 e 102 substituem os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 39, pelos seguintes, disciplinando a hipótese de aditamento dos contratos de concessão.

As emendas 60 e 103 modificam os incisos I e VI e acrescentam inciso XII ao art. 40. As emendas 19 e 20 acrescentam incisos XII e XI ao artigo 41. "XII — Oferecer assistência básica a saúde a população indígena que habita a reserva de que trata esta concessão, pelo período de duração do contrato."; XI — Oferecer

capacitação a população indígena que habita a reserva de que trata esta concessão em conhecimentos técnicos específicos do setor de mineração, de forma a possibilitar o domínio das técnicas concernentes ao manejo dessa atividade pelos indígenas. Essas emendas estimularam a relator a sugerir a oferta de projetos de compensação social como critério de avaliação das propostas na licitação.

As emendas 55 e 104 acrescentam os seguintes incisos ao art. 41 estabelecendo obrigações do concessionário quanto ao envio de relatórios, facilitação de fiscalização, elaboração de plano de riscos e contratação de seguro para riscos ambientais.

As emendas 31, 79 e 123 além da modificação ao art. 2º, propõem inciso ao artigo 42, incluindo outra hipótese de extinção da concessão: I — com a exaustão da jazida

As emendas 88 e 105 propõem outra redação aos incisos do art. 42

As emendas 12, 32, 86 e 130 modificam os parágrafos 3º e 4º do art. 45 reduzindo a percentual das multas

As emendas 61 e 100 propõem outra redação ao artigo 45, ampliam as hipóteses de danos pelos quais responde a concessionária.

As emendas 56 e 101 suprimem o artigo 46. As emendas 57 e 90 propõem outra redação ao inciso I do artigo 48. Art. 48 - Os valores arrecadados com a aplicação das multas previstas nesta Lei terão a seguinte destinação: I — cinquenta por cento à comunidade indígena afetada;

As emendas 13, 25, 85 e 129 modificam a **caput** do artigo 53, limitando a 2% a participação da comunidade no resultado da lavra.

A emenda 18 altera o artigo 53 com a seguinte redação "Art. 53 A participação da comunidade indígena fixada em edital não poderá ser inferior a três por cento do faturamento bruto resultante da comercialização do produto mineral obtida".

As emendas 58 e 110 acrescentam parágrafo único ao inciso VIII do artigo 54, com a seguinte redação: As servidões devem ser instituídas preferencialmente fora da terra indígena.

As emendas 59 e 98 dispensam a aprovação pelo Congresso Nacional para o extrativismo minerar indígena, dando outra redação ao artigo 56.

As emendas 14, 34, 87 e 128 suprimem o artigo 60 do Substitutivo. As emendas 15, 16 e 127 suprimem o artigo 66. As emendas 1, 36, 81 e 122, propõem novas artigos ao Substitutivo, após o artigo 66, prestando os requerimentos de autorização de pesquisa, de regista de licenças e de concessão de lavra protocolados antes de promulgação da Constituição de

1988, as quais não se submeteriam ao procedimento administrativa previsto na Lei.

II - VOTO DO RELATOR

O parecer apresentado por este relator à presente Comissão, em 01 de julho de 2008, procurou expor minuciosamente as definições da Constituição Federal de 1988 sobre a propriedade dos minerais, sua exploração ao aproveitamento (pesquisa e lavra), e a regime especial aplicável a tais atividades quando se encontrar o bem mineral em terra indígena. Na oportunidade, abordou-se ainda o Código de Mineração — Decreto-Lei 227, de 1967. Por respeito à objetividade, justificadamente exigida por todos os atarefados parlamentares que envidaram esforços para o aprimoramento da proposição legislativa sob exame, convém reiterar apenas que a caso de pesquisa e lavra em terra indígena requer um regime especial, que demanda autorização do Congresso Nacional e preocupações particulares da temática indígena. Nesse sentido, não serão renovados os comentários então ofertadas sobre as três propostas endereçadas a esta Comissão, atendo-se o presente parecer ao Substitutivo apresentado por este relator e as emendas recebidas no âmbito desta Comissão Especial.

Pretendemos acolher as diversas sugestões recebidas de convidadas desta Comissão, de colegas parlamentares e de membros do Poder Executivo, ao longo dos trabalhos da presente Comissão Especial, incorporando ao Substitutivo constante de nosso relatório de 01 de julho de 2008 mudanças substantivas a respeito dos seguintes pontos:

1. Caráter simultâneo dos laudos geológico, ambiental e antropológico.

Optou-se pela realização simultânea dos laudos geológico, ambiental e sócio-cultural (renomeado como “laudo antropológico”), devidamente preparados pelos órgãos do Poder Executivo respectivamente responsáveis por mineração, meio ambiente e política indigenista. Dessa maneira, os artigos 5º e 6º da Substitutiva foram alterados, a que se reflete em diversos dispositivos do novo substitutivo ora apresentado.

As funções dos laudos antropológico, geológico e ambiental, ademais, foram tornadas mais precisas. Tais laudos não devem burocratizar o processo de consulta sobre mineração em terras indígenas, funcionando apenas como guia, orientação geral a comunidade indígena e, com a aprovação desta, aos membros do Congresso Nacional.

2. Licitação única para pesquisa e lavra, com apenas uma apreciação do Congresso Nacional.

Com a preocupação de evitar excessos burocráticos que possam vir a comprometer a agilidade do trâmite processual, optou-se pela realização de uma

única Licitação para a atividade de pesquisa e lavra em terras indígenas. Essa licitação ocorrerá após a publicação do Decreto Legislativo do Congresso Nacional que a autorizar.

Além disso, atentas as disposições constitucionais, procuramos datar a presente Lei de mecanismos de controle da atividade mineraria, entre os quais a abertura do certame apenas a brasileiros; empresas constituídas sob as leis brasileiras que tenham sede e administração no País; cooperativas ou associações indígena que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos em ata conjunta do órgão gestor dos recursos minerais e do órgão indigenista federal.

O projeto arrola ainda requisitos que necessariamente deverão constar do edital de licitação, dentre os quais: o prazo de duração do contrato de concessão e o prazo estimado para a duração da fase de pesquisa; o valor da renda a ser paga pela ocupação e retenção da área, por hectare ocupada; a indenização devida pelo concessionária, no caso de servidões necessárias ao cumprimento do contrato; o percentual de participações da comunidade indígena afetada no resultado da lavra; a classe das substâncias minerais a serem pesquisadas e lavradas; e as participações governamentais mínimas.

Tais participações governamentais, note-se, traduzem-se em bônus de assinatura - valor ofertada na proposta para a obtenção da concessão, que deverá ser pago no ato da assinatura do contrato; compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, nos termos da Lei nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989; participação especial, no caso de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, que serão definida em regulamento; pagamento, a comunidade indígena, de renda pela ocupação e retenção da área por hectare ocupado, até o início da lavra; taxa anual, por hectare, a ser pago à União, que poderá ser fixada em valores progressivos, em função da substância mineral objetivada, extensão e localização da área, além de outras condições, com valor mínimo estipulado em R\$ 2,00 (dois reais) e máximo em R\$ 4,00 (quatro reais) atualizados, anualmente, por ato do Poder Executivo.

3. Percentual mínimo de remuneração às comunidades indígenas.

O piso de 4% do faturamento bruto, estatuído no primeiro Substitutivo apresentado a esta Comissão, não é compatível com a realidade do setor minerário, em que muitas vezes as margens de lucro são reduzidíssimas. Tendo em vista a existência de mais de 80 bens minerais, a flexibilidade correspondente ao patamar de remuneração deve ser mais ampla, de sorte que o novo

substitutivo assinala o percentual de 3% do faturamento bruto. Com isso, garanta-se que, no caso de aprovação da comunidade indígena e do Congresso, determinadas atividades de exploração mineral serão economicamente viáveis. Evidentemente, com certames públicos marcados pela lisura e pela competência técnica, os valores de remuneração às comunidades indígenas alcançarão o maior montante possível, caso a caso, de forma apropriada às condições mineralógicas em questão.

4. Redação mais precisa acerca da autorização da comunidade indígena.

Para evitar ambigüidades presentes no texto original, modificou-se a redação relativa à oitiva da comunidade indígena, deixando-se cristalino, no texto do novo substitutivo, que a palavra final da comunidade indígena encerra o processo de consulta acerca da possibilidade de mineração.

5. Atividades tradicionais dos povos indígenas.

Em atenção à reprodução cultural de que trata a Constituição Federal de 1988, consignou-se no novo substitutivo uma exceção ao regime normal e ao regime de extrativismo mineral indígena para as atividades tradicionais, de subsistência e sem fins comerciais já exercidas pelas comunidades indígenas.

Não seria razoável que tais atividades demandassem aprovação do Congresso ou outorga de título pelo DNPM. O novo texto procurou resguardar estas atividades, delimitando-as cirurgicamente, para que não haja irregularidades no trato indígena com as riquezas minerais. Só serão independentes dos controles congressuais e do Poder Executivo as atividades efetivamente tradicionais dos povos indígenas.

6. Mecanismos de consulta à comunidade indígena.

Aprimoramos também a redação anterior do Substituto com a inclusão de um esclarecimento acerca da consulta a todas as etnias da terra indígena em questão no momento da oitiva acerca da mineração.

7. Participação da comunidade indígena no EIA-RIMA.

De modo semelhante ao item acima, e embora a audiência pública do EIA-RIMA já imponha esta obrigação, optou-se por explicitar no novo substitutivo, de modo inequívoco, que os povos indígenas serão consultados no curso do EIA-RIMA.

8. Exclusão da restrição de uma só lavra por terra indígena.

Há terras indígenas com enorme extensão e mais de uma etnia. Nessas situações, não se justifica que apenas uma parcela da terra indígena possa ser

explorada. Em lugar da restrição de uma única exploração por terra indígena, portanto, considerou-se adequado retirar este constrangimento. Os controles do projeto de lei são suficientes para que a afirmação dos interesses dos povos indígenas e a tutela ao meio ambiente coexistam com a exploração mineral sustentável, mesmo que porventura haja mais de uma lavra em determinada terra. A consulta a todas as etnias, tratada acima, vem formar, nessa mesma esteira, garantia de que toda e qualquer proposta de exploração será examinada atentamente pelos povos indígenas de determinada terra.

9. Previsão de exploração de petróleo, gás etc.

O objeto da proposição sob exame não comporta a previsão de exploração de petróleo, gás e derivados, que deve ser objeto de projeto de lei apartado. Por este motivo, optamos por excluir o dispositivo que tratava do tema.

10. Previsão de pagamento pela uso de água.

Aspecto relevante do desenvolvimento da atividade mineral diz respeito ao uso de água. Esse uso no caso de terra indígena implica na restrição e até subtração dos usos que a comunidade faz desse recurso. Justo que o concessionário recompense a comunidade pela uso que deixará de fazer. De outro lado, trata-se de utilização por terceiros de recursos que integram o usufruto exclusivo que cabe aos índios por disposição constitucional. Encontramos soluções nesse sentido em diversas experiências internacionais. Por essa razão estabelecemos a previsão de pagamento pelo uso da água, devendo a valor mínimo constar do edital de licitação.

11. Previsão de contratação de auditoria externa independente.

Considerando a experiência internacional e acatando sugestão de especialistas nacionais, optamos por incluir entre as agregações do concessionário a contratação de auditoria externa para auxiliar a comunidade afetada na fiscalização da exploração mineral em suas terras, auditoria a ser paga pela empresa concessionária.

12. Projetos de compensação social à comunidade afetada.

O desenvolvimento da atividade mineral em terra indígena importa na perda pela comunidade afetada do usufruto de recursos do solo, possivelmente, de rios e lagos, bem como a restrição de uso de áreas utilizadas na caça, pesca, atividades produtivas e culturais. Para compensar tais perdas admitimos a possibilidade do

concessionário oferecer à comunidade afetada projetos sociais nas mais diversas áreas de educação, saúde, qualificação de mão de obra e proteção ambiental. A oferta de projetos sociais constituirá critério de avaliação para definir o vencedor da licitação.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária das emendas apresentadas, salvo as emendas nºs 1, 36, 81 e 122, que imputamos inconstitucionais; no mérito, voto pela aprovação das emendas nºs 4, 10, 15, 16, 17, 18, 29, 30, 49, 48, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 69, 72, 73, 83, 84, 88, 90, 96, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 112, 113, 115, 126, 127, 132; voto pela aprovação parcial das emendas nºs 3, 5, 11, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 35, 44, 46, 50, 64, 65, 68, 70, 71, 91, 93, 95, 106, 111, 114, 116, 117, 120, 121, 124, 134; e voto pela rejeição das emendas nºs 2, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 53, 59, 56, 63, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 89, 92, 94, 97, 98, 101, 107, 108, 110, 118, 119, 123, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 135 e 136. Na forma do Substitutivo ora apresentado.

É como voto.

Sala da Comissão, – Deputado **Eduardo Valverde**, Relator.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARÉCER AO PROJETO DE LEI N° 1.610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINEIRAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

SUBSTITUTIVO

Institui o regime especial para as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam o art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição, e o regime de extrativismo mineral indígena, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei institui o regime especial para as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas e o regime de extrativismo mineral indígena.

§ 1º Ao regime previsto no **caput** não se aplica o direito de prioridade, previsto no art. 11 do Decreto-

Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração.

§ 2º São nulos de pleno direito, não produzindo efeitos jurídicos, as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários em terras indígenas concedidos antes da promulgação desta Lei.

§ 3º Serão indeferidos de plano, pelo dirigente do órgão gestor dos recursos minerais, os requerimentos de pesquisa e lavra incidentes em terras indígenas homologadas.

§ 4º Os requerimentos de pesquisa incidentes sobre terras indígenas ainda não homologadas serão sobrepostos pelo órgão federal competente até a publicação do decreto de homologação.

Art. 2º As atividades de que trata a caput do art. 1º serão efetuadas no interesse nacional e terão prazo determinado.

§ 1º- Não será admitida a atividade de pesquisa e lavra nas unidades de proteção integral, de que trata a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2º - A pesquisa e lavra mineral em terras indígenas serão autorizadas verificada a essencialidade do bem mineral para as necessidades do país.

CAPÍTULO II Do Procedimento Administrativo

Art. 3º O procedimento administrativo para a pesquisa e lavra de minerais em terras indígenas poderá ser iniciado pelo Poder Executivo ou por pedido de interessado, por meio de requerimento a ser encaminhado ao órgão federal competente.

Parágrafo único. (O requerimento de que trata a caput ou o ato do Poder Executivo iniciador do procedimento administrativo deverá conter, obrigatoriamente, o memorial descritiva da área e a classe das substâncias minerais de interesse, previstas na regulamento.

Art. 4º São legitimados para requerer a instauração do procedimento de que trata a art. 3º:

I - órgãos do Poder Executivo federal, em especial o Orgão encarregado da política indigenista e a órgão gestor dos recursos minerais;

II — brasileiro, cooperativa e empresa constituída sob as leis brasileiras que tenha sede e administração no País, que atuem na área de mineração; e

III — comunidades, cooperativas e associações indígenas.

§ 1º O pedido do requerente não lhe assegura qualquer direito ou preferência no procedimento licitatório para as atividades de pesquisa e lavra.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, a comunidade indígena deverá estar legalmente representada ou constituída como pessoa jurídica.

Art. 5º As comunidades indígenas potencialmente afetadas serão cientificadas da instauração do procedimento administrativo para pesquisa e lavra de recursos minerais em sua terra.

Art. 6º Após a verificação da regularidade do pedido, serão elaborados, simultaneamente, pareceres técnicos especializados:

I - sobre a potencialidade geológica dos recursos minerais especificados e seu aproveitamento;

II - sobre prováveis restrições e condições a atividade de pesquisa e lavra em terra indígena;

III - sobre possíveis impactos da exploração mineral na comunidade indígena.

§ 1º Os pareceres técnicos de que trata a caput resultarão, respectivamente, em três laudos: geológico, ambiental e antropológico.

§ 2º Os pareceres técnicos de que trata o caput serão elaborados por comissões compostas por, no mínimo, três técnicos, devendo ser submetidas à aprovação das autoridades por eles competentes.

§ 3º Admitir-se-á a aerolevantamento para balizar o parecer técnico previsto no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º- 0 Orgão federal gestor de recursos minerais, em seu parecer técnico, manifestar-se-á sobre a essencialidade do bem mineral para as necessidades do país.

Art. 7º Quando a terra indígena estiver situada em área indispensável a segurança

do território nacional ou em faixa de fronteira deverá ser ouvido o Conselho de

Defesa Nacional, nos termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se o Conselho de Defesa Nacional estabelecer critérios ou condições para a exercício da atividade de pesquisa e lavra em terra indígena, o seu descumprimento poderá implicar a exclusão do concorrente do procedimento licitatório ou a rescisão do contrato de concessão.

Art. 8º Concluídos os pareceres de que trata o art. 6º e a manifestação a que se refere a art. 7º, será ouvida a comunidade indígena potencialmente afetada.

Art. 9º. A oitiva de que trata o art. 8º será promovido com o objetivo de dar conhecimento aos índios, em linguagem a eles acessível, do requerimento de pesquisa e lavra de recursos minerais em suas terras e das implicações dessas atividades na comunidade, para que manifestem sua concordância ou recusa.

§ 1º Participarão da oitiva, necessariamente, todas as etnias da terra indígena, que poderão requerer esclarecimentos adicionais para tomarem sua decisão.

§ 2º A oitiva será realizada na própria terra indígena e dela puderão participar, além do representante

do Orgão indigenista federal, representantes do Orgão gestor dos recursos minerais, do Ministério Público Federal e do Conselho de Defesa Nacional, na hipótese do art. 7º.

§ 3º A concordância dos índios será formalizada em documento a ser assinada pelos representantes da comunidade indígena e dos órgãos que tenham participado da oitiva.

§ 4º Com a recusa dos índios, que será formalizada em documento a ser assinado pelos representantes da comunidade indígena e dos órgãos que tenham participado da oitiva, o processo será arquivado, com ciência ao requerente.

Art. 10. As atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas dependerão de autorização do Congresso Nacional, que poderá, por meio de decreto legislativo rejeitar, aprovar com ressalvas ou aprovar a solicitação a ele submetida, nos termos do inciso XVI do art. 49 da Constituição Federal.

§ 1º A solicitação de autorização para as atividades de pesquisa e lavra a ser encaminhado ao Congresso Nacional deverá estar acompanhado dos laudos geológico, ambiental e antropológico de que trata o art. 6º, e do termo de concordância da comunidade indígena potencialmente afetada, nos termos do art. 9º § 3º.

§ 2º A solicitação de autorização conterá o memorial descritivo da área a ser autorizada, nos termos definidos pelos órgãos federais competentes, e especificará, obrigatoriamente, a classe das substâncias minerais e o prazo de vigência do futuro contrato de concessão.

Art. 11. Se o Congresso Nacional não autorizar as atividades de pesquisa e lavra na terra indígena, o processo será arquivado, com ciência ao requerente e à comunidade indígena potencialmente afetada.

Art. 12. Na hipótese de ser autorizada pelo Congresso Nacional a realização das atividades de pesquisa e lavra na terra indígena, será publicado o respectivo Decreto Legislativo e proceder-se-á à licitação, que observará o disposto nesta Lei, no decreto que a regulamentar e no respectivo edital.

CAPÍTULO III Do Procedimento Licitatório

Art. 13. Somente poderão habilitar-se ao procedimento licitatório para as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terra indígenas:

I – brasileiro;

II – empresa constituída sob as leis brasileiras que tenha sede e administração no País;

III – cooperativa ou associação indígena que atenda aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos em ato conjunto do órgão gestor dos recursos minerais e do órgão encarregado da política indigenista.

Parágrafo único. As comunidades indígenas, atendido o disposto no § 2º do art. 4º, poderão unir-se a empresas com experiência na atividade mineradora para participar do procedimento licitatório instituído por esta Lei.

Art. 14. O edital da licitação será acompanhado do memorial descritivo da área a ser concedida e da minuta do respectivo contrato e indicará, obrigatoriamente:

I – o prazo de duração do contrato de concessão;

II – o prazo estimado para a duração da fase de pesquisa;

III – as atividades mínimas a serem desenvolvidas e os investimentos a serem alocados na fase de pesquisa;

IV – as participações governamentais mínimas, na forma do disposto no art. 17;

V – o valor da renda a ser paga pela ocupação e retenção da área, por hectare ocupado;

VI – o valor mínimo a ser pago pelo direito de uso da água;

VII – o percentual de participação da comunidade indígena afetada no resultado da lavra;

VIII – a relação de documentos exigidos e os critérios a serem seguidos para aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica dos interessados, bem como para o julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

IX – a expressa indicação de que caberá ao concessionário o pagamento das indenizações devidas por servidões necessárias ao cumprimento do contrato;

X – o prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e demais elementos e informações necessários à elaboração das propostas, bem como o custo de sua aquisição;

XI – a classe das substâncias minerais à serem pesquisadas e lavradas; e

XII – outras condições relativas à proteção dos direitos e interesses da comunidade indígena afetada.

Parágrafo único. Na fixação dos prazos de duração do contrato e das fases de pesquisa e lavra, referidos nos incisos I e II deste artigo, serão observados, dentre outros aspectos: a classe da substância a ser pesquisada e lavrada, o nível de informações disponíveis sobre o ambiente geológico, as características e localização de cada área, o laudo antropológico, e

o termo de concordância da comunidade indígena potencialmente afetada.

CAPÍTULO IV Do Julgamento Da Licitação

Art. 15. No julgamento da licitação será identificada a proposta mais vantajosa sob o ponto de vista do interesse público, segundo critérios objetivos estabelecidos no edital e com fiel observância dos princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e igualdade entre os interessados.

Art. 16. Além de outros critérios que o edital expressamente estipular, serão levados em conta no julgamento da licitação:

I – o programa geral de trabalho, as propostas para as atividades de exploração, os prazos, os valores mínimos de investimentos e os cronogramas físico-financeiros;

II – o valor pelo uso da água, valor da renda pela ocupação e retenção da área e o percentual de participação a serem pagos à comunidade indígena afetada;

III – as participações governamentais referidas no art. 17 desta Lei;

IV – oferta de projetos de compensação social à comunidade afetada;

§ 1º O edital conferirá peso aos critérios previstos nos incisos deste artigo.

§ 2º Em caso de empate, a proposta vencedora será aquela que obtiver a maior pontuação no critério de maior peso, em escala decrescente. Persistindo o empate, a licitação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

Art. 17. As participações governamentais deverão estar previstas no edital de licitação e consistem em:

I – bônus de assinatura, que corresponderá ao pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão devendo ser pago no ato da assinatura do contrato;

II – compensação financeira pela exploração de recursos minerais, nos termos da Lei nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989;

III – participação especial, devida nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, a ser estabelecida em regulamento; e

IV – pagamento à comunidade indígena de renda pela ocupação e retenção da área por hectare ocupado até o início da lavra e, à União, de taxa anual, por hectare, admitida a fixação em valores progressivos em função da substância mineral objetivada, extensão e localização da área e outras condições, respeitado o valor mínimo de R\$ 2,00 (dois reais) e máximo de R\$

4,00 (quatro reais) atualizados anualmente, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 18. A receita decorrente da participação governamental mencionada no inciso III do art. 17 será alocada à conta do Fundo de Compartilhamento de Receitas sobre a Mineração em Terras Indígenas, nos termos do regulamento.

§ 1º À compensação financeira de que trata o inciso III do art. 17 será acrescida de 2% (dois por cento) destinados ao Fundo do Exército, criado pela Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965.

§ 2º o percentual de 2% (dois por cento) instituído no parágrafo anterior e destinado ao Fundo do Exército será estabelecido da seguinte forma:

I – 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) será subtraído da participação dos estados (art. 1º, I, Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990).

II – 0,8% (oito décimos por cento) será subtraído da participação dos municípios (art. 1º, II, Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990).

CAPÍTULO V Da Concessão

Art. 19. A concessão obriga o concessionário a executar a pesquisa mineral por sua conta e risco e, em caso de êxito, a promover o aproveitamento econômico da jazida no polígono estabelecido, conferindo-lhe a propriedade do produto da lavra.

Art. 20. A concessão de que trata esta Lei subordina-se à legislação ambiental vigente, devendo o concessionário obter, junto ao órgão ambiental federal competente, as licenças necessárias a cada fase decorrente do contrato.

§ 1º As licenças de que tratam o **caput** só serão emitidas depois da realização, pelo concessionário, do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e da apresentação ao órgão ambiental federal competente do plano de recuperação da área afetada pela mineração.

§ 2º O Termo de Referência para o EIA-RIMA receberá subsídios do órgão encarregado da política indigenista.

§ 3º O EIA-RIMA necessariamente terá audiência pública com condições plenas para a participação da comunidade indígena.

CAPÍTULO VI Do Contrato De Concessão

Art. 21. Finalizado o procedimento licitatório o vencedor firmará com a União o contrato de concessão para a execução das atividades de pesquisa e lavra na terra indígena, que deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora.

Parágrafo único. O licitante vencedor não tem direito subjetivo a celebração do contrato de que trata a **caput**, se esse, em razão de fatos supervenientes, devidamente comprovados, vier a contrariar o interesse público.

Art. 22. Os direitos minerários decorrentes do contrato de concessão não poderão ser cedidos, transferidas ou arrendados.

Art. 23. O cumprimento do contrato de concessão será acompanhado e fiscalizado pelos órgãos federais competentes e auditoria externa independente.

§ 1º No acompanhamento de que trata o **caput**, os órgãos responsáveis anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, formulando exigências à regularização das faltas e inadimplementos observados, bem como a aplicação das sanções previstas.

§ 2º A auditoria externa independente de que trata o **caput** será contratada pela comunidade indígena afetada e paga pelo concessionário.

Art. 24. O concessionário poderá requerer a suspensão do contrato, em caráter excepcional, o que só poderá ocorrer após manifestações expressas dos órgãos federais competentes.

CAPÍTULO VII Das Fases De Pesquisa E Lavra

Art. 25. O contrato de concessão deverá prever as fases de pesquisa e lavra.

Art. 26. Incluem-se na fase de pesquisa as atividades de avaliação de eventual descoberta de recursos minerais, para quantificação da jazida e determinação da exequibilidade técnico-econômica para a lavra.

§ 1º Em caso de êxito na pesquisa o concessionário submeterá à aprovação do órgão federal competente os seguintes documentos:

I – relatório circunstanciado dos trabalhos realizados;

II – comprovação da existência da jazida, com as medidas das reservas e teores das substâncias minerais úteis encontradas;

III – plano de aproveitamento para a lavra; e

IV – projetos de desenvolvimento e produção.

§ 2º O órgão federal gestor de recursos minerais de que trata o § 1º deste artigo emitirá parecer conclusivo sobre o plano de aproveitamento econômico e os projetos nele referidos e, se julgar necessário, formulará exigências.

Art. 27. A fase de lavra inclui as atividades de desenvolvimento da mina, de extração das substâncias minerais úteis e de seu beneficiamento

Art. 28. Sobre o produto da lavra incidirão encargos relativos aos tributos e demais participações e compensações legais ou contratuais.

Art. 29. Na hipótese de ser encontrada substância de classe diversa da autorizada, o concessionário, obrigatoriamente, comunicara a descoberta ao órgão federal competente, para fins de aditamento ou de abertura de novo processo licitatório.

§ 1º O aproveitamento econômico de substância não prevista no contrato de concessão ficará sujeito ao procedimento estabelecido nesta Lei.

§ 2º O aproveitamento econômico de que trata o § 1º dependerá da comprovação, pelo órgão federal competente, da compatibilidade técnica dos procedimentos de lavra e de nova anuência da comunidade indígena afetada.

§ 3º Se houver aprovação pelo Congresso Nacional será iniciado novo procedimento licitatório, desde que o concessionário não tenha manifestado seu interesse no aproveitamento da nova substância mineral.

CAPÍTULO VIII

Das Cláusulas Essenciais do Contrato de Concessão e das Obrigações do Concessionário

Art. 30. O contrato de concessão terá como cláusulas essenciais as que estabeleçam:

I – a delimitação da área objeto da concessão;

II – o prazo de vigência do contrato, a duração da fase de pesquisa e as condições para prorrogação desta fase, incluindo o aumento progressivo do valor da renda pela ocupação e retenção da área;

III – o programa de trabalho a ser desenvolvido e o valor do investimento previsto;

IV – as participações governamentais a cargo do concessionário;

V – o percentual de participação no resultado da lavra, pagamentos pelo uso da água e ocupação da terra previstos no edital;

VI – as garantias a serem prestadas pelo concessionário no cumprimento do contrato, inclusive quanto à realização dos investimentos ajustados para cada fase e contra danos ambientais;

VII – as regras para a desocupação da área, retirada de equipamentos, instalações e reversão de bens e fechamento da mina;

VIII – as regras sobre solução de controvérsias relacionadas com o contrato e sua execução;

IX – as causas de rescisão e extinção do contrato;

X – as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pelo concessionário das obrigações contratuais;

XI – as obrigações decorrentes da atividade mineral; e

XII – as formas de acompanhamento e controle da execução do contrato pela comunidade indígena.

Art. 31. O contrato de concessão estabelecerá para o concessionário, dentre outras, as seguintes obrigações:

I – adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para o aproveitamento da jazida com racionalidade e qualidade, para a segurança dos trabalhadores, das comunidades indígenas afetadas, dos equipamentos e para a proteção do meio ambiente;

II – comunicar ao órgão federal competente, imediatamente, a descoberta de qualquer ocorrência de substância mineral não contemplada no contrato de concessão;

III – realizar a avaliação da área concedida nos termos estabelecidos no edital, apresentando ao órgão federal competente relatório circunstanciado dos trabalhos de pesquisa, juntamente com o plano de aproveitamento para a lavra, incluindo os projetos de desenvolvimento, produção, o cronograma e a estimativa de investimento;

IV – responsabilizar-se civilmente pelas atas de seus prepostos e indenizar os danos decorrentes das atividades de pesquisa e lavra;

V – ressarcir ao órgão federal competente os ônus que venha a suportar, em consequência de eventuais demandas, motivadas por atos de responsabilidade do concessionário;

VI – adotar as melhores práticas da produção mineral e do controle ambiental e obedecer às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes;

VII – conduzir as atividades de pesquisa e lavra com observância das normas regulamentares da mineração;

VIII – fornecer ao órgão federal competente relatórios, dados e informações relativos às atividades desenvolvidas;

IX – facilitar aos agentes públicos federais a fiscalização das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização dos recursos minerais e a auditoria do contrato;

X – promover a recuperação ambiental da área afetada pela mineração;

XI – ressarcir aos órgãos federais competentes os ônus suportados com a elaboração dos pareceres técnicos especializados de que trata a art. 6º e com a oitiva de que trata a art. 9º desta lei, nos termos do regulamento.

CAPÍTULO IX

Da Extinção das Concessões

Art. 32. As concessões extinguir-se-ão:

I – pelo vencimento do prazo contratual;
II – por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação;

III – pelos motivos de rescisão previstos em contrato;

IV – ao término da fase de pesquisa, sem que tenha sido feita qualquer descoberta economicamente viável, conforme definido no contrato.

Art. 33. A extinção da concessão não implicará ônus de qualquer natureza para a União, nem gerará direito de indenização, ao concessionário, pelos serviços e bens reversíveis, os quais passarão à propriedade da União e à administração do órgão indigenista federal, na forma prevista no contrato.

Art. 34. Extinta a concessão, por qualquer das hipóteses previstas nos incisos do **caput** deste artigo o concessionário fará, por sua conta exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinadas pelos órgãos federais competentes.

CAPÍTULO X

Das Infrações Administrativas

Art. 35. O descumprimento do disposto nesta lei e das obrigações estabelecidas no contrato de concessão sujeitará o concessionário às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade por danos ambientais prevista na legislação específica, e demais sanções civis e penais:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – interdição das atividades;
- IV – rescisão do contrato.

§ 1º Na aplicação das sanções referidas no **caput**, o órgão federal competente levará em conta a natureza e a gravidade da infração e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 2º A sanção prevista no inciso II do **caput** poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com aquelas previstas nos incisos I, III e IV.

§ 3º A multa prevista no inciso II não poderá ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto da empresa mineradora.

§ 4º Na impossibilidade de aplicação do critério do faturamento bruta, a multa será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a critério do órgão federal competente.

Art. 36. São infrações administrativas:

I – o não cumprimento ou o cumprimento irregular ou parcial, não justificado, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o descumprimento do contrato de forma que afete elementos essenciais de proteção do meio ambiente, da sustentabilidade da atividade minerária e dos direitos da comunidade indígena;

III – o desatendimento das determinações regulares dos órgãos federais competentes, no acompanhamento e fiscalização de sua execução;

IV – o cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas na forma do parágrafo único do art. 23 e o descumprimento das penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

V – a paralisação da execução da pesquisa ou lavra, sem a autorização dos órgãos federais competentes, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

VI – o descumprimento, total ou parcial, da obrigação de pagamento, aos índios, de renda pela ocupação e retenção da área e da participação no resultado da lavra e dos subprodutos comercializáveis dos minérios extraídos, nos termos do art. 42; e

VII – a manutenção dos trabalhadores em condições degradantes de trabalho ou análogas à de escravo ou a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Art. 37. Se o concessionário, no início do procedimento administrativo, ocultar o conhecimento da existência de substância mineral de classe não prevista no contrato, este será rescindido, devendo o concessionário responder por perdas e danos e multa.

Art. 38. Os valores arrecadados com a aplicação das multas previstas nesta lei terão a seguinte destinação:

I – cinquenta por cento ao Fundo de Compartilhamento de Receitas sobre a Mineração em Terras Indígenas;

II – vinte e cinco por cento ao órgão indigenista federal; e

III – vinte e cinco por cento ao órgão gestor dos recursos minerais.

Art. 39. O processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação das penalidades previstas nos incisos I a IV do art. 35 será formalmente motivado, assegurado ao concessionário o contraditório e a ampla defesa, permitida a adoção de medidas cautelares de necessária urgência.

§ 1º Não será instaurado processo por infração administrativa antes da notificação do concessionário e da fixação de prazo para correção das falhas e transgressões apontadas.

§ 2º Instaurado o processo administrativo e comprovada a infração, a aplicação da penalidade cabível será efetuada por ato do poder concedente.

Art. 40. São causas de rescisão direta do contrato, por ato unilateral e escrito da autoridade competente:

I – as infrações previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 36;

II – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa mineradora, que prejudique a execução do contrato;

III – a condenação do concessionário em sentença transitada em julgado por crime contra o meio ambiente.

§ 1º O contrato poderá ser rescindido, ainda, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelas máximas autoridades da esfera administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere.

§ 2º A critério do poder concedente o contrato poderá ser rescindido no caso das infrações administrativas previstas nos incisos I a III e V do art. 36, a depender de sua gravidade.

Art. 41. Nas infrações praticadas por pessoa jurídica, também serão punidos com sanção de multa seus administradores ou controladores, quando tiverem agido com dolo ou culpa.

CAPÍTULO XI

Dos Direitos da Comunidade Indígena Afetada

Art. 42. Fica assegurado às comunidades indígenas afetadas:

I – pagamento pela ocupação e retenção da área objeto do contrato de concessão;

II – participação nos resultados da lavra e dos subprodutos comercializáveis dos minérios extraídos;

III – indenização pelos eventuais danos e prejuízos causados em razão da ocupação da terra para fins de servidão da pesquisa ou lavra.

Art. 43. A participação da comunidade indígena fixado no edital, não poderá ser inferior a 3% (três por cento) do faturamento bruto resultante da comercialização do produto mineral obtido.

Parágrafo único. Estende-se aos subprodutos comercializáveis do minério extraído a base de cálculos sobre a qual se define a participação da comunidade indígena no resultado da lavra.

Art. 44. As servidões serão instituídas, dentre outros fins, para:

I – construção de oficinas, instalações, obras acessórios e moradias;

II – abertura de vias de transportes e linhas de comunicações;

III – captação adução de água necessária às atividades de mineração;

IV – transmissão de energia elétrica;

V – escoamento das águas da mina e do engenho de beneficiamento;

VI – abertura de passagem de pessoal e material, de conduto de ventilação e de energia elétrica;

VII – utilização das aguardas sem prejuízo das atividades pré-existentes; e,

VIII – bota-fora do material desmontado e dos refugos do engenho.

Art. 45. As receitas provenientes dos pagamentos previstos no art. 42 serão depositadas em conta bancária específica em instituição financeira oficial, a ser gerenciada pelas comunidades indígenas afetadas.

§ 1º As receitas de que trata o caput serão aplicadas integralmente na comunidade indígena afetada.

§ 2º O órgão indigenista federal, mediante assessoramento e fiscalização, zelará pela utilização dos recursos de acordo com a vontade manifestada pelas comunidades, segundo processo decisório do qual participará, na forma do regulamento.

CAPÍTULO XII

Do Extrativismo Mineral Indígena

Art. 46. O aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas pelo regime de extrativismo mineral é privativo das comunidades indígenas e será autorizado pelo órgão federal competente por meio de título de outorga mineralício.

§ 1º O título de que trata o caput terá validade de até cinco anos, podendo ser prorrogado.

§ 2º O título de outorga mineralício não poderá ser cedido, transferido ou arrendado, sendo vedada, ainda, a parceria e a terceirização da atividade extrativista.

§ 3º O aproveitamento de que trata o caput dependerá de autorização do Congresso Nacional.

§ 4º As atividades tradicionais, de subsistência e sem fins comerciais exercidas pelos povos indígenas dispensam autorização do Congresso Nacional e a autorização de que trata o caput.

Art. 47. A atividade de extrativismo mineral indígena sujeita-se à legislação ambiental vigente.

Art. 48. Somente poderão ser aproveitados pelo regime de extrativismo mineral indígena os minerais abaixo nominados:

I – areias, cascalhos e saibros para utilização imediata na construção civil, no preparo de agregados e argamassas, desde que não sejam submetidos a processo industrial de beneficiamento, nem se destinem como matéria-prima à indústria de transformação;

II – rochas e outras substâncias minerais, quando aparelhadas para paralelepípedos, guias, sarjetas, moirões e afins;

III – argilas usadas no fabrico de cerâmica vermelha;

V – rochas, quando britadas para uso imediato na construção civil e os calcários empregados como corretivo de solo na agricultura;

V – ouro, diamante, cassiterita, columbita, tantalita e wolframita, nas formas aluvionar, eluvionar e coluvionar, sheehta, demais gemas, rutilo quartzo, berilo, espodumênio, feldspato, micas e outros minerais, em tipos de ocorrência que vierem a ser indicados pelo órgão gestor dos recursos minerais; e

VI – rochas e minerais, **in natura**, destinados à coleção, pedras decorativas e confecção de artesanato mineral.

Art. 49. O aproveitamento das substâncias minerais mencionadas na art. 48 ficará restrito a área de até cem hectares, limitada a outorga a dois títulos, com vigência simultânea, por comunidade indígena.

Art. 50. O órgão federal competente publicará Portaria de identificação das comunidades indígenas, para as fins previstos nesta lei.

§ 1º Publicada a Portaria referida no **caput**, as comunidades indígenas identificadas poderão requerer, junto ao órgão federal competente, o aproveitamento mineral de que trata a art. 46 desta lei.

§ 2º A Portaria de que trata o **caput** poderá ser atualizada a qualquer momento, ou sempre que uma nova terra indígena seja homologada.

Art. 51. Aplicam-se ao regime de extrativismo mineral indígena as obrigações previstas no art. 31 desta lei, à exceção daquelas previstas no inciso III, com as sanções correspondentes.

Art. 52. O descumprimento do disposto neste Capítulo e das obrigações estabelecidas no título de outorga sujeitará o autorizado às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade por danos ambientais prevista na legislação específica, e demais sanções civis e penais:

I – advertência;

II – multa;

III – interdição das atividades;

IV – extinção do título de outorga.

§ 1º Na aplicação das sanções referidas no **caput**, o órgão federal competente levará em conta a natureza e a gravidade da infração e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 2º A sanção prevista no inciso II da **caput** poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com aquelas previstas nos incisos I, III e IV.

§ 3º A destinação dos valores das multas de que trata este artigo obedecerá ao disposto no art. 38 desta lei.

§ 4º A multa prevista no inciso II do **caput** deste artigo não poderá ser inferior a R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) nem superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Art. 53. Extingue-se o título de extrativismo mineral nos casos previstos no regulamento.

Parágrafo único. Ocorrendo caso fortuito ou força maior o título mineral poderá ser novamente outorgado para a área anteriormente autorizada, desde que atendidas as exigências previstas nesta lei e no regulamento.

Art. 54. São infrações administrativas, o descumprimento:

I – de qualquer das condições previstas no título de extrativismo mineral indígena;

II – das determinações dos órgãos federais competentes no acompanhamento e fiscalização da execução do título;

III – das vedações previstas no § 2º do art. 46 desta lei.

Art. 55. O regime extrativista mineral será definido em regulamento.

Art. 56. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Ficam revogadas as artigos 44 e 45 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-o, Senador Romero Jucá, pelo seu pronunciamento.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Minha Senadora do Partido dos Trabalhadores, como o Regimento manda, uma comunicação e um orador inscrito. V. Ex^a, a não ser que o próximo, que seria o Senador Wellington Dias, concorde...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não, não, não. (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington, venha para cumprir o Regimento então, já que ela entendeu.

Wellington, como orador inscrito, e, em seguida, S. Ex^a, para uma comunicação parlamentar.

Eu peço desculpas à Senadora porque eu havia dito que V. Ex^a seria a próxima.

Permita-me, Senador Wellington Dias, que eu leia o seguinte ofício, a pedido da Secretaria da Mesa:

Sobre a mesa, expediente que passo a ler:

É lido o seguinte:

OF. Nº 31/2011/GLPTB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, cedeu, provisoriamente, ao Partido Progressista – PP, uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Está com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu prezado Senador Paulo Paim, quero aqui externar minha alegria de, nesta data em que faço esse pronunciamento, tê-lo presidindo a Casa, por toda a minha admiração pela sua história, pelo seu trabalho; seguramente, um dos mais preparados Parlamentares da história do Brasil, sempre presente na luta em defesa dos pequenos, do salário mínimo, das pessoas com deficiência. Enfim, eu quero aqui dizer da alegria e que estou aqui no Parlamento também para aprender muito com V. Ex^a, nesta oportunidade em que o povo do Piauí, pelo Brasil, oferece-me, nesta Casa.

Eu quero me somar aqui ao Senador Cristovam Buarque e também registrar a minha alegria em ver toda a clareza que deseja na prioridade anunciada na campanha para a educação pela nossa Presidente Dilma, no seu pronunciamento feito ontem.

E quero aqui, nesta oportunidade, tratar da reforma política. Eu tive o privilégio de estar no Parlamento, na Câmara Federal, ainda na década passada e,

naquela ocasião, aliás em 1999, cresceu um entusiasmo muito grande de fazermos a reforma política e a reforma tributária – não vou falar aqui agora da reforma tributária – e ali foram criadas comissões enfim, mas infelizmente terminei o mandato tendo a frustração de não ver essa reforma.

Por que a reforma política, diante de tantas e importantes reformas que temos no nosso País? Porque, como quem faz as outras reformas é o Parlamento, quanto mais legitimado com o povo for o Parlamento, quanto mais verdadeiramente democrática for a representação do povo brasileiro no Parlamento, seja numa Câmara Municipal, numa Assembléia Legislativa, na Câmara Federal ou no Senado Federal, com certeza,

melhor e maior será, vamos dizer assim, mais fortes serão as mudanças das reformas que o povo espera.

Assim, eu quero lembrar que ontem foi publicada a Comissão que trata da reforma política, e quero agradecer aos membros do meu Partido e ao meu Líder Humberto Costa pela confiança dada a mim e ao Senador Jorge Viana, como membros titulares dessa Comissão.

Queremos fazer isso exatamente em sintonia com todo esse debate, com esse debate feito na sociedade. Acho que não pode ser algo feito exclusivamente pelo Parlamento, pensando nos políticos. Temos que ter alguns princípios na reforma política; fazer uma reforma pensando não na eleição de 2012, em primeiro lugar, não na eleição de 2014, na eleição em que qualquer um de nós aqui esteja nos preparando, pensando em sermos candidatos, mas pensando em todas as gerações. Para isso, se necessário for, ver o que pode entrar de imediato e o que podemos marcar uma data mais a frente, até para tirar toda essa pressão do interesse imediatista que, muitas vezes, contamina uma reforma como essa.

Assim, vai entrar em vigor em 2016, em 2018, em 2020, mas que a gente tenha a coragem de fazer o que tem que ser feito. Desse modo é que eu quero trabalhar nessa Comissão.

Por outro lado, que a gente possa puxar do acumulado por essa própria Casa. A última tentativa foi feita, também, quando era Presidente do Senado o Presidente Sarney, em 1995. Presidiu aquela Comissão o Senador Humberto Lucena e teve como Relator o Senador Sérgio Machado. Esse relatório, com certeza, deve servir de subsídio para os trabalhos dessa Comissão porque, certamente, ali foi feito um árduo trabalho para chegar a esta situação.

Eu creio, inclusive, que a forma como foi trabalhada – e acompanhei algo semelhante na Câmara Federal... Ou seja, trabalhar um sistema eleitoral que possa ao mesmo tempo dar lógica ao processo eleitoral e trabalhar temas como lista partidária, voto distrital ou não, enfim, um conjunto de outros temas. Eu não estou aqui, a rigor, tratando dessas coisas, mas lembrando apenas alguns pontos.

Lembro ainda, na época acompanhando o também paranaense da terra da Senadora Gleisi, Senador Roberto Requião, que trabalhava uma regra de proporcionalidade, segundo me lembro ainda, vinda da Bélgica, regra pela qual eu tinha muita paixão. De um lado, havia a lista que permite, por exemplo, o fundo partidário, de modo a que não participem do processo eleitoral apenas os que têm dinheiro. Acho que não há constrangimento maior para quem queira participar da vida política brasileira com seriedade, com ética, com

decência, do que a regra, que acho que tanto é constrangimento para quem é político como para quem é empresário, patrocinador, financiador de campanha. Acho que é o momento mais dramático que cada um vive na época de uma eleição.

Ali, se você trabalha essa formatação de uma lista, por exemplo, como ele citava lá, onde é dado ao partido o direito da escolha dos seus representantes, como aliás já é atualmente, mas é dado ao povo inclusive o direito de, dentre aqueles lá do partido, escolher o da sua preferência, enfim, dar uma ordem.

Cito este exemplo não como uma posição fechada, pronta, mas para dizer da importância que é trabalharmos a questão do fundo partidário, porque é ela que permite que uma empregada doméstica, uma dona de casa, um pequeno empresário de uma mercearia, um trabalhador rural, um trabalhador da cidade, um motorista, ou um intelectual ou quem quer que seja possa ser candidato e ter chance nas eleições. Acho que essa é uma base importantíssima, se a gente quiser um Parlamento plural, verdadeiramente representativo do povo brasileiro.

Permita-me, pela ordem, conceder um aparte ao Senador Cristovam e, em seguida, à Senadora Gleisi.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Wellington, o senhor traz um tema fundamental. Eu temo que passem alguns meses e ele morra, porque o tema da reforma política não prevalece durante ano de eleição. Em 2012, nós teremos eleições para prefeitos. E traz também uma ideia que é fundamental. A reforma política não pode ser uma reforma eleitoral, como alguns estão discutindo. Estão discutindo se tem voto distrital ou não tem voto distrital, estão discutindo se o suplente é da coligação ou do partido. Isso são minúcias. A gente tem que fazer uma reforma muito mais radical, que toque no próprio Poder Executivo, que é monárquico no Brasil, em muitos aspectos; que toque no Poder Judiciário, que, em vez de apenas fiscalizar, tem sido um elemento de intervenção, de cassação. Não vou discutir se a cassação é justa ou não, mas uma intervenção no processo. Há países onde não há Justiça eleitoral. A política funciona. E, terceiro, no Congresso. Mas não só na eleição, mas no funcionamento desta Casa, na maneira como a gente funciona, como se relaciona com a população. Essa reforma política tem que ser uma reforma profunda. E aí é que vem uma preocupação. Eu acho muito difícil que nós, com mandatos e cada um possível candidato daqui a alguns anos, consigamos fazer uma reforma pensando nas próximas gerações e no Brasil inteiro. Nas reuniões a que eu tenho ido, sempre prevalece a ótica do seu mandato e do seu partido. E é impossível

querer que a gente se liberte disso. Por isso, talvez, a única saída seja termos uma comissão especial, eleita pra fazer essa reforma como se fosse uma Constituinte e onde todos os membros ficarão inelegíveis pelas eleições seguintes. Pode ser até alguns de nós aqui, mas eu acho que, para fazermos uma proposta realmente séria, temos que renunciar ao mandato e nos comprometermos a não sermos candidato daqui para frente, senão ela não vai ser na defesa dos interesses maiores do País e do longo prazo. Ela vai ficar prisioneira do imediato e dos interesses de nossos partidos e de nossas pessoas. Eu estou falando mesmo daqueles que queiram se livrar disso, mas na hora de votar vai pensar: isso ajuda ou não eleição? E aí morreu o propósito que a gente tinha. Talvez seja hora de a gente ter uma miniconstituinte para uma reforma política, ou até mesmo para outros aspectos da Constituição. E não é uma comissão de assessoria não, porque eu vou participar de mais de uma comissão de assessoria aqui. Não estou interessado de participar de nenhuma dessas formais, mas vou propor aqui para alguns companheiros nossos fazer uma. Mas aí é de assessoria, não vamos votar. Na hora política, na hora do voto, na hora de decisão, na hora de constitucionalizar a reforma, eu tenho impressão de que, se partir de parlamentares, não dá certo. Aliás, um dos pontos que atrapalham a nossa Constituição é que ela foi feita por uma constituinte congressual. Todo mundo era constituinte e era Deputado ou era Senador. Não deu certo. Está cheia de brechas corporativas, está cheia de brechas, até mesmo se diz, de artigos que foram embutidos clandestinamente por alguns constituintes. Um deles disse por aí que tinha colocado dois artigos, o que é um escândalo tremendo, e passou com toda naturalidade. Isso prova a falta de seriedade com que a gente trabalhou o aspecto constituinte. A Constituição tem que ser algo feito por quem não vai ser candidato, porque quem quer dizer “eu sou o pai da Pátria, vou dar a minha contribuição e, depois, vou para casa”... se não fizermos isso, ela virá cheia das mesmas brechas que tem hoje, das mesmas imperfeições. E, aí, o Poder Judiciário vai assumindo o seu papel de legislador, o que é uma deturpação total, e o Congresso vai-se desmoralizando, e a democracia vai sofrendo com isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Quero dizer o que nos traz à reflexão aqui, ela demonstra exatamente como comecei. Tenho consciência, tenho o pé no chão da dificuldade dessa reforma. Aliás, quando se fala genericamente de reforma tributária e reforma política, todo mundo é favorável, mas na hora em que a gente entra para as

decisões dos pontos que são essenciais, aí, começamos a ter problema.

Então, nós temos que pensar. Se não for isso, vamos fazer o que foi feito ao longo do tempo: muda ali um artigo, muda outro, mas que não tem o reflexo que imagino, uma reforma política eleitoral que garanta, de verdade, o fortalecimento dos partidos e que possa ser feita a partir do interesse do Brasil, de cada um do povo brasileiro. Essa é a dificuldade, por isso não é simples.

Ouço com o maior prazer a Senadora Gleisi.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Quero, Senador Wellington, parabenizá-lo por integrar essa comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Dizer que para nós, da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, é um orgulho tê-lo à frente desse trabalho, até pelo acúmulo, pela discussão e pela dedicação que V. Exª tem ao tema. Eu queria partilhar duas preocupações. A primeira, quando o senhor se refere ao sistema de lista ou tipo de votação que poderíamos ter – voto distrital, voto em lista, voto distrital misto –, tendo, numa discussão dessas, a ficar com o voto distrital misto. Mas queria lhe fazer uma solicitação para que nós pudéssemos debater nesse processo, com muita seriedade, a composição da lista. Países como a Argentina e como o Chile têm na composição da lista a intercalação de homens e mulheres. Isso leva a ter uma representatividade feminina no Parlamento bastante expressiva. Não é à toa que os primeiros países latino-americanos a terem mulheres na Presidência foram a Argentina e o Chile. Então, isso é importante, por isso eu gostaria que considerassem isso nesses debates e nessas discussões. Na outra questão, eu tendo a concordar com o Senador Cristovam sobre se nessa discussão nós teríamos condições de fato nesta Casa, no Congresso Nacional, de fazermos a reforma política, até porque quem estará discutindo e votando são os Parlamentares que foram eleitos pelo sistema vigente. Senador Wellington, que representa a nossa bancada nessa comissão, primeiro quero dar um voto de confiança ao Congresso, a essa comissão e dizer que nós temos, sim, que insistir. E temos legitimidade para isso, temos o voto popular para fazermos as grandes mudanças. Mas, se isso não for possível, se lá no momento em que nós tivermos a discussão verificarmos que não há possibilidade de realmente levar a efeito a reforma política, que essa comissão sugira ao Senado e ao Congresso Nacional a convocação de uma Constituinte Revisora exclusiva. E aí talvez possamos fazer as duas grandes reformas de que o

Brasil precisa: a reforma política e a reforma tributária. Porque o que nós não podemos mais é adiar esse resultado ao nosso País sob pena de pagarmos um preço muito alto, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista político. Obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a participação de V. Exª e quero dizer que esse, provavelmente, é o caminho.

Primeiro, eu disse aqui os princípios básicos. Um deles é que não pode haver, mais uma vez, uma comissão para fazer um remendo nas regras existentes. Se a comissão não tiver capacidade de chegar a um entendimento sobre as principais propostas, tenho certeza de que este é um caminho a ser apresentado: olha, fizemos o possível. Não deu. Acreditamos, então, como lembra o Senador Cristovam, que podemos ter, vamos dizer assim, eleitos especificamente para essa missão.

Em relação à participação da mulher, tenha V. Exª a convicção de que estaremos lá trabalhando a condição de haver uma comissão verdadeiramente representativa da Nação brasileira – há mais mulheres do que homens, inclusive. Regras que permitam a condição de uma participação maior, com certeza serão sempre bem-vindas.

Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington, é um prazer fazer um aparte a V. Exª, que vai representar o nosso partido junto com o também ex-Governador, Senador Jorge Viana. V. Exªs são os dois representantes do Partido dos Trabalhadores nessa comissão de reforma política. V. Exª bem falou que é uma tarefa difícil, e a minha fala aqui, ao invés de facilitar, vai mostrar o quanto é difícil. Estou muito preocupado com os rumos dessa discussão neste Congresso Nacional. Tenho visto pronunciamentos e mais pronunciamentos defendendo o voto majoritário para Deputados, o chamado “distritão”, como se transformássemos o Estado num distrito e os mais votados seriam eleitos. Na minha avaliação, isso acaba com qualquer ideia de fortalecimento dos partidos políticos. Fortalecer partidos políticos tem de significar o quê? Fortalecer o voto num conjunto de ideias. Sei que não existe de forma muito clara em nosso País, mas a gente tem de buscar isto: as pessoas terem uma opção por partido com financiamento público. Temo muito a tese do “distritão”, desse voto majoritário, que está se tornando, pelo que tenho sentido dos pronunciamentos e das conversas, maioria nesta Casa. Temo que transformemos a Câmara dos Deputados numa Câmara em que, por exemplo, as pessoas que têm programas de auditório na televisão... Nada contra, têm seu papel. Mas acho que a gente pode ter um prejuízo

muito grande na eleição de representantes que têm uma luta identificada com determinadas categorias e principalmente o enfraquecimento da vida partidária. Então, V. Ex^a veja que não facilitei. Eu trouxe preocupações. Tenho muito medo que, dessa Comissão de Reforma Política, a gente saia com essa proposta, que enterra a lógica de financiamento público, porque não dá para entender financiamento público se não for na lógica de voto de lista. Portanto, tenha sucesso. É uma tarefa difícil, mas espero que a gente opte por esse caminho do fortalecimento dos partidos nessa reforma política. Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e devo dizer, meu querido Lindbergh, que primeiro vamos ter que ter a ousadia e a coragem do querer fazer.

Acredito que temos um ambiente muito favorável para essa reforma. Um País funcionando democraticamente, temos o início de um mandato, tivemos aqui a Presidente da República, Dilma Rousseff, que veio ao Parlamento, no seu primeiro momento após a posse, e disse do seu interesse, do seu apoio à reforma política; nós temos os líderes partidários, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, ou seja, os partidos dizendo que querem essa reforma. Enfim, creio que este é o momento que não podemos perder.

Por isso, penso que, se puxarmos da experiência já acumulada, repito, das tentativas anteriores, se considerarmos o Código Eleitoral, vamos ter que trabalhar a ordem constitucional, vamos ter que trabalhar o Código Eleitoral – que já existe uma comissão que está aí pronta para entregar esse trabalho, que, com certeza, tem um amplo debate. Temos, enfim, todo um acumulado que nos permite, agora, condensar mais. E aí é uma outra defesa que quero fazer: que possamos estabelecer um tempo. Não pode ser uma comissão que vá se estendendo e vira para 2012, porque aí, concordo também, praticamente morre essa chance. Acho que temos este semestre, de preferência, para tratarmos desse tema, chegarmos a um entendimento, fazermos um esforço concentrado, Câmara e Senado, para atuarmos juntos e colocarmos em votação.

Não acontecendo isso, de novo, minha querida Senadora Gleisi, acho que podemos voltar para esse tema. Porque, veja, não pode ser uma reforma só de fazer mais remendo na Lei nº 9.504, de 1997, a lei que rege o processo eleitoral, como se fez aqui ao longo do tempo.

Senador Mozarildo, com o maior prazer, gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Wellington, eu não sou jurista, mas o tempo de legislador que tenho me leva a acreditar em algumas

coisas. Primeiro, eu defendo que é preciso começar esse trabalho. Se ficarmos esbarrando nas dificuldades, nós não vamos fazer, e continuaremos a fazer reformas pontuais. Eu estava até comentando agora com o Senador Cristovam – aí é um pouquinho da minha cabeça de médico – que acho que temos que dividir essa reforma basicamente entre o que é emergencial, até olhando já a eleição de 2012, e o que é estrutural. Vamos dizer que, se estou em uma emergência no pronto-socorro e chega alguém com fibrilação cardíaca, não vou discutir se a fibrilação veio de uma hipertensão, se veio de estresse, se veio de uma vida sedentária, eu vou é tratar da fibrilação. Depois, vou cuidar desse paciente no que é estrutural. Ele vai ter que corrigir a hipertensão dele, ele vai ter que viver uma vida mais desestressada possível e vai ter que fazer exercícios físicos. Mas eu não posso colocar o que é estrutural na frente do que é emergencial. E existem algumas coisas que são emergenciais. Eu destacaria aqui – até tivemos alguns avanços nesse sentido, que foram pontuais, mas foram se sucedendo: a eliminação dos showmícios, a eliminação da distribuição de camisetas e de brindes e tantas outras coisas que foram feitas, como a pintura de muros, por exemplo, em que o candidato que tinha dinheiro pintava quase todos os muros da cidade e ainda pegava a declaração do morador de que foi espontâneo, mas, na verdade, ele estava pagando ao morador; comprava milhões de camisetas, e quem não tinha dinheiro ficava numa desigualdade terrível. Isso já foi eliminado, felizmente. Avançamos agora na aprovação do Ficha Limpa, que está sendo discutido se vale para agora ou para depois, mas já é lei. Ficha limpa, daqui para a frente, vai ter que ter. Todo candidato vai ter que ter ficha limpa. Agora, o que é emergencial? É a questão, por exemplo, de definir o financiamento de campanha: vai ser exclusivamente público, ou vai ser público e privado dentro de certas regras? Discutir, por exemplo, se é ou não possível fazer coligação. Então, são assuntos emergenciais para a próxima eleição. Agora, como V. Ex^a disse um dia desses num aparte, o que for mais estrutural, o que mexer mais com os interesses dos que estão hoje com mandato, coloquem para a eleição depois de 2014, mas façamos agora essa reforma. A emergencial primeiro, e a estrutural em seguida. Repito que concordo com V. Ex^a. Temos de fazer isso este ano, senão faremos apenas em 2015.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e concordo plenamente com o que diz V. Ex^a, pois nos faz refletir aqui.

Quero concluir, Sr. Presidente, lembrando que esta também é daquelas reformas que, na alegria ou na dor, vamos ter que tratar. Eu tenho muito orgulho

de atuar na política. Muita gente tem vergonha até de dizer que é político. Eu tenho orgulho de militar na política. Assim como militei no movimento estudantil, assim como militei no movimento sindical, eu tenho orgulho de militar na política. E creio na política como uma arte das mais complexas e nobres da humanidade.

Out seja, lidar com os destinos de um povo, lidar com decisões num Parlamento, com as prioridades num Executivo, enfim. Então é disso que se trata. Enquanto não fazemos a reforma política, nós temos essa reforma sendo feita de três modos, ou com os remendos feitos aqui, no dia a dia, com interesses que nem sempre são para a democracia, para a maioria do povo, e ao mesmo tempo feita muitas vezes até com iniciativas da sociedade, que é algo importantíssimo, mas que, muitas vezes, feita no calor de uma emoção e, por isso mesmo, sem tempo de receber uma redação adequada. Veja, por exemplo, a Lei da Ficha Limpa, que, quando vai para análise do Supremo, recebe uma interpretação que causa os maiores problemas no Brasil, criando insegurança.

Veja uma lei feita diretamente pelo Judiciário. O Judiciário tem elaborado um conjunto de regras, que, na verdade, são próprias do Legislativo, são próprias do Legislativo. Eu acho que o Legislativo não pode permitir, por incapacidade de dar solução, que quem não tenha experiência em um tema como esse possa estar fazendo essas regras, muitas vezes de boa-fé.

Cito um exemplo: há pouco tempo, o TSE dava uma interpretação no sentido de que alguém eleito num Município e foi reeleito pode sair para ser candidato num outro aqui da vizinhança, a fim de disputar um terceiro mandato. Daqui a pouco, o mesmo Tribunal diz: "Não, não pode mais".

Agora, na região de Valença, sabe o Deputado Lindbergh que aconteceu algo semelhante – Valença, no Rio de Janeiro. Estão vivendo um drama agora lá em Campo Maior, no Piauí: um companheiro do meu partido foi eleito Deputado Estadual, teve uma eleição fora de época, por cassação de um prefeito que teria ido para um terceiro mandato. E ele, agora, não sabe se toma posse ou não, porque foi criada essa insegurança eleitoral. Essa situação está relacionada, para pegar um outro exemplo, à questão do suplente; ou seja, você tem uma regra feita na eleição que estabelece a regra da suplência e, daqui a pouco, não é mais aquela regra que vale.

Então é um tema ao qual dou importância, que é a valorização partidária. Eu quero defender como justo o fim da coligação proporcional e, neste caso, a ordem é a do partido. Mas era uma regra que tinha lá atrás, era uma regra que tinha lá atrás.

Eu quero aqui, com essas palavras, dizer que estamos abertos a receber sugestão. Vamos participar desse debate, mas eu creio que todo o esforço é para que, nessa nomeada agora e publicada pelo Presidente Sarney, tenhamos condições de agilizar e oferecer a esta Casa uma proposta capaz de, repito, olhar não apenas para o imediato, mas olhar para o futuro, pensando em todas as gerações.

Eu agradeço o enriquecimento deste meu pronunciamento por todos os Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Wellington Dias, que traz o debate da reforma política.

Agora, enfim, Senadora Gleisi Hoffmann, é o seu momento de usar a palavra pelo tempo que entender necessário e com a tolerância que eu tive com todos os Parlamentares.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mantendo o critério de um inscrito e uma comunicação parlamentar. E, neste momento, a Senadora Gleisi fala como comunicação parlamentar.

Pela ordem, Senador!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pela ordem.) – Eu queria pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, para me inscrever pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Valdir Raupp está inscrito pela Liderança do PMDB.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente Senador Paim, nosso colega, Líder, pessoa por quem tenho grande admiração pela sua trajetória.

O que me traz aqui hoje é para demonstrar a minha alegria com o anúncio do Ministério da Justiça de que vai ser implantado o primeiro gabinete de gestão integrada de policiamento de fronteira na cidade de Foz do Iguaçu, na nossa fronteira, no Paraná.

Foz do Iguaçu é uma cidade belíssima, uma cidade que faz fronteira com o Paraguai, com a Argentina. Aliás, o Paraná tem a fronteira mais populosa deste País, além de ser a fronteira mais bonita também. Há muito tempo nós discutimos a necessidade de termos uma intervenção em área de segurança que pudesse unificar a ação policial na fronteira, tanto Polícia Militar, como Polícia Civil, Polícia Federal e agora também as Forças Armadas.

Ontem, esteve no Paraná a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Sra Regina Miki, que eu também quero aqui cumprimentar e agradecer. Essa visita da Se-

cretária Regina foi consequência de uma visita do nosso Ministro José Eduardo Cardozo ao Estado do Paraná, na sexta-feira passada, ao Governador do Estado, Sr. Beto Richa. Eu o acompanhei, e, naquele momento, nós discutimos a necessidade de uma intervenção mais sistemática e mais firme em razão de fronteira.

Prontamente o Ministro da Justiça determinou e designou que a Secretaria de Segurança Nacional, a Regina, fosse ao Paraná, conversasse com a Secretaria de Estado de Segurança e pudesse começar as ações para implantar um sistema diferenciado na fronteira. E a nossa alegria é que já veio com uma proposta concreta. Vai ser o primeiro gabinete de gestão integrada de policiamento ostensivo. E ela também anunciou que, agora, em fevereiro, entra em operação o Vant (Veículo Aéreo Não Tripulável) como a primeira experiência também de monitoramento. A nossa fronteira é extensa, é uma fronteira populosa. Nós precisamos, de fato, ter uma ação sistemática, até porque os índices relativos à nossa fronteira sobre contrabando e descaminho mostram as maiores entradas no País de drogas e armas.

Então, fico muito feliz. Eu queria parabenizar o nosso Ministro José Eduardo Cardozo pelo trabalho que vem fazendo. S. Ex^a tem ido aos Estados, conversado com os Governadores. E, como ele disse, cada Estado tem a sua peculiaridade, cada Estado tem que ser tratado de maneira diferente. E ele logo compreendeu que, em relação à segurança, o Estado do Paraná merecia, como está merecendo, uma atenção especial à fronteira.

Então, eu queria agradecer, parabenizar essa atuação e dizer que nós aqui, nesta Casa, vamos estar sempre prontos a colaborar, a ajudar para que essa realidade se intensifique não só na nossa fronteira do Paraná, mas também em todas as fronteiras brasileiras.

Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, esta minha estada na tribuna para fazer um diálogo com o Senador Aloysio Nunes sobre a fala dele aqui. Infelizmente, S. Ex^a não está mais no plenário, já se retirou. S. Ex^a veio aqui falar sobre a consolidação fiscal que o Governo da Presidente Dilma apresentou na data de ontem ao País. Eu queria reafirmar o que eu falei ontem, criticando a posição que o PSDB vem tendo de chamar de estelionato eleitoral e dizer que nós afirmávamos que era um momento mágico e que não é mais.

Nós vivemos, sim, um momento mágico da economia. Vivíamos na época da campanha e vivemos agora. E essa consolidação fiscal, ela é justamente para manter esse momento mágico. Não pode se esquecer o Senador Aloysio que nós tivemos um momento de expansão muito grande da economia deste País, de investimentos grandes por parte do Estado, que a gente chama de intervenção expansionista estatal.

Nós tivemos uma crise, uma das maiores crises da nossa história mundial, que afetou o coração da economia do mundo, que foram os Estados Unidos e a Europa; e o Brasil conseguiu sair praticamente ileso. É incomparável a crise vivida pelo Governo do Presidente Lula com as crises vividas no mandato do Presidente Fernando Henrique, em que a Ásia dava um espirro e nós aqui ficávamos já com uma grande doença econômica e financeira.

Nós tivemos uma crise sem precedentes na história e conseguimos debelar essa crise, porque o Estado foi firme. O Estado fez as suas despesas, investiu, reduziu os juros, aumentou o crédito. E é esse o resultado que nós vimos em 2010: um País crescendo a quase 8%, a menor taxa de desemprego, Senador Paim, o senhor que trabalha em prol dos trabalhadores e sempre os defendeu nesta Casa. Eu acho que nós nunca vimos na história deste País essa taxa de desemprego. Isso, por quê? Porque o Brasil foi firme, o Estado Brasileiro foi firme ao enfrentar a crise. E, naquele momento, nós precisávamos de ações expansionistas.

Agora, nós precisamos o que a gente chama de contra-ciclo: ações que possam reequilibrar o mercado e a economia. Nós tivemos um superaquecimento pelas medidas adotadas; tivemos aí já um indicativo de crescimento inflacionário. E um Governo responsável com o crescimento e o desenvolvimento do País não podia ficar olhando, tem de ter medidas firmes. E a Presidente Dilma, com a sua equipe econômica, apresentou ao País um conjunto de medidas firmes, de medidas direcionadas, de medidas que, eu tenho certeza, vão fazer efeito.

Agora, o que é mais importante: não são medidas que desconsiderem a realidade do País, elas não são de maneira comum, "corta qualquer coisa". Não. São medidas voltadas a conter despesas naquilo que não compromete o nosso desenvolvimento. Então, nós não vamos ter comprometimento com investimentos estruturantes do PAC; não vamos ter comprometimento com investimentos na área do desenvolvimento social.

Quero também mostrar a minha surpresa ao Senador Aloysio, que disse que cortar diárias e passagens é insignificante, porque são só dois bilhões de reais. Eu não sei qual é a avaliação de valores que tem o Senador, mas dois bilhões de reais é muito dinheiro. Talvez seja porque eu tenha a concepção, Senador Cristovam, de dona de casa e de mulher; sei que a pequena economia tem grande resultado. E acho que é aí que nós temos que mexer. Então, eu acho que cortar um bilhão é muito significativo, até porque as despesas passíveis de corte são de no máximo 300 bilhões. Então, nós temos que cortar sim onde nós podemos economizar.

Eu queria também mostrar a minha surpresa em relação à fala do Senador em que ele afirma que a transição de 2002 foi uma transição da maior qualidade e excelente em termos de resultados, o que não aconteceu agora na transição de 2010. Eu quero dizer, de maneira muito clara e franca, porque eu participei da transição de 2002 – eu integrei a equipe do Ministro Palocci à época, trabalhei com a área orçamentária e tive a oportunidade de conviver também com a Presidente Dilma –, que foi uma transição respeitosa e colaborativa, mas o legado daquela transição foi um legado muito ruim para o País. Nós estávamos praticamente sem nenhum investimento estrangeiro porque, um pouco antes do segundo turno da eleição e logo depois, o PSDB fez uma campanha de que o Brasil estaria quebrado e que o Presidente Lula não honraria os contratos assinados. Nós não tínhamos um centavo de moeda estrangeira aplicada neste País. E nós não podíamos falar, porque do ponto de vista externo ninguém entende governo com diferença partidária, entende Estado brasileiro, e nós tivemos que tomar atitudes e medidas amargas naquele momento.

Outro legado que nos foi deixado: uma taxa de juros de quase 25%, tínhamos um risco País de mais de 2 mil pontos, uma relação dívida/PIB de quase 60%. Então, não foi uma transição tranquila, não foi a transição da beleza aventada; foi uma transição difícil, uma transição dura.

Eu me lembro muito bem que nessa transição, numa reunião com a então futura Ministra de Minas e Energia, hoje nossa Presidenta Dilma, nós fizemos uma reversão no Orçamento da União, internalizamos todos os investimentos da Petrobras.

Sr. Presidente, os investimentos da Petrobras, os investimentos para estaleiro, para retomada das empresas navais não estavam para aplicação no Brasil, mas estavam para aplicação em Cingapura. Era lá que nós íamos colocar dinheiro brasileiro para fazer desenvolvimento econômico.

E não fosse uma atitude firme do Presidente Lula, firme da nossa Presidenta Dilma, nós não teríamos condições de reverter essa situação. Hoje, nós temos uma indústria naval crescente no nosso País, sólida, com investimentos positivos.

Então, não dá para aceitar que alguém do PSDB venha aqui questionar os rumos do desenvolvimento econômico e dizer que nós fizemos estelionato eleitoral.

Quem votou na Presidenta Dilma não votou pelo que ela falou, votou pelos resultados do Governo do Presidente Lula, um governo que foi ajudado pela Presidenta Dilma; votou porque este País hoje tem um salário mínimo digno para o trabalhador; votou porque este País hoje tem emprego; votou porque este País

hoje tem distribuição de renda. Este País incluiu mais de 30 milhões de pessoas retirando da pobreza e da miséria milhares de famílias. É por isso que recebemos o voto e é por isso que hoje nós temos a primeira Presidenta do Brasil.

Falou aqui também o Senador sobre o PAC, que o PAC não anda, que o PAC demora. O PAC é o maior programa que tivemos de retomada do planejamento estatal. E tivemos problema sim no início com o PAC 1. Realmente as obras demoravam. Mas sabe por que demoravam? Porque quando o Presidente Lula assumiu este País nós não tínhamos um projeto de obras estruturantes. Tivemos que fazer todos os projetos, tirar as licenças ambientais e com isso todas as consequências e a demora. Porque o Governo do PSDB não tinha preocupação de fazer investimento de longo prazo. Aliás, não tinha preocupação de fazer nem investimento de curto prazo, porque nós não tínhamos investimentos suficientes no Orçamento da União.

Então, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Sr. Presidente, a consolidação fiscal nada mais é que a responsabilidade de um gestor público que tem em suas mãos o futuro de um País que com certeza vai ser uma grande Nação, rica e desenvolvida, que está caminhando rapidamente para isso. E esta Casa tem a responsabilidade de ajudar nesse processo. Como disseram aqui Senadores que me antecederam, nós também deveríamos apresentar, como já aconteceu ontem na reunião da Mesa, cortes de gastos, mas também poderíamos aqui ter a sensibilidade de saber que não vamos poder executar todas as emendas apresentadas por esta Casa ao Orçamento da União. E, como eu disse ontem, as emendas são importantes para os Municípios, para os Parlamentares, porque são instrumento de fazer política; mas não são mais importantes para o povo brasileiro do que as obras estruturantes, que não vão ser objeto de corte neste equilíbrio fiscal apresentado à Nação, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, o Minha Casa Minha Vida e os programas sociais, porque como disse a Presidenta Dilma, um país rico é um país sem pobreza.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Gleisi, pelo seu pronunciamento.

A sexta-feira tem esta vantagem de ouvirmos todas as posições sobre a conjuntura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, V. Exª fala como orador inscrito. Depois teremos um líder ou uma comunicação parlamentar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vim aqui porque creio que não podemos deixar passar em branco o pronunciamento da Presidenta Dilma ontem, em cadeia nacional, na televisão.

Esse pronunciamento tem alguns aspectos que raramente vimos na história do Brasil, Senador Lindbergh. Primeiro, o momento utilizado. Até aqui a gente via pronunciamento de Presidentes na hora de fazer atos institucionais, pacotes econômicos. E agora a gente viu uma Presidente falar por causa da volta às aulas. Esse é um simbolismo que merece ser considerado.

É a primeira vez em que a volta às aulas, uma coisa que é tratada como se não houvesse qualquer importância, recebe de uma Chefe de Estado a importância de merecer um pronunciamento em cadeia nacional. Mas como se fosse pouco, Senador Valdir Raupp, o primeiro pronunciamento da Presidenta foi esse. O primeiro pronunciamento como Presidente, em cadeia nacional, requisitando esse direito que o Presidente tem de falar a todos os brasileiros, teve como tema a volta às aulas.

Mas há outros aspectos, o conteúdo de um discurso; pela primeira vez, um pronunciamento de um Presidente é concentrado no aspecto da educação. Nunca houve isso! Já houve até Ministros que foram em cadeia nacional de televisão e falaram de um programa ou outro, mas Presidente chegar lá e falar para todo o Brasil, naquele horário nobre, em todas as televisões, sobre educação, eu nunca tinha escutado. Esse é o terceiro aspecto importante de sua fala.

Mas tem o quarto: é que Sua Excelência vinculou a educação a progresso e a justiça social. Poderia ter falado sobre educação como mais um dos serviços que são prestados, como poderia ter falado sobre o Minha Casa Minha Vida. O Minha Casa Minha Vida é uma condição do bem-estar social, mas não é o vetor do progresso. Ela disse que o vetor do progresso, da justiça social é a educação.

Quatro fatos marcantes desse discurso de ontem, para não falar em um quinto que foi a própria qualidade literária, a qualidade da oratória, a presença da Presidenta da maneira como trouxe o assunto para nós brasileiros.

Eu queria deixar isto registrado e gostaria de pedir que a fala dela constasse dos Anais do Congresso. Não vou ler para não tomar o tempo, mas peço que seja considerado integralmente como parte desta sessão.

Quero concluir dizendo que fiquei muito feliz porque, ao final da sua fala, aparecia aquele que, creio, deverá ser, Senador Valdir Raupp, o novo símbolo do Governo: o nome do Brasil bem nítido tendo escrito embaixo “Um país rico é um país sem pobreza”. Esta frase vai provocar uma revolução mental neste País.

Não é uma frase apenas de *slogan*, nem tem a falsidade que tinha – vamos falar com franqueza – a frase “Brasil um país de todos”. Vamos falar com franqueza. Não é verdade. Este País não é de todos enquanto tivermos excluídos, não é de todos enquanto tivermos 14 milhões que não são capazes de ler “ordem e progresso”, não sendo, portanto, capazes de conhecer a própria bandeira.

Mas não é só isso. Dizer que país rico é um país sem pobreza é uma revolução em nível muito mais amplo do que o Brasil, porque nos acostumamos, nestes duzentos anos do capitalismo, que país rico é país com renda alta, mesmo que concentrada, que país rico é um país que destrói o meio ambiente, se tiver renda alta, que país rico é o país da produção. E o novo *slogan* diz: “país rico é um país sem pobreza”. É uma visão completamente diferente, é uma perspectiva completamente nova, que vai trazer para as nossas crianças uma maneira diferente de ver o problema da riqueza e da pobreza, porque coloca dentro do próprio conceito de riqueza o fato de não haver pobreza ao redor.

Fui crítico sempre que foi preciso e serei crítico sempre que for preciso, mas não posso deixar de dizer que fiquei emocionado e feliz ontem com o pronunciamento da nossa Presidenta, pelo conteúdo, pela forma, pela oportunidade que ela escolheu para falar. Fiquei muito feliz, inclusive como professor, ao ver explícitas essas palavras como símbolo de um tempo. País rico é país em que ninguém está fora da inclusão social, país rico é aquele em que não haja pobreza ao redor da riqueza, porque aí o país tem riqueza mas não é rico. Essa diferença entre país que tem riqueza e país rico, essa frase não carrega apenas uma força poética, mas uma dimensão mental diferente. Ser rico é não ter pobreza. Este é, sim, o conceito que o Brasil precisa levar daqui para frente.

Como coloquei, ontem à noite mesmo, mensagens elogiando o pronunciamento e recebi muitos comentários, não posso deixar de dizer, esperando que isso não tire toda a força dos meus elogios, que muitas pessoas disseram que devemos ficar de olho para ver se esse discurso terá continuidade. Eu tenho toda esperança de que sim, mas é preciso concluir dizendo que o discurso perfeito, para ser consequente, tem que vir acompanhado daquilo que a gente precisa no concreto para realizar as mudanças.

Era isto, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2011

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Nossos jovens estão de volta às aulas. A abertura do ano escolar é sempre uma festa de alegria, de fé e de esperança. É com esse sentimento que saúdo os estudantes, seus pais e, muito especialmente, todos os professores brasileiros.

Estou aqui para reafirmar o meu compromisso com a melhoria da educação e convocar todos os brasileiros e brasileiras para lutarmos juntos por uma educação de qualidade. Vivemos um momento especial de nossa história. O Brasil se eleva, com vigor, a um novo patamar de nação. Temos, portanto, as condições e uma imensa necessidade de darmos um grande salto na qualidade do nosso ensino. Um desafio que só será vencido se governo e sociedade se unirem de fato nesta luta, com toda a força, coragem e convicção.

Nenhuma área pode unir melhor a sociedade que a Educação. Nenhuma ferramenta é mais decisiva do que ela para superarmos a pobreza e a miséria. Nenhum espaço pode realizar melhor o presente e projetar com mais esperança o futuro do que uma sala de aula bem equipada, onde professores possam ensinar bem, e alunos possam aprender cada vez melhor. É neste caminho que temos que seguir avançando com passos largos.

É hora de investir ainda mais na formação e remuneração de professores, de ampliar o número de creches e pré-escolas em todo o país, de criar condições de estudo e permanência na escola, para superar a evasão e a repetência. E, muito especialmente, acabar com essa trágica ilusão de ver aluno passar de ano sem aprender quase nada.

É hora de fazer mais escolas técnicas, de ampliar os cursos profissionalizantes, de melhorar o ensino médio, as universidades e aprimorar os centros científicos e tecnológicos de nível superior. É hora de acelerar a inclusão digital, pois a juventude brasileira precisa incorporar, ainda mais rapidamente, os novos modos de pensar, informar e produzir que hoje se espalham por todo o Planeta. Em suma, esta é a grande hora da Educação brasileira. Isso só será possível se cada pai, cada aluno, cada professor, cada prefeito, cada governador, cada empresário, cada trabalhador tomar para si a tarefa de acompanhar, discutir, cobrar, propor e construir novos caminhos para a nossa Educação. Como Presidenta, como mãe e avó, darei tudo de mim para liderar esse grande movimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pouco mais de um mês depois de assumir a Presidência, tenho algumas coisas a anunciar na Educação. Vamos lançar, ainda neste trimestre, o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica, o Pronatec, que, entre outras vantagens, levará ao ensino técnico a bem-sucedida experiência do ProUni.

Estamos também acelerando a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, não só para que todas as escolas públicas tenham acesso à internet como, também, para que, no médio e longo prazos, a população pobre possa ter internet em sua casa ou no seu pequeno negócio a preço compatível com sua renda.

Informo, também, que o governo está tomando medidas para corrigir e evitar falhas no Enem e no Sisu, pois é fundamental aperfeiçoar e aumentar a credibilidade destes instrumentos, que são muito importantes na avaliação do aluno e da escola e, portanto, na melhoria da qualidade do ensino.

Para concluir, reafirmo que a luta mais obstinada do meu governo será o combate à miséria. Isso significa fortalecer a economia, ampliar o emprego e aperfeiçoar as políticas sociais. Isso significa, em especial, melhorar a qualidade do ensino, pois ninguém sai da pobreza se não tiver acesso a uma

educação gratuita, continua e de qualidade. Nenhum país, igualmente, poderá se desenvolver sem educar bem os seus jovens e capacitá-los plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade do conhecimento.

País rico é país sem pobreza. Este será o lema de arrancada do meu governo. Ele está ai para alertar permanentemente a nós, do governo, e a todos os setores da sociedade, que só realizaremos o destino de grandeza do Brasil quando acabarmos com a miséria.

Sem dúvida, essa é uma tarefa para toda uma geração. Mas nós temos determinação para realizar a parte importante que falta, para que a única fome neste país seja a fome do saber, a fome de grandeza, a fome de solidariedade e de igualdade. E para que todos os brasileiros possam fazer da educação a grande ferramenta de construção do seu sonho.

Muito obrigada e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-o, Senador Cristovam, pelo pronunciamento. Quero dizer que concordo com V. Ex^a que a nossa Presidenta foi brilhante ontem à noite e que V. Ex^a será atendido na forma regimental, para que o pronunciamento dela fique nos Anais da Casa.

Sei que V. Ex^a, de uma forma ou de outra, ajudou naquela formulação pela sua luta. V. Ex^a conversou comigo e não quis falar da tribuna, mas quero ter a liberdade de dizer que sei que V. Ex^a ajudou nesse pronunciamento, o que é bom, muito bom para todos nós, principalmente para o Brasil.

Parabéns à nossa Presidente!

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, sei que, pela ordem, eu teria a precedência como Líder, mas eu gostaria muito de ouvir o nobre e jovem Senador Lindbergh. Então, eu aguardarei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo Regimento, seria V. Ex^a, como Líder, e, em seguida, um orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, pelo entendimento, fala o nobre Senador Lindbergh Farias, e V. Ex^a falará em seguida, como Líder.

Um minutinho, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pronunciamento feito pela nossa Presidenta Dilma será incorporado aos Anais da Casa por proposta do Senador Cristovam.

E ainda leio ofício:

É lido o seguinte:

OF. Nº 034/2011/GLPTB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido dos Trabalhadores – PT uma vaga de Suplemento a que tem direito na Comissão de Relações Exteriores – CRE.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**. – Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, agradeço ao Senador Raupp a gentileza.

Presidente Paim, temos escutado muito sobre um distanciamento dos rumos do Governo da Dilma em relação ao Governo do Presidente Lula. Há muita gente neste País tentando intrigar, tentando achar diferenças entre a Dilma e o Presidente Lula.

Ontem, tive oportunidade de rever e escutar falando, depois de algum tempo, o Presidente Lula no aniversário de 31 anos do Partido dos Trabalhadores. E quero começar aqui citando trechos da fala do Presidente Lula. O Presidente Lula disse: “O sucesso da Dilma é o meu sucesso. O Fracasso da Dilma é o meu fracasso.” E continua:

“A minha relação política com a Dilma é indissociável nos bons e maus momentos. Não é uma aventura. É um projeto que estava construído quando eles diziam que a Dilma era um poste. Agora, já sabem: toda vez que vocês falarem bem da Dilma, bato palmas. Se a grande desconstrução do Governo Lula que eles querem fazer é falar bem da Dilma, morrei feliz. Este era o nosso objetivo: ter alguém que pudesse fazer mais e melhor, porque, se fosse para fazer o mesmo, eu teria pleiteado o terceiro mandato.”

A gente observou, inclusive no plenário, hoje, alguns Senadores tentando atacar principalmente as finanças do Governo do Presidente Lula, dizendo que esse ajuste é uma incoerência, que há um rombo nas finanças públicas. Ora, quero aqui citar alguns números. Não quero entrar na arenga política, não estou querendo tripudiar ou falar mal do Governo Fernando Henrique Cardoso, mas quero citar os números da nossa economia.

O Brasil vai bem como nunca, vive uma situação como nunca viveu. Comparar 2003 com 2011? Ora, estamos crescendo 7% ao ano. Tivemos, nesses oito anos, quinze milhões de empregos formais.

Trago, Sr. Presidente, alguns números aqui. Volto a dizer que a comparação não é para atacar o Governo Fernando Henrique Cardoso, mas para mostrar o aumento da economia do País e o que temos de fazer daqui para frente. A nossa dívida pública, que era de 56,4 com o PIB, está em 41,5. Nossa déficit nominal está inferior a 3%. Quero dizer o seguinte: na Comunidade Europeia, o grande debate na relação dívida PIB é encaixar os países nesse número abaixo de 60%. Nós caímos nesses oito anos, estamos em 41,5%. Aumentamos as nossas taxas de investimentos. Falei,

anteriormente, que estamos investindo 19% do PIB, contra 15% de 2003. Investimentos públicos, calculados Governo Federal e estatais, que eram de 1,5, duplicou, estão a mais de 3%, 3,4%.

Essa é a realidade da nossa economia. Onde está a tal da crise que alguns apregoam? O problema que temos – e aí temos que identificar com muita clareza – é que há um cenário econômico internacional diferente. Nós estamos vivendo hoje um problema de câmbio que é real, uma desvalorização da moeda norte-americana e da moeda chinesa que atinge alguns setores da nossa indústria. Quero ressaltar a política correta do Ministro Fernando Pimentel, Ministro da Indústria e Comércio. Acho que está preparando uma série de medidas de defesa comercial nossa. Eu tenho visto algumas declarações do Ministro Fernando Pimentel, analisando item por item das importações, para ver o que podemos fazer em alguns itens, para defender a nossa indústria nacional. Isso é fundamental.

Acho que nós vamos ter que entrar numa discussão sobre câmbio, sobre mais controle de capitais, sobre aumentar IOF, sobre quarentena. Vai ser necessário. Mas há uma alteração do quadro internacional. Não é um problema das finanças, do pretenso rombo deixado, da gastança do governo do Presidente Lula. É uma alteração de que falo não só do problema do câmbio, mas também da elevação do preço das *commodities*, uma elevação da pressão inflacionária no mundo inteiro – Presidente Paim, não é só aqui –, elevação do preço dos alimentos. É esse cenário que se modifica.

A Presidenta Dilma entra numa conjuntura econômica internacional diferente, e ela entra fazendo o que tem que ser feito, entra fazendo o que tem que ser feito.

Eu me preocupo – inclusive, quero deixar isto claro aqui – com o fato de a gente, ao fazer o que deve ser feito, acabar puxando o freio demais. Devemos saber dosar. Nós temos que saber dosar muito bem isso. Porque veja bem: se temos um problema do câmbio, o Governo foi firme também em agir, aumentou o compulsório bancário, diminuiu o financiamento, houve um aperto no crédito.

A gente sabe que o caminho que deu certo para o Presidente Lula foi a construção de um grande mercado de massas neste País, por meio da recuperação do poder de compra do salário mínimo, das políticas de transferência de renda, da formalização do emprego, dos investimentos públicos. Os investimentos públicos tiveram um grande papel na nossa crise econômica.

E vocês vejam que a diferença do Brasil – só para entrar nesse debate e chegar aonde eu quero chegar – na crise econômica que nós enfrentamos em 2009 foi que nós a enfrentamos com políticas

claras de geração de empregos, investimentos públicos. O PAC teve um grande papel, sim, na retomada do crescimento. O Brasil saiu de uma forma completamente diferenciada.

Aqueles que repetem os mesmos argumentos dizem que era uma crise de natureza recessiva. Alguns falavam, naquela época, que a saída era cortar gastos, cortar gastos, cortar gastos. É claro que não defendo todos os gastos, mas, quando eu falo de investimentos... Saímos da crise com velocidade porque fizemos os investimentos públicos como, vou novamente citar, a política de recuperação do salário mínimo. Foi fundamental. Os economistas falam do efeito multiplicador do salário mínimo num cenário como aquele, que era um cenário de crise. Os países que seguiram aquele velho receituário apenas de corte dos investimentos públicos se deram mal no combate à crise econômica.

Aonde quero chegar com tudo isso, Sr. Presidente? A um cenário econômico internacional diferenciado.

A nossa Presidente Dilma Rousseff tem toda a razão de entrar com cautela. É um novo Governo. Nós temos que melhorar o gasto público. Deve haver cortes, sim, em algumas áreas que podem ter determinados apertos. O que ouvi nas falas, nos pronunciamentos é que os investimentos fundamentais para o crescimento deste País estão mantidos.

Então, o que eu quero dizer aqui ao ocupar esta tribuna é que enganam-se aqueles que apostam que é um outro rumo o que o Governo da Dilma está tomando. É o mesmo rumo. A Dilma tem uma estratégia clara para este País. No discurso, na Mensagem que ela enviou a este Congresso Nacional, ela falava de uma nação economicamente desenvolvida e socialmente justa. Este é o rumo estratégico do Governo da nossa Presidenta Dilma: noções mais fortes de planejamento. Uma grande gestora vai apertar todos os parafusos, todos os seus movimentos táticos, todas as políticas públicas, visando a esse objetivo estratégico.

E quem conhece a Presidenta Dilma sabe que é isso o que vai acontecer. Então, não se enganem com movimentações táticas, dizendo que é mudança de rumo. Não é mudança de rumo! Na verdade, é errado falar que houve um ajuste fiscal. Não há ajuste fiscal; há naturalmente uma... É o início do mandato da Presidenta.

Todo mundo – eu fui prefeito; está aqui o Ex-Prefeito de Valença, Dr. Álvaro – vários ex-Governadores sabem que, todo início de governo, é hora de você arrumar a casa, fazer um planejamento, organizar os quatro anos, fazer planejamento estratégico. É isto o que está acontecendo: contingenciamento natural nesse início.

Então, este era o sentido da minha fala hoje aqui, Presidente Paim: mostrar que nós estamos no caminho certo, que foi o mesmo caminho que o Presidente Lula trilhou, de que nós temos muito orgulho. Desenvolvimento econômico pela inclusão social. Quase 30 milhões de brasileiros saíram da miséria. Este País cresceu por isso, porque nós criamos um grande mercado de massas neste País. E é por isso, e a Dilma foi a peça central na construção desses rumos no Governo do Presidente Lula.

Eu quero, para encerrar, conceder um aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Lindbergh, é uma honra fazer um aparte a V. Ex^a. Eu sempre me lembro de que V. Ex^a, como Deputado, prestou um serviço muito importante para Roraima e eu diria para o Brasil, quando foi o Relator da Comissão Temporária Externa da Câmara, que, ao mesmo tempo em que a Comissão Temporária Externa do Senado, produziu um estudo não só sobre a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, mas, eu diria assim, por tabela, sobre todas as demarcações. E V. Ex^a teve um trabalho que ficou acima de paixões, de ideologias, mas fez um trabalho realmente voltado para a Nação. E os pronunciamentos que V. Ex^a tem feito aqui têm mostrado a sua preocupação com o Brasil como um todo. E entendo o que V. Ex^a está fazendo hoje: realmente nós temos que parar de discutir Governo Lula, Governo Fernando Henrique Cardoso e temos que discutir o que temos que fazer daqui para a frente. Entendo que o que V. Ex^a está propondo é exatamente isso, tanto que eu fiz pronunciamentos propositivos em relação ao que eu desejo que a Presidente Dilma faça. Com relação à Amazônia, por exemplo, a questão de criar um Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia, o que não foi feito até hoje por nenhum governo; e a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas. Não estamos nem discutindo que demarque ou não demarque, mas demarcada. Coincidemente, nessas reservas há reservas minerais importantíssimas, como a Reserva Roosevelt, no Estado do Senador Valdir, a Reserva Ianomâmi e Raposa Serra do Sol, em Roraima, entre outras. E nós temos que acabar, pelo menos, com este descompasso com a realidade: temos minérios e não os exploramos por estarem em reserva indígena. A Constituição permite fazer. Então, vamos fazer de maneira séria, ordenada e correta. Também mostrei aqui que não adianta ficar falando em fazer um bom trabalho na saúde se não corrigirmos o principal ponto, que é o Sistema Único de Saúde, que sofre basicamente, Senador, pela corrupção no setor. Se nós corrigirmos a corrupção, fecharemos esse gargalo e investirmos numa reestruturação

do SUS, a realidade vai ser outra, não vai ser como agora, quando quase 90% dos brasileiros não aprovam a assistência à saúde que recebem. E é preciso dizer: 160 milhões de brasileiros dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde para ter alguma atenção. Então, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que é importante que nós aqui, representando os Estados, portanto representando a Federação, tenhamos uma preocupação de, daqui para frente, corrigir o que tenha que ser corrigido, melhorar o que tenha que ser melhorado. E eu tenho muita confiança na Presidente Dilma não só por sua luta, mas pela formação e pelas ideias que tem. Inclusive, tive oportunidade, quando ela era Ministra de Minas e Energia, de saber de muitas ideias dela sobre o que é importante para o Brasil. Portanto, parabéns, e conte com a minha aliança nesta questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço o aparte do Senador Mozarildo. Eu sou um admirador daquele Estado de Roraima, estive lá como Relator da Reserva Raposa Serra do Sol e acabei criando uma grande identidade. Quero dizer ao senhor e ao seu povo que, sempre quando escuto qualquer notícia sobre Roraima, paro, vejo. Quero retornar em breve para visitar o Monte Roraima. Fico no aguardo de um convite de V. Ex^a.

Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria, da mesma forma, nobre Senador Lindbergh, como falou o Senador Mozarildo, parabenizá-lo pelo pronunciamento e pelo começo aqui, no Senado Federal. V. Ex^a já tem uma experiência vasta na vida pública, apesar de jovem. E, ouvindo a comparação entre o Governo Lula e o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, acho que a única diferença é que o Lula é mais político e a Presidenta Dilma, mais técnica, mas o sentido é o mesmo. Acho que o objetivo é continuar avançando, melhorando a economia do País, diminuindo a pobreza, construindo mais obras de infraestrutura para sustentar o crescimento da economia. Na área do setor elétrico, a Presidenta Dilma é profunda conhecedora, pois foi Ministra de Minas e Energia. Precisamos continuar avançando na construção de novas usinas. Na área de transporte, as nossas ferrovias ainda deixam muito a desejar e as novas rodovias precisam, urgentemente, de melhorias e de duplicação. Eu acho que está na hora de a Presidenta Dilma enfrentar esse problema do transporte e começar a duplicar as nossas rodovias. O Brasil é a oitava economia do mundo, mas ficamos envergonhados quando visitamos outros países e percorremos as rodovias dos outros países, onde tudo são autoestradas, estradas bem conservadas. O Brasil já tem uma economia em condições de fazer isso aqui também. Os nossos portos também

precisam avançar na estruturação, é preciso haver a construção de novos portos para sustentar as exportações de que o Brasil tanto precisa, mas eu citaria aqui três áreas fundamentais que a Presidenta Dilma tem que atacar de frente – o Presidente Lula atacou, avançou, mas não foi suficiente ainda: a área da educação, como falou o Cristovam; a área da saúde, com citou aqui o Mozarildo, que é médico e conhece muito bem; e a segurança pública. Acho que saúde, educação e segurança pública deveriam ser os três pilares de investimentos do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. O PMDB é um partido aliado do Governo; já foi nos dois mandatos do Governo Lula e continuará sendo, porque o PMDB, com o tamanho que ele tem, com a responsabilidade que ele tem, não pode ficar alheio a tudo isso. Nós somos parceiros fiéis e responsáveis do nosso exercício, do nosso tamanho. Então, a Presidenta Dilma pode contar sempre com o PMDB. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor tocou em pontos fundamentais, Senador Raupp. Eu tenho dito que, por mais que existam divergências em relação aos rumos das políticas macroeconômicas, aqui nesta Casa, entre liberais e a esquerda, há uma coisa que unifica todo mundo: nós temos de destravar este País, nós temos de enfrentar os gargalos da competitividade e do desenvolvimento.

V. Ex^a fala em saúde, fala em educação. Eu chego a esta Casa com uma preocupação central: como este Senado se aproximar da vida real, da vida das pessoas, da vida econômica? Sinceramente, a gente, que observava de longe, eu, como Prefeito de Nova Iguaçu, olhava para esta Casa e via uma casa de muita disputa política; como falam no Nordeste, de muita arenga política. Mas a gente tem de construir uma agenda real.

V. Ex^a fala em saúde. Todo mundo que veio das urnas agora sabe que o povo exige uma mudança da saúde pública brasileira. Acho que não é só questão de financiamento não. Há problema de financiamento sim; mas há problema que exige reformar a saúde pública brasileira. Segurança. Então, é fundamental a gente puxar o debate nesta Casa cada vez mais para a vida real.

Eu queria concluir dizendo que a minha preocupação neste debate, Senador Raupp, era um pouco defender o legado do Presidente Lula. Atacar a política econômica do Governo do Presidente Lula... São números vitoriosos! Já falei do número do crescimento da economia, mas há outros. Taxa de desemprego, 6,8%.

Então, eu acho que a Presidenta Dilma, para concluir, Sr. Presidente, está no caminho certo.

O problema não é o Governo Lula, mas a alteração da conjuntura econômica internacional, o problema do câmbio e o problema da inflação mundial, a elevação do preço das *commodities*.

É claro que nós temos um outro problema aqui no País em relação à inflação. O preço do vestuário aumenta, além dos alimentos, que são influenciados pela elevação internacional dos preços, e nós temos uma outra característica: aumenta o preço dos alimentos fora de casa. Há muito mais gente em restaurante.

Serviços. Destaco aqui, em especial, cabeleireiros. Sabe por que isso, Sr. Presidente? Mudou o padrão de vida do povo brasileiro. Quase trinta milhões saíram da miséria. Outros entraram na classe média. Então, temos de fato uma nova situação. E a Presidenta Dilma tem toda a razão de entrar com cautela nesse novo momento.

Então, aqui não há incoerência. O rumo é o mesmo. Existem adaptações a esse novo contexto internacional.

Eu só queria, para terminar, Sr. Presidente, falar sobre salário mínimo. Nós não vamos ficar na defensiva nesse debate. A recomposição do salário mínimo, nós perseguimos isso como objetivo estratégico no Governo do Presidente Lula. Esse acordo que foi firmado com as centrais sindicais, que junta a inflação com o crescimento do PIB, foi esse acordo que criou as condições para que tivéssemos um aumento real, ano a ano, nestes últimos cinco, seis anos, de mais de 6% do salário mínimo. Foi esse acordo que possibilitou que, no Governo do Presidente Lula, os oito anos, nós tivéssemos aumentado o salário mínimo em 58%. Então, nós aqui teremos que enfrentar esse debate de peito aberto, porque nós sabemos o que isso significa para cada um de nós, o que significa para V. Ex^a, que está presidindo esta sessão, o que significa para o Presidente Lula, para cada um que construiu essa história.

Então, não me venham com populismo, com demagogia em cima da hora porque não nos vão colocar na defensiva política. Agora, sinceramente, faço esse debate, Senador Raupp, Senador Mozarildo, e é claro que quando a gente vê a negociação do Governo com as centrais sindicais, a gente fica na torcida para que avance alguma coisa até a próxima semana. Digo aqui – não quero fazer populismo nem demagogia: vou votar com o Governo na sua posição do salário mínimo, vou votar firme com o Governo porque confio no rumo estratégico. Agora, todos nós acharíamos bom se essa negociação com as centrais sindicais avançasse.

Há um ponto, Senador Paim, que não é fugir do acordo mantido, que é uma antecipação de parte de 2012 para 2011. Sim, eu confesso a V. Ex^{as}: tenho uma

preocupação muito grande em estarmos puxando o freio da economia por demasia. Já falei do problema do câmbio, mas o Governo tomou uma série de medidas – acertadas, mas de aperto monetário, de aperto no crédito, não foi só elevação da taxa de juros pelo Copom. Aumentou o compulsório bancário. Os bancos tiveram que colocar mais recursos lá, e isso de alguma forma aumenta a taxa de juros. Diminuiu-se o prazo de financiamentos, isso era muito importante para o crédito. O crédito foi muito importante nesse momento de crescimento econômico. E esse recurso do salário mínimo é um recurso que tem um efeito multiplicador muito grande.

Então, sinceramente, acho que seria muito bom se a gente conseguisse chegar nesse acordo. Seria bom até para a economia no próximo ano, em vez de vir um aumento no ano de 2012 de 13% de uma vez... Porque aí é preciso que se discuta: se tivéssemos um cenário inflacionário também no próximo ano mais grave? Pela regra atual vai ser 13% no próximo ano. Eu acho que seria bom para todo mundo se houvesse uma saída negociada como essa, com as centrais sindicais. Falo isso aqui não por demagogia, por populismo fácil, mas pela preocupação com os rumos econômicos. Acho que nós não podemos desacelerar muito, e falo aqui – tendo negociação ou não com a central sindical, podendo avançar um pouco mais o salário mínimo para R\$560,00, como a gente torce –, já antecipando, que, de cara, a minha posição vai ser em defesa do projeto do Governo, seja 560, seja 545, porque este é um Governo que tem compromisso com os trabalhadores deste País; este é um Governo que sabe da importância da recuperação do salário mínimo. E vai vir para cá um projeto que na verdade confirma um plano de longo prazo de recuperação do salário mínimo.

Agradeço a V. Ex^a, agradeço aos Senadores Raupp, Mozarildo, nossa lutadora Senadora do Paraná, Gleisi Hoffmann, que está brilhando aqui nesta Casa, sempre com pronunciamentos pertinentes. Agradeço a V. Ex^{as} por prestigiarem aqui, nesta sexta-feira, este meu pronunciamento. Este País vai crescer, vai continuar nesse mesmo rumo de crescimento com inclusão social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh Farias. Quero dizer que comungo com todo o seu discurso, mas quero dar um brilho especial para o encerramento.

Nós estamos torcendo por esse acordo. Acho que é possível. Eu tenho conversado muito com as centrais, com as confederações.

V. Ex^a sabe que essa proposta da inflação mais o PIB surgiu de uma Comissão Mista de 11 Senadores e 11 Deputados. Eu era o Relator. Eu coloquei para a inflação o dobro do PIB, mas sabia que iríamos negociar. Na negociação, passou a inflação mais o PIB. E foi uma política corretíssima, endossada e liderada pelo Presidente Lula. Ninguém tenha dúvida quanto a isso.

Acho que é possível entrarmos na linha de uma antecipação, uma antecipação de 3%. Quando chegar em janeiro, em vez de ser 14% ou 13%, seria 11% ou 10%. Eu acho que por aí é possível construir um acordo. Vejo que todas as centrais estão dispostas a isso.

A Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, com a qual eu estive reunido quarta à noite, também pensa assim. Acho que é possível.

Em resumo, meus cumprimentos. Vamos torcer pelo acordo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, eu queria só pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra para o Raupp, mas antes, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só pra registrar, Sr. Presidente, o evento que está ocorrendo hoje, em Brasília: a 86^a Assembleia Geral Ordinária dos Grão-Mestres Estaduais da Confederação Maçônica do Brasil, Comab, que está se realizando durante todo o dia de hoje, discutindo os temas nacionais e também as questões de cada grão-mestrado estadual.

Essa reunião está presidida pelo meu Mestre de Santa Catarina, Rubens Franz, e eu tive a oportunidade de participar, discutindo o tema de fronteiras, reservas indígenas. Portanto, os maçons que estão lá reunidos não estão discutindo só maçonaria, mas discutindo os temas de interesse da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a está com a palavra como orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há muitos temas que vamos abordar este ano, aqui, no Congresso, neste Parlamento. Por exemplo, a reforma tributária, que é necessária ao País para diminuir a quantidade de impostos e reduzir a carga tributária brasileira; a reforma política, que já se faz necessária também, devido aos desencontros nas eleições, em que não há entendimento entre o Congresso brasileiro e o Tribunal Superior

Eleitoral e os demais Tribunais Regionais Eleitorais; e tantas outras reformas que precisamos enfrentar.

Mas vou falar aqui, hoje, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, do problema das nossas fronteiras, mais ou menos na linha em que a Senadora Gleisi Hoffmann iniciou seu pronunciamento, nesta tribuna.

Começam a se acumular os indícios de que a negligência em relação às nossas fronteiras terrestres está alcançando níveis absurdamente perigosos.

Algumas das mais graves questões de segurança pública em nossos centros urbanos, como, por exemplo, o comércio de drogas ilegais e o uso de armamento pesado por quadrilhas são consequências diretas da permeabilidade das nossas fronteiras.

Como sou representante, nesta Casa, Sr. Presidente, de um Estado localizado na faixa de fronteira terrestre do País, essas questões têm uma relevância especial para mim. Rondônia é um dos onze Estados brasileiros que fazem divisa com nossos vizinhos sul-americanos, e essa condição demanda uma série de providências que, embora sejam de fundamental importância para a segurança nacional, não estão sendo tomadas no ritmo e na forma desejáveis.

Um excelente diagnóstico sobre a fragilidade da zona de fronteira brasileira, do qual extraí a maioria dos dados que forneço a seguir, encontra-se na obra *Fronteiras Abertas*, elaborada por Rafael Godoi e Sérgio de Castro, com o apoio do Sindireceita – Sindicato Nacional da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil. Trata-se de um retrato atual e revelador dos problemas enfrentados pela Aduana brasileira nas 31 unidades de fronteira da Receita Federal do Brasil, distribuídas pelos 16 mil quilômetros da linha limítrofe que separa o País de seus dez vizinhos sul-americanos.

Entre os principais problemas enfrentados pelas unidades de fronteira estão o déficit de servidores, a precariedade das condições de trabalho e a violência exercida por criminosos contra os servidores. Marcas de balas são comuns nas paredes dos prédios da Receita na fronteira, sobretudo nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Para citarmos um exemplo, na Inspetoria de Bela Vista, no Mato Grosso do Sul, com efetivo de apenas dois servidores, não é feita qualquer fiscalização, e os motivos são óbvios: falta de pessoal, falta de equipamentos e falta de segurança para os fiscais. Caminhões, carros, motos e pedestres circulam livremente entre os lados brasileiros e paraguaio da fronteira.

Na Região Norte, em mais de cinco mil quilômetros de fronteiras secas, a Receita conta com apenas oito unidades e 30 servidores. O número ideal de funcionário seria, no mínimo, três vezes maior do que esse. O controle da entrada e saída de pessoas e mercado-

rias no País é precário, especialmente se levarmos em conta que a Região Norte, infelizmente, tem algumas das principais portas de entrada de drogas, armas e munições no País. Faltam equipamentos de segurança aos funcionários da Receita, e as operações de fiscalização, quando ocorrem, precisam receber o apoio da Polícia Federal ou da Polícia Militar local.

No meu Estado de Rondônia, que faz fronteira com a Bolívia, contamos com apenas uma unidade de Inspetoria da Receita Federal, no Município de Guajará-Mirim. Aliás, o nosso Governador, nesta semana, na quinta-feira e na sexta-feira, esteve naquele Município realizando oficina de trabalho com todo o seu secretariado. Por ser um Município de fronteira, um tanto abandonado, com muitas dificuldades, é uma cidade que enfrenta muitos problemas, apesar de haver lá uma área de livre comércio, que ficou mais no papel do que na prática. Então, louvo a atitude do nosso Governador Confúcio Moura, do meu partido, de ter ido à cidade de Guajará-Mirim, com todo o seu secretariado, com o seu staff, para desenvolver lá planejamentos de trabalho para os próximos quatro anos. Lá são apenas nove funcionários, quando o ideal seria 28, entre auditores e analistas tributários.

As instalações da Inspetoria de Guajará-Mirim sofrem constantemente com as cheias do rio Mamoré. Os inúmeros portos clandestinos no lado de cá do rio dificultam a fiscalização dos comerciantes ilegais e contrabandistas que circulam entre o lado brasileiro e a cidade boliviana de Guayaramerin. E o movimento é alto: por ali, circulam mensalmente centenas de caminhões e mais de 25 mil viajantes. Guajará-Mirim, aliás, está numa das principais rotas de saída de veículos roubados no Brasil, que são trocados, no lado boliviano, por cocaína ou pasta à base de coca.

Cito apenas aquela região, mas não é diferente a fronteira do Mato Grosso – com inúmeras cidades com fronteira seca – com a Bolívia; do Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai; e tantas outras fronteiras nessas mesmas condições.

No Amapá, cidade do nosso querido Senador Gilvam Borges e também domicílio eleitoral do nosso Presidente do Congresso, Senador José Sarney, a Inspetoria da Receita do Oiapoque conta com apenas um único funcionário, o qual, evidentemente, não é capaz de fiscalizar todo o intercâmbio ilegal que se dá entre o Brasil e a Guiana Francesa, principalmente o contrabando de ouro e a entrada no País de euros oriundos da província francesa. A construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, Senador Gilvam Borges, que ligará os dois países, promete agravar ainda mais o problema, caso o efetivo da Receita naquele posto de fronteira não seja ampliado no curto prazo.

Histórias semelhantes se repete, de Norte a Sul do País. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Estado que conta com o maior número de postos de fiscalização de fronteira, são apenas onze, a escassez também é a regra.

Apesar de a divisa entre o Estado e os territórios argentino e uruguai ser toda demarcada por rios ao longo de mais de 1.700 quilômetros, a Receita Federal não conta com um único barco sequer para realizar ações de vigilância, repressão e fiscalização.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valdir, quero dizer a V. Ex^a da minha satisfação ao ouvir que, em seu pronunciamento, V. Ex^a aborda um tema tão fundamental para o País como é a questão das nossas fronteiras, notadamente na Amazônia. Não é muito diferente na fronteira do Rio Grande do Sul, do Senador Paim. Mas, na Amazônia, a situação é gravíssima. V. Ex^a está frisando muito bem a precariedade da presença da Receita Federal nas fronteiras, porém, acrescentaria, da Polícia Federal, das Forças Armadas. A política de fronteira no Brasil está realmente muito ruim. Espero que alertas como o de V. Ex^a, como o que fiz alguns dias atrás, inclusive frisando que, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós vínhamos fazendo um diagnóstico dessa situação. Acho que V. Ex^a está falando com muita propriedade sobre as questões de seu Estado, que não são muito diferentes do resto da Amazônia. No seu Estado, porque tem a facilidade rodoviária e até marítima com outros países. Mas no meu, por exemplo, o único contato que temos é uma estrada que vai para a Venezuela e outra que vai para a Guiana. Mas toda a fronteira é completamente desguarnecida, e até nesses pontos, tanto a Receita Federal quanto a Polícia Federal têm um contingente de pessoas muito pequeno, elas não têm condições. Por exemplo, lá na fronteira da Venezuela com o Brasil, às 10 horas da noite não tem mais nada, fecha-se a fronteira pela rodovia, mas pelas laterais entra e sai tudo. E pior, o Brasil perde, como diz V. Ex^a, com contrabando de minérios, com a biopirataria, que está constatada em toda a Amazônia, com a questão também da entrada de drogas e de armas. E aqui eu quero frisar e até pedir o apoio de V. Ex^a. O Senador Marcelo Crivella está dando entrada a um requerimento para criar uma CPI da fronteira. Por quê? Porque está acontecendo esse problema no Rio de Janeiro: drogas, armamentos, tudo entra pelas nossas fronteiras. Então eu espero, ao cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, que nós possamos não fazer uma CPI contra ninguém, mas

uma CPI a favor do Brasil. Esta será uma CPI propulsiva, que vai fazer um diagnóstico e indicar as medidas que temos de tomar. Portanto, parabéns. Quero dizer que nós, da Amazônia, temos um compromisso maior ainda com essa questão. E com a liderança de V. Ex^a no PMDB, somado a todos os outros partidos, tenho certeza de que vamos mudar essa realidade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado pelo aparte de V. Ex^a. Peço à Taquigrafia e à Mesa que incorporem o aparte ao nosso pronunciamento.

E por falar em contrabando e tráfico de drogas, Senador Mozarildo, ontem mesmo, eu assisti a uma reportagem ampla no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, dando conta de que até as drogas estão sendo motivo de pirataria, de falsificação, porque estão inserindo nas drogas substâncias muito mais letais e mais prejudiciais do que a própria droga. São mais de 80 tipos de substâncias que estão inserindo nas drogas. Um jovem que se inicia nas drogas pode morrer, pode ir a óbito em apenas cinco ou seis anos depois que começa o vício.

Então, nós precisamos enfrentar esse problema com coragem, com determinação. O problema mais sério está nas fronteiras, porque é por ali que passam as drogas. Temos que guarnecer não só a fiscalização de outros produtos, o que é importante também, ou de pessoas, mas sobretudo a entrada de drogas no Brasil. É isso que faz com que o Rio de Janeiro, São Paulo e os grandes centros gastem milhões, bilhões de reais no combate às drogas, para salvar as nossas crianças, os nossos jovens.

A comparação com outros países nesse quesito é humilhante para o Brasil – falo da guarnição das fronteiras, Sr. Presidente Paulo Paim. Enquanto nós mantemos 31 postos de controle aduaneiro ao longo de mais de 16 mil quilômetros de fronteira, apenas na fronteira entre o Chile e a Argentina existem 51 postos para cobrir apenas 5.140 quilômetros. Olhem a diferença. Até os nossos vizinhos sul-americanos protegem muito mais suas fronteiras do que o Brasil.

Por aqui, o quadro geral é de instalações precárias, efetivo insuficiente e subequipado, estrutura inadequada para fiscalização de cargas e de pessoas e absoluta falta de estímulo e de segurança para os servidores que se sacrificam nesse trabalho, que normalmente é contínuo, exigente e extenuante.

O efetivo de cerca de 600 analistas tributários e auditores fiscais distribuídos pelas 31 unidades aduaneiras de fronteiras é insuficiente para fazer frente às atribuições de fiscalizar, vigiar, reprimir e controlar a importação e a exportação de mercadorias, atividades

que abarcam o combate à pirataria, ao contrabando e ao tráfico de drogas, armas e munições.

O instrutivo estudo do Sindireceita não é uma manifestação isolada, infelizmente, e relatórios produzidos dentro do próprio Governo dão conta da gravidade dos problemas enfrentados pelos postos de fronteira e das consequências econômicas e sociais desse quadro para o Brasil.

Como exemplo, menciono uma matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 27 de dezembro do ano passado, intitulada "Estudo oficial alerta para abandono e vulnerabilidade das fronteiras do País".

A reportagem noticia que, num relatório de 140 páginas, o Grupo de Trabalho Interfederal de Integração Fronteiriça, ligado ao Ministério da Integração Nacional, constatou a vulnerabilidade da fronteira ao contrabando e ao tráfico, além da carência de políticas públicas voltadas especificamente para os quase 600 Municípios da zona fronteiriça, que abrigam mais de 10 milhões de habitantes.

É interessante notar, portanto, que a solução desse problema não se resume ao simples aumento do número de servidores e de postos de fronteira.

Existe todo um contexto social que também deve ser levado em consideração. As populações dessas áreas, Sr. Presidente, têm necessidades e demandas bastante específicas em relação à saúde, ao transporte, à segurança, à educação.

Faz-se necessária, assim, uma abordagem estratégica e multidisciplinar, por meio da qual seja possível integrar a atuação de várias instâncias do Poder Público nessas regiões. É importante aumentar o quadro de servidores e o número de postos da Receita, de unidades da Polícia Federal, de hospitais públicos; contudo, mais importante ainda é conseguir integrar essas entidades em prol de mais segurança para a população, mais controle da entrada e saída de bens e pessoas, maior eficácia no combate ao contrabando e ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armamentos e à livre entrada no País de produtos pirateados.

Fazemos um apelo, portanto, ao Governo Federal, à Presidente da República, Dilma Rousseff, ao Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e a todas as autoridades voltadas para essa área, para que demonstrem a vontade política necessária para enfrentar os graves problemas que afligem a fronteira terrestre do Brasil. Qualquer avanço nesse campo se converterá, imediatamente, em benefícios para a segurança de nossas cidades, o crescimento de nossa economia e a defesa de nossa soberania.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Valdir Raupp. Eu peço ao Senador Gilvam que assuma aqui a Presidência, para que eu faça um rápido pronunciamento.

Senador Mozarildo, farei um pronunciamento muito rápido.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo, que ora preside a sessão, Senadores e Senadoras, Senadora Gleisi, que está aqui, Senador Lindbergh, que se encontra no cafetinho ainda, Senadores Mozarildo, Gilvam e Valdir Raupp, quero fazer rápidas considerações.

Primeiro, quero dizer, Sr. Presidente, que tenho em torno de 30 anos de vida pública: 25 anos no Parlamento e quatro como sindicalista. Fui Deputado Federal Constituinte – pena que não está aqui o Senador Vicentinho Alves, que fez um belo pronunciamento. Acompanhei inclusive a greve de fome, à época, do Senador Siqueira, hoje Governador do seu Estado, e votamos juntos, lá na Constituinte, com o ex-Presidente Lula e com o ex-Governador Olívio. Enfim, foi um momento muito bonito de nossas vidas. Inclusive tive a alegria, quando cheguei em Brasília, de dividir um apartamento com o ex-Presidente Lula e com o ex-Governador Olívio, logo que iniciamos aqui o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao longo da minha caminhada, tive o prazer de ter sido o presidente da única central unitária do Rio Grande do Sul, que reunia, na época da ditadura, todos os movimentos sociais. Tive também a satisfação de ter sido secretário e vice-presidente da central única, no âmbito nacional.

Então, a minha história, Senador Mozarildo, a minha vida é muito vinculada aos movimentos sociais. Eu não consigo me desvincular e nem quero me desvincular. Isso está no meu sangue, como eu digo, está na minha alma, está no meu coração. Por isso, tenho sempre me posicionado, de forma muito clara, que o social tem que ser debatido aqui, no Congresso Nacional, no Senado, como também, naturalmente, no Executivo – que o está fazendo e muito bem – e até mesmo no Judiciário.

Tive a alegria de trabalhar na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ajudamos a escrever – lembro agora – a nossa Constituição e a assinamos

sim – ao contrário do que alguns dizem, que nós não a assinamos. O PT assinou, sim, a Constituição na época – é só pegar qualquer exemplar da Constituição.

Tive a alegria de ajudar na construção – e é de minha autoria – do Estatuto do Idoso. Tive a alegria de ajudar a construir – e é de minha autoria – o Estatuto da Igualdade Racial, assim como passei pela construção de todas as políticas de salários mínimos, desde a Assembléia Nacional Constituinte até hoje. Mesmo esta que hoje está em vigor teve a nossa participação.

É por isso que falo um pouquinho sobre o salário mínimo aqui, neste debate que o Brasil está fazendo. Acho que a política é correta. Nós ajudamos. Éramos 11 Senadores e 11 Deputados a construir a peça original, que, depois, sob a orientação do Presidente Lula e, claro, com o apoio de todo o Senado e a Câmara, consolidou-se como uma política, com as centrais sindicais e confederação, da inflação mais o PIB. Nós fazemos parte desta história e é por isso que a gente entende que tem autoridade para chegar aqui e dizer que não vemos problema nenhum de se fazer uma antecipação, como estão propondo as centrais sindicais, as confederações, a Cobap, em cima de uma política acertada.

Se a economia está bem, que bom que está bem. Concordo, Senadora Gleisi. Acho que estamos vivendo ainda este momento mágico e muito positivo. Então, não entro naquela seara de 600, 700, 800, nem dos 580. O que estou colocando, depois de muita conversa com as próprias centrais sindicais, é que nós poderíamos fazer uma pequena antecipação em torno de, acho que não dá nem 3%, para que se chegue próximo aos 560 e fazer um amplo acordo. Seria bom para todos, todos.

Tenho certeza de que a base do Governo votará em massa, como a própria Oposição votará em massa, porque ela sabe que o momento é de cautela e de um certo cuidado – como V. Ex^a fez aqui um belo pronunciamento, deu uma aula, pelo seu conhecimento no campo da economia, enfim, e da macropolítica. Mas o que estou insistindo, neste momento, é que a gente pegue as centrais, as confederações, a Cobap, que é a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, tente construir um acordo e votar logo – não sou contra votar logo, não. Que a gente vote na semana que vem ou na outra semana, mediante um amplo acordo, essa política definitiva de reajuste do salário mínimo e, naturalmente, dos aposentados e também pensionistas.

Nesta terça-feira, estarão aqui em Brasília, líderes de todas as centrais, confederações, aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência e liderança das mulheres, para tentar construir esse acordo. Porque nin-

guém tem dúvida, ao contrário do que diziam no passado, que, quando a gente vinha à tribuna nos Governos anteriores, antes do Presidente Lula, quem falasse em aumento de salário mínimo era demagogo.

Eu brigava, eu peleava, digamos, para que o salário mínimo ultrapassasse a barreira dos cem dólares. Deu certo. O Presidente Lula acertou. Tanto é que, na crise econômica mundial, financeira e imobiliária, o salário mínimo, e eu diria junto com os aposentados, pelo reajuste correto dado pelo Presidente Lula, injetou-se na economia em torno de R\$30 bilhões, R\$21 bilhões diretamente com a questão do salário mínimo.

E às vezes me falam: – Não, mas a Previdência vai falir... Só que eu vejo um debate que está havendo na sociedade, e parece que está na Câmara, que diz que dá para reduzir a contribuição do empregador de 20% para 14%. E os dados que recebi mostram que isso significa em torno de R\$4 bilhões de reais, para cada 1% que eu reduzir da folha.

Ora, se a Previdência está falida, não me venham com esse debate, pelo menos neste momento. Eu pelo menos não acredito que esteja falida. Essa posição é de muita convicção de minha parte. Mas o que não dá, seria uma enorme contradição, é dizer que vamos reduzir a folha de pagamento de 20% para 14%, tirando R\$4 bilhões de cada 1% que é reduzido aí. Olha, quatro vezes quatro são dezesseis, seis vezes quatro são vinte e quatro, então são R\$24 bilhões a menos de arrecadação, enquanto que o reajuste que estamos propondo aqui, que é apenas uma antecipação de 3%, não deve dar mais do que R\$2 bilhões.

Então, tem uma lógica essa posição que as centrais e confederações estão levantando para um bom diálogo com o Congresso e com o Executivo.

Mas, Sr. Presidente, rapidamente – já são 13h27min e queria terminar às 13h30min – quero dizer que estou encaminhando requerimento à Mesa, desarquivando 89 projetos de nossa autoria, que, por uma questão regimental, na mudança da Legislatura, com base no que diz o art. 332, foram arquivados. Entre eles está a PEC 24, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, muito bem colocado ontem pela Presidenta Dilma, quando falou de educação, enfatizando a importância da educação profissional. Também estamos desarquivando, entre tantos, em torno de 84, outra PEC, a que trata dos interesses da micro e pequena empresa. Já falei com o Senador Pimentel e com o Deputado Pepe, que estão liderando esse movimento, para que considerem no debate esses projetos.

Enfim, Sr. Presidente, eu só quero ainda dizer que, no encontro que tive com as centrais e depois com as confederações e a Cobap, senti um clima de

harmonia, um clima de entendimento, um clima de bom senso e que é possível construir um grande acordo. E eu espero que seja possível.

Mais uma vez, quero cumprimentar o nosso colega ex-Senador e agora Ministro da Previdência, o nosso Senador Garibaldi, que está levantando o diálogo sobre o fator previdenciário, que considero uma lei cruel – antes do Governo Lula – que retira praticamente a metade do salário do trabalhador no ato da aposentadoria.

Continuaremos, com certeza, este debate na semana que vem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de encerrar, quero registrar a presença em plenário do Sr. Tomás Correia, primeiro-suplente do Senador Valdir Raupp. V. Ex^a é muito bem-vindo à Casa.

Passo a ler o seguinte Expediente:

A Presidência, nos termos do art. 4º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, designa para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, as seguintes Senadoras e Senadores, nos termos dos ofícios das respectivas Lideranças: Senadora Lídice da Mata, PSB; Senador Marcelo Crivella, PRB; Senador Eduardo Amorim, PSC; Senador Sérgio Petecão, PMN; Senadora Lúcia Vânia, PSDB; e Senador Paulo Davim, PV.

O Expediente vai à publicação.

São os seguintes os ofícios:

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, e em atenção ao Of. SF/61/2011, com base nos termos do art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 2 de 2011, comunico a Vossa Excelência que estou indicando a Excelentíssima Senhora Senadora Lídice da Mata como representante do Partido Socialista Brasileiro – PSB para compor o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Renovo Protestos de consideração e apreço. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB.

Ofício nº 025/2011-GSMC

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 64/2011, indico o meu nome para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

Ofício nº 26/2011

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao OF. SF/65/2011, e nos termos do art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Ofício nº 47/2011

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Assunto: OF. SF/67/2011

Senhor Presidente,

Acuso, com satisfação, o recebimento de vossa correspondência em epígrafe e, na qualidade de Líder do Partido da Mobilização Nacional – PMN, por meio do presente, venho fazer a indicação do meu próprio nome para integrar o honroso Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, na forma do art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PMN.

Ofício nº 32/11 – GLP/PSDB

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 56/11 – SF, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

Of. GSPDAV Nº 20/11

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao OF. SF/68/2011, datado de 10-2-2011, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 13 horas e 30 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

PSDB - Mário Couto*
PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

PSDB - Cyro Miranda* (S)
DEM - Demóstenes Torres**
PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
DEM - José Agripino**
PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
- *****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
- *****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Finalidade: Representar o Senado Federal no Fórum Social Mundial (FSM) - 2011, entre os dias 06 e 11 de fevereiro de 2011, na cidade de Dakar, no Senegal.

(Requerimento nº 963, de 2010, do Senador Inácio Arruda, aprovado em 15.12.2010)

Número de membros: 5

COORDENADOR:

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Ana Rita (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Vicentinho Alves (PR)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Clésio Andrade (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN (PMDB, PP, PSC, PMN)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Wilson Santiago (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
PSDB	
Aécio Neves	1. Mário Couto
Aloysio Nunes Ferreira	2. Flexa Ribeiro
Alvaro Dias	3. Paulo Bauer
PTB	
Armando Monteiro	1.
Gim Argello	2.
DEM	
Kátia Abreu	1. Demóstenes Torres
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Designação: 10/02/2010

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

7) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1^ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1^ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2^º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2^º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1^º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1^º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2^º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2^º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3^º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3^º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4^º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4^º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 9.2.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senao.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação:

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 102 páginas

OS: 2011/10326